

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LÍVIA BORGES HOFFMANN DORNA

**TRABALHO DE MÃE E TRABALHO FORMAL:
POSSÍVEIS DIÁLOGOS ENTRE OS SABERES
INVESTIDOS NESSAS ATIVIDADES**

ORIENTADOR: PROF. DR. HÉLDER PORDEUS MUNIZ

Niterói
2014

LÍVIA BORGES HOFFMANN DORNA

**TRABALHO DE MÃE E TRABALHO FORMAL:
POSSÍVEIS DIÁLOGOS ENTRE OS SABERES
INVESTIDOS NESSAS ATIVIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Estudos da subjetividade.
Linha de pesquisa escolhida: Subjetividade, política e exclusão social.

Orientador: Prof. Dr. HÉLDER PORDEUS MUNIZ

Niterói

2014

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

D713 Dorna, Livia Borges Hoffmann.

Trabalho de mãe e trabalho formal: possíveis diálogos entre os saberes investidos nessas atividades / Livia Borges Hoffmann Dorna. – 2014.

155 f.

Orientador: Hélder Pordeus Muniz.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2014.

Bibliografia: f. 148-155.

1. Maternidade; aspecto histórico. 2. Maternidade; aspecto social.
3. Trabalho feminino. 4. Competência profissional. 5. Mercado de trabalho formal. I. Muniz, Hélder Pordeus. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 305.4

Achar
a porta que esqueceram de fechar.
O beco com saída.
A porta sem chave.
A vida.
(Paulo Leminski)

AGRADECIMENTOS

Aos deuses, aos astros e a tudo aquilo que no universo têm conspirado a favor.

Ao Hélder Muniz, orientador atencioso, pela acolhida na UFF e por todas as gentis e valiosas contribuições.

Ao Milton Athayde, incentivador deste mestrado há tempos, pelo carinho de sempre e por todas as provocações (no melhor sentido do termo).

À Jussara Brito, por ter topado prontamente o convite para participar desta banca.

À Mary Yale, pelas contribuições valiosas na ocasião do exame de qualificação.

Aos colegas de mestrado, em especial os do grupo de orientação, pelas trocas produtivas de conhecimentos e de risadas.

À Marta, veterana carinhosa, sempre na torcida, com quem compartilho ideias e angústias da vida acadêmica.

À Fabi e Dje, amigas queridas do trabalho e da vida, pelo apoio e incentivo para a realização deste mestrado, mesmo sabendo que ele implicaria a perda do nosso contato diário (do qual sinto muita falta).

À Bia, amiga querida, pelas trocas sempre instigantes, em especial aquelas relativas ao mundo da maternagem.

À minha família e a todos meus amigos, pela torcida, sempre.

Ao meu pai, definitivamente um belo exemplo de um pai que materna, por ter me ensinado que a educação é o maior patrimônio que se pode deixar para um filho.

À minha mãe, pela motivação e ajuda sem tamanho e por ser constantemente uma grande inspiração para o trabalho – o formal e o de mãe.

Ao Sergio, companheiro da vida, pelo belo trabalho com a Nina; pelo carinho de sempre; pelo apoio incondicional nesta minha decisão de mudar os rumos das coisas (sem você eu não teria tido coragem).

À Nina, minha meNina tão tão amada, por todas as delícias e os desafios que me proporciona nesse trabalho diário da maternagem; por tudo de bom que tem me ensinado; por ter provocado em mim a vontade de uma vida nova; pela inspiração, sem a qual esta dissertação seria impensável.

RESUMO

A experiência da maternidade, pensada como atividade de trabalho, pode desenvolver saberes e competências que possam ser extrapolados para as situações de trabalho formal? Esta foi a questão instigadora dessa dissertação. Para iniciarmos o nosso percurso, conceituamos o trabalho a partir da perspectiva da Ergologia e da abordagem da Psicodinâmica do Trabalho (mais especificamente o conceito de Inteligência da Prática) e demonstramos com elas que o trabalho escapa a qualquer tentativa de simplificação: envolve gestão e requer que se mobilize uma inteligência inventiva. Avançamos nossa trajetória ratificando a maternidade enquanto construção social e, para isso, nos debruçamos sobre os diferentes contornos que ela assumiu ao longo da história. Desnaturalizar a maternidade foi essencial para afirmarmos que sua experimentação opera de maneira distinta à noção de instinto: o materno é aprendido e requer que sejam desenvolvidas competências específicas. Sem perdermos de vista a questão de gênero subjacente à nossa temática, nos valemos da abordagem da Sociologia das Relações de Sexo e das Teorias do *Care* para afirmar o materno como um trabalho que produz saberes. Nos propusemos finalmente a uma reflexão acerca das possíveis competências produzidas no trabalho de mãe e suas possíveis ressonâncias em outros trabalhos. Acreditamos que lançar luz sobre o materno, em especial sobre as competências aí desenvolvidas, seja fundamental para operarmos um outro olhar sobre a relação entre maternidade e trabalho: uma visão que nos permita enxergar o que há aí de positivo.

Palavras-chave: Maternidade e trabalho, Materno, Trabalho de Mãe, Competências.

ABSTRACT

The experience of motherhood, thought of as work activity, can develop knowledge and competencies that might be extrapolated to situations of formal work? This was the instigating question of this dissertation. To begin our journey, we conceptualize work from the perspective of Ergology and Psychodynamics of Work (specifically the concept of Practical Intelligence) and set forth work escapes of any attempt of simplification: involves management and requires to engage inventive intelligence. We move forward in our path ratifying motherhood as social construction, and for this purpose, we concentrate on the different contours it has taken throughout history. Denaturalize motherhood was essential to state that its experimentation operates differently from instinct sense: mothering is learned and requires development of specific competencies. Keeping in sight the gender issue, underlying our thematic, we followed the approach of Sociology of Gender Relations and Theories of Care to affirm mothering as a Work capable of producing knowledge. At last, we proposed a reflection on the possible competencies produced by Mother Work and further resonances in other works. We deem that shed light on mothering, particularly on the competencies developed through it, is essential to imply another look at the relationship between motherhood and work: a vision which allows us to see what of positive there is.

Key words: Motherhood and work, Mothering, Mother labour, Competencies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – TRABALHO	16
1.1 Contribuições de Canguilhem.....	19
1.2 Contribuições da Ergologia.....	21
1.2.1 As Normas Antecedentes e as Renormatizações	22
1.2.2 Debate de Normas em um Mundo de Valores	28
1.2.3 Trabalho e Corpo si.....	33
1.2.4 O trabalho enquanto um drama e enquanto uso de si	34
1.2.5 O ponto de vista da atividade	35
1.2.6 Agir em Competência.....	39
1.3 Contribuições da Psicodinâmica do Trabalho: O Conceito de Inteligência da Prática	46
1.3.1 Características da Inteligência da Prática	51
1.3.2 Condições de Mobilização da Inteligência da Prática	54
CAPÍTULO 2 – MATERNIDADES NA HISTÓRIA	58
2.1 A Maternidade à Sombra	60
2.2 A Descoberta da Infância	63
2.3 A Indiferença Materna ou A Maternidade Fora de Moda.....	66
2.4 O Nascimento da Família Moderna.....	71
2.5 O Amor Materno como Valor.....	72
2.6 A Maternidade como um Sacerdócio.....	78
2.7 Maternidades no Brasil Colônia	84
2.8 A Revolução Materna	91
2.9 Maternidade e Algumas Questões Contemporâneas	99

CAPÍTULO 3 – MATERNIDADES E TRABALHOS	102
3.1 Contribuições da Sociologia das Relações de Sexo.....	103
3.1.1 O Sexo do Trabalho	103
3.1.2 O Trabalho Invisível	105
3.1.3 Os Conceitos de Gênero e Relações Sociais de Sexo	109
3.1.4 A Divisão Sexual do Trabalho	113
3.2 O Lugar Comum	119
3.3 Por Um Outro Olhar	127
3.3.1 Maternar como trabalho de cuidado.....	132
3.3.2 Maternar no Ponto de Vista da Atividade.....	135
3.3.3 Maternar na Perspectiva de Gênero	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148

INTRODUÇÃO

Um acontecimento pra lá de aguardado fez irromper questionamentos imprevisíveis e urgentes sobre a minha, até então, retilínea trajetória profissional. Psicóloga, especialista em “Gestão de Pessoas” e atuante na área há 8 anos, somei ao meu “currículo” uma outra experiência: o trabalho de mãe. E foi justamente nessa imersão concomitante nos universos da maternidade e do trabalho formal, que dei início à concepção dessa dissertação. Estando, na ocasião, no lugar de mãe e de profissional de “Gestão de Pessoas”, senti-me compelida a colocar em debate algumas questões presentes no meio corporativo e suas relações com a maternidade.

Quais as relações entre o trabalho formal¹ e o trabalho de mãe? Seriam funções incompatíveis a priori, no sentido de fazerem emergir entre elas sempre um conflito que precise ser gerido?

Ao longo da minha experiência profissional pude testemunhar a maternidade sendo colocada frequentemente pela empresa no lugar da falta: a ausência, os custos e as incertezas que ela acarreta. E a minha maternidade me fez olhar com estranheza para este lugar e para as práticas e discursos que daí emergem: a maternidade, muitas vezes, como sinônimo de menor produção no trabalho. Às vezes de forma evidente, às vezes de forma sutil, quase velada, às vezes em tom de brincadeira, testemunhei diversas situações que poderiam exemplificar esta constatação.

Ainda que não tenha a pretensão de afirmar que isso se dá da mesma forma em todos os lugares, alguns indícios nos mostram que esses discursos e práticas têm espaço em muitas empresas: pesquisas recentes investigam de que forma a maternidade influencia negativamente a empregabilidade² e de que maneira ela é utilizada como justificativa para manutenção das desigualdades salariais entre

¹ Trabalho remunerado e juridicamente subordinado.

² Pesquisa desenvolvida por Meulders e col. (2008) e que será apresentada no capítulo 3 desta dissertação.

homens e mulheres³.

O estudo “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça”⁴, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), demonstra que, em 2006, as mulheres brasileiras recebiam em média o equivalente a cerca de 2/3 do salário masculino. Vemos assim na prática que, se por um lado, houve nos últimos anos um aumento significativo na incorporação da força de trabalho formal feminina, isso tem significado inverso quando se trata das questões de salário, direitos e condições de trabalho (Antunes, 2009).

Nesse território, as mulheres ainda enfrentam muitas desigualdades e, em alguns casos, sob a “justificativa” da maternidade: algumas empresas preferem não empregar e/ou não promover mulheres ou só fazê-lo quando estas não estão mais em idade de serem mães.

O fato é que, em termos de distribuição das responsabilidades parentais, a balança ainda pesa muito mais para as mães. Mesmo ocupando cada vez mais espaço no universo do trabalho assalariado, elas continuam sendo as principais responsáveis pelos cuidados com a casa e com os filhos. A necessidade de gerir esta “conciliação” entre vida profissional e doméstica cria o estereótipo de que as mulheres estariam menos disponíveis para atividades fora do horário normal de trabalho e que precisariam se ausentar do emprego com mais frequência do que os homens para ocuparem-se das tarefas de cuidados dos filhos.

As políticas de reprodução parecem contribuir para ratificar somente o modelo da maternidade social, excluindo a possibilidade da paternidade social (Scavone, 2004): enquanto a licença parental já é realidade em alguns países, a legislação brasileira prevê apenas cinco dias de licença paternidade.

Sem querermos negar a tensão que atravessa a relação entre maternidade e trabalho, nos propusemos, a uma reflexão inversa: que positivities podemos apreender desta relação? A partir daí, formulamos a pergunta-problema desta dissertação: A experiência da maternidade pode desenvolver competências a serem

³ Pesquisa desenvolvida por Abramo e Todaro (2008) e que será apresentada no capítulo 3 desta dissertação.

⁴ Fonte: www.ipea.gov.br. Publicado em setembro de 2008. Acesso em 15/08/2013.

apropriadas pela mulher também em seu trabalho formal?

Para iniciarmos esta empreitada, buscamos companhia: realizamos uma pesquisa⁵ por materiais produzidos dentro da temática maternidade e trabalho, a fim de nos situarmos sobre as reflexões que têm sido feitas sobre o assunto. Para isso, nos valem das seguintes bases de dados: o portal de periódicos e o banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a biblioteca eletrônica da Scielo (Scientific Eletronic Library Online), o site da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e o Google Acadêmico. Em todas essas bases utilizamos os mesmos descritores: 'maternidade e trabalho', 'trabalho de mãe', 'maternar' e 'maternagem'. Para os dois primeiros descritores foi necessário limitarmos a busca dos termos ao título ou assunto, em função do grande número de materiais encontrados.

Excluimos, inicialmente, aqueles materiais que não tinham relação direta com a proposta desta dissertação (como estudos sobre aleitamento materno após o término da licença maternidade e gravidez na adolescência), e nos deparamos com outros que talvez pudessem dialogar com o objeto deste trabalho.

Dentre os artigos, pesquisas, monografias e dissertações encontrados, destacamos alguns de seus principais objetivos: avaliar de que forma a maternidade afeta o engajamento das mulheres no mercado de trabalho; realizar pesquisas com mulheres que optaram por abandonar as suas carreiras em função da maternidade; destacar os desafios, as dificuldades, os dilemas e ambivalências das mulheres em conciliar os papéis de mãe e trabalhadora; demonstrar as consequências que os diferentes papéis desempenhados pelas mulheres acarretam para o seu bem-estar; evidenciar a sobrecarga de trabalho a que as mulheres estão expostas na acumulação dos afazeres domésticos e entrada no mercado de trabalho; analisar a interface trabalho e família e suas rede de apoio; investigar o não cumprimento da legislação trabalhista relacionada à maternidade.

Um dos trabalhos encontrados refere-se a uma revisão da literatura investigando a relação maternidade e trabalho, a partir da qual foram identificados 34 artigos publicados entre os anos de 2002 e 2009 (Oliveira e col., 2011). Os

⁵ A pesquisa foi realizada em julho de 2013.

artigos foram classificados pelos autores da pesquisa em duas categorias: impacto da maternidade no trabalho e impacto do trabalho na maternidade. Na primeira categoria foram incluídos os artigos que correlacionavam idade dos filhos e manutenção no mercado de trabalho, tempo de afastamento, satisfação pessoal em relação ao trabalho após a maternidade, valores pessoais em relação à maternidade e trabalho, influências do regime de trabalho e do vínculo empregatício nas opções das mães trabalhadoras e percepções sobre status parental e questões de gênero que podem penalizar as mães trabalhadoras. Na segunda categoria foram incluídos os estudos sobre regimes de trabalho e qualidade do ambiente e seus impactos na maternidade, a satisfação com o trabalho e maternidade, a culpa diante do menor tempo disponível para os filhos e rearranjos familiares decorrentes do trabalho materno.

Os materiais encontrados, apesar de terem propósitos distintos desta dissertação, mostraram-se importantes no sentido de nos dar uma direção acerca de quais novas contribuições podemos fazer para os estudos dessa temática. Buscar uma positividade nas relações maternidade e trabalho apresentou-se para nós talvez como uma contra-tendência. Acreditando, no entanto, na possibilidade de “remar contra a maré”, nos lançamos nessa empreitada.

Inicialmente, a intenção era realizar durante este mestrado uma pesquisa de campo – para falar do trabalho, convocar as trabalhadoras. No entanto, na ocasião do exame de qualificação, foi indicada pela banca a passagem direta ao doutorado para que a pesquisa de campo pudesse ocorrer num maior período de tempo e, assim, optamos por nos dedicarmos durante o mestrado ao aprofundamento do estudo dos materiais teóricos que pudessem ajudar a embasar nossa hipótese. Desta forma, abriu-se a possibilidade de nos prepararmos de forma mais consistente para a pesquisa de campo que será realizada no doutorado.

Para avançar nos propósitos deste mestrado, já de início alguns imperativos se impuseram: foi preciso definir de que trabalho e de que maternidade estávamos falando.

A fim de conceituar a atividade de trabalho, escolhemos caminhar nesta dissertação com a perspectiva da Ergologia e com a abordagem da Psicodinâmica

do Trabalho – neste caso mais especificamente com o conceito de Inteligência da Prática. Ambas apresentam uma concepção não mutiladora da complexidade do trabalho ao considerarem que o mesmo não se restringe ao cumprimento mecânico de tarefas. O primeiro capítulo é dedicado, então, a estes referenciais teóricos e seus principais conceitos.

Com a perspectiva ergológica, demonstramos que a forma mercantil do trabalho é uma configuração historicamente específica de algo muito mais geral, que existe desde sempre – a atividade humana (Schwartz, 2011a). E se, ao trabalhar, o humano não é “apenas” um executor, mas um gestor de seu trabalho, assinalamos o trabalho é sempre palco de confrontação entre normas antecedentes – entendidas como tudo aquilo que preexiste e determina a atividade de trabalho – e renormatizações/ reinterpretções das normas pelos trabalhadores, na tentativa de recompor as situações da forma que gostariam que fossem (ibidem, 2007). Demonstramos ainda, que trabalhar envolve sempre uma “dramática de uso do corpo-si”: envolve o trabalhador por inteiro, é espaço de tensões problemáticas, de negociações de normas e de valores (ibidem, 2007/ 2011a). Nos apropriamos, enfim, da noção de competência no/para o trabalho, proposta por Schwartz (1998/ 2007), como uma mistura extremamente complexa de “ingredientes” heterogêneos.

Com o conceito de Inteligência da Prática afirmamos que, diante da necessidade de operar um reajustamento em relação à prescrição dada, homens e mulheres convocam no trabalho uma forma específica de inteligência, fruto da prática: uma inteligência que descobre, que inventa, uma inteligência criativa. Trata-se, portanto, de uma inteligência não acadêmica, produzida no e pelo trabalho (Dejours, 2005/ 2008) . Essa forma de inteligência há muito tempo conhecida, porém desconsiderada, é, para nós, fundamental para o entendimento do maternal.

No segundo capítulo nos dedicamos à maternidade, apreendida nesta dissertação enquanto construção histórica e social e não como algo inscrito na essência feminina. Recusando assim a existência de uma maternidade universal, que operaria da mesma forma em todas as relações mãe-filho(a), percorremos a história da maternidade e os seus diferentes contornos. Esta concepção sócio-histórica da maternidade foi fundamental para afirmarmos que a sua experimentação opera de maneira diversa à noção de instinto: as competências do maternal são

desenvolvidas na atividade, não sendo portanto inatas, tão pouco exclusividades da mulher.

Intrínseca à história do comportamento materno é “a surda luta dos sexos” (Badinter, 1985). Desta forma, ao nos propormos a analisar o maternar, não podíamos perder de vista a questão de gênero que lhe é subjacente. Nesse sentido, a perspectiva da Sociologia das Relações de Sexo, apresentada no capítulo 3, nos foi fundamental. Com ela, remontamos ao movimento feminista que denunciou a invisibilidade do trabalho doméstico, realizado diariamente por milhares de mulheres, de forma gratuita e não reconhecida. Evidenciamos os discursos construídos a partir do sexo biológico, que naturalizaram a separação e a hierarquização entre as esferas produtiva-masculina e reprodutiva-feminina, colocando em cena as relações sociais de gênero e sua inseparabilidade da divisão sexual do trabalho.

Na esteira dessa perspectiva, afirmamos o maternar como um trabalho e levamos alguns possíveis motivos para o seu não reconhecimento como tal. Apresentamos ainda aquilo que designamos como “o olhar comum” lançado sobre a relação maternidade e trabalho – para nós, uma visão que ilumina apenas os seus aspectos negativos. Sem negar que eles existam, nos propusemos a lançar luz naquilo que, para nós, permanece à sombra: a complexidade do maternar e suas possíveis repercussões positivas no trabalho formal. Para isso, buscamos analisar o trabalho de mãe a partir das concepções de trabalho apresentadas no capítulo 1 e também a partir das Teorias do Care.

Dedicamos as considerações finais a um breve exercício de possíveis competências/ ingredientes produzidos no encontro com o trabalho de mãe, buscando pensar de que maneira eles poderiam ter ressonâncias em outras esferas da vida – no trabalho formal inclusive.

CAPÍTULO 1 – TRABALHO

O ‘trabalho’ é ao mesmo tempo uma evidência viva e uma noção que escapa a toda definição simples e unívoca (Schwartz, 2011a, p. 20).

Como conceituar o que é trabalho? Antes de avançarmos na definição do que é o trabalho para a perspectiva ergológica, advertimos com Schwartz: “O trabalho é uma realidade enigmática, e uma definição clara do trabalho será sempre um problema” (2011a, p. 20).

“O trabalho é um conceito complexo não só porque suas práticas variam de uma situação para a outra, mas também porque seu sentido varia ao longo do tempo e de uma sociedade para outra” (Tersac e Maggi, 2004, p. 80). Assim, em um mesmo momento histórico, podemos observar diferentes noções de trabalho segundo diferentes sociedades (pode-se ilustrar isto tomando como exemplo as sociedades tradicionais e as industriais). Da mesma forma, podemos constatar que os sentidos atribuídos ao trabalho se modificam com o tempo – trabalho já foi sinônimo de penitência e sofrimento, de exercício de um ofício e mais recentemente passou a ser relacionado às atividades produtivas que se desenvolvem sob o regime do capitalismo. A noção de trabalho é, então, no mínimo ambígua, se a julgarmos por aquilo que ela designa ou por aquilo que ela exclui (Tersac e Maggi, 2004).

Segundo Schwartz (2011a), o conceito mais evocado atualmente para designar trabalho é aquele que o limita àquilo que foi desenhado e circunscrito pela Revolução Industrial e pelo assalariamento: o tempo trocado por remuneração, o tempo de vida vendido. E é isto que, em geral, permite distinguir o trabalho do ‘fora do trabalho’ (lazer) ou do ‘não trabalho’ (desemprego). Para Schwartz, no entanto, esta seria a definição daquilo que ele chamou de “trabalho *stricto sensu*: prestação remunerada em uma sociedade mercantil e de direito” (2011a, p. 23).

Não nos causa estranhamento o fato de que, nas sociedades capitalistas, que alçaram o aspecto econômico à categoria de valor supremo, o trabalho mercantil, “juridicamente subordinado”, apareça como o centro. E não por acaso, a própria perspectiva ergológica se debruçou com mais frequência, num primeiro momento, sobre este tipo de trabalho, sem aí ver nenhum privilégio de qualidade (Schwartz e col., 2008).

Schwartz ressalta, no entanto, que limitar o conceito de trabalho àquilo que foi definido como trabalho *stricto sensu* tem por efeito abafar outras definições de trabalho, que poderiam abarcar outras atividades: Sem dúvida, fala-se hoje de ‘trabalho doméstico’, de ‘trabalho militante’, de ‘trabalho sobre si’, mas a abordagem mercantil do trabalho veio progressivamente sufocar, mais ou menos, as outras definições dele” (Schwartz, 2011a, p. 23).

Exemplificando outras limitações que esta conceituação de trabalho impõe, Schwartz e col. (2008) citam o “trabalho informal”, que designa todo um continente da produção social existente, mas acaba sendo definido negativamente como o contrário do trabalho *stricto sensu*. Estes autores afirmam que, em países com grande taxa de “trabalho informal”, o trabalho “não *stricto sensu*” pode revelar muito mais aspectos reais de toda atividade de trabalho, incluindo aí o “trabalho *stricto sensu*”.

Assim, Schwartz e col. (*idem*) assinalam que, caminhando nas reflexões sobre trabalho, limitar-se ao trabalho mercantil lhes pareceu uma trajetória demasiadamente estreita:

Por quê esta necessidade de alargar? Não há nenhuma razão para considerar o trabalho *stricto sensu* como uma espécie de forma “canônica” do trabalho para a humanidade. A análise de toda a atividade industriosa humana baseada neste pressuposto, avaliando as proximidades e as distâncias em relação a esta forma de prestação supostamente privilegiada, acabaria por negligenciar elementos de inteligibilidade essenciais para toda e qualquer dinâmica de transformação do estado atual das coisas (Schwartz e col., 2008, p. 11-12).

A atividade de trabalho “não esteve sempre e, mesmo em nossos dias, não está sempre e inteiramente subordinada à troca mercantil” (Schwartz, 2007, p. 259). A atividade doméstica, a atividade civil, as atividades de voluntariado, são exemplos disso.

O exercício de alargar conceito de trabalho

nos obriga a sair de nossa reflexão que toma o trabalho no *stricto sensu*, mercantil, como se esse fosse verdadeiramente o único trabalho digno de atenção, único lugar de envolvimento, de uso e de usura de nossas faculdades industriosas. Como se uma diferença de natureza separasse essas duas formas de atividade humana, prestação mercantil ou não mercantil. Outra maneira de dizer: seria esquecer os outros ‘nascimentos do trabalho’, esquecer as dimensões antropológicas do gênio humano, para se interessar por ele só

quando está enquadrado em uma relação mercantil. Ou ainda, esquecer o conteúdo tão diversificado do trabalho dito 'informal', em que se encontram, sobre o planeta inteiro, todas as continuidades entre as formas ditas 'domésticas' e o trabalho 'por contrato' (Schwartz, 2011a, p. 31).

Ao contrário disso, Schwartz (ibidem) afirma que mensurar as continuidades, as circulações e as transferências, em todos os sentidos, entre o trabalho informal, o doméstico e as formas mercantis de contrato,

é contribuir para redescobrir a parte invisível, enigmática de 'toda' a atividade industriosa, e a impossibilidade de circunscrever claramente os recursos, os atos, os espaços onde se desdobram os corpos e as almas humanas em 'todo' o trabalho, até mesmo o trabalho mercantil (ibidem, p. 32).

Nesse sentido, para Schwartz, restituir à atividade doméstica a condição de trabalho é "aprofundar a abordagem do trabalho 'em geral', fazendo-nos refletir sobre o que é, então 'invisível' nesse trabalho e, a partir daí, em todo o trabalho" (ibidem, p. 32).

Cabe aqui esclarecer que esta noção de invisibilidade do trabalho não se confunde com o trabalho invisível denunciado pelo movimento feminista, e que estaria relacionado às atividades domésticas e de cuidado. Para Schwartz, todo trabalho, inclusive o mercantil, comporta uma parte invisível – ele é sempre um misto de visível e de invisível (Schwartz, 2011a).

O visível é aquilo que é registrável, prescrito, é o que pode ser verbalizado. O invisível é da ordem do real, do não antecipável, e é dificilmente visto e expresso. Nesse sentido, Schwartz afirma que "a atividade de trabalho, no essencial, não se vê" (Schwartz, 2011b, p. 134). Aquilo que conseguimos dela apreender são seus resultados, seus meios. Mas tomar os resultados como medida significa decidir ocultar as dramáticas gestórias que atravessam a atividade (avançaremos nesta noção ao longo deste capítulo).

Na esteira do que propõe Schwartz, também adotaremos nessa dissertação a noção ampliada de trabalho, não restrita ao trabalho formal, mercantil. Nesse sentido, afirmaremos como trabalho as atividades domésticas e o materno.

Escolhemos ainda caminhar com os pressupostos da Ergologia, por

acreditarmos na complexidade e na riqueza do trabalho que esta perspectiva afirma. Nos valeremos ainda da Psicodinâmica do Trabalho, mais especificamente do conceito de Inteligência da Prática, ao nosso ver de grande valia para compreendermos a atividade do materno.

É importante ressaltar que não se trata de fazer uma análise completa e detalhada dessas abordagens teórico-metodológicas, e sim de fazer uso de alguns conceitos que acreditamos serem fundamentais para progredirmos no objetivo deste trabalho.

Antes de avançarmos nessas perspectivas, no entanto, acreditamos ser pertinente apresentarmos brevemente as noções de vida e saúde de Canguilhem.

1.1 Contribuições de Canguilhem

A vida não é (...) para o ser vivo, uma dedução monótona, um movimento retilíneo; ela ignora a rigidez geométrica, ela é debate ou explicação com um meio em que há fugas, vazios, esquivamentos e resistências inesperadas” (Canguilhem, 2011, p.140).

Ao definir a vida como movimento, Canguilhem (2011) nos ensina que os seres vivos não vivem entre leis e sim entre seres e acontecimentos que diversificam essas leis. Estamos, assim, imersos em um meio que não escapa ao devir, à história: um mundo de acidentes possíveis. É nesse sentido que ele irá afirmar que o meio é infiel: sua infidelidade é justamente o seu devir.

Esta concepção de vida em Canguilhem terá implicações diretas para a sua definição de saúde, que se afasta de conceitos como normalidade: A saúde, para Canguilhem (2011), é uma margem de tolerância às infidelidades do meio.

Contrário à ideia de que o meio se impõe ao humano e que este deve a ele tentar se adaptar, Canguilhem investe em uma outra definição de ser vivo, em oposição à inércia e à indiferença: o ser vivo para Canguilhem é um ser normativo, capaz de intervir e produzir novas normas em seu meio. Não se trata, portanto, de um ser submisso ao meio em que se encontra. Trata-se de um ser criador de valor,

instaurador de normas vitais.

O que é pertinente à vida em geral envolve sempre mudanças e revela sempre uma dimensão de inacabamento. Nesse sentido, a vida escapa a qualquer tentativa de antecipação rígida.

Desconsiderando as variabilidades, as infidelidades do meio, o paradigma da Administração Científica do Trabalho acreditou na possibilidade de antecipação total da atividade humana.

O enorme sucesso do taylorismo (que é preciso ser considerado) é certamente uma expressão do poder do conceito sobre a atividade, sobre a capacidade dos saberes de antecipar as condições da atividade humana. Mas o fracasso – ou o relativo fracasso – do taylorismo está também ligado a este projeto (que, enfim, não é humanamente pensável) de anular uma situação da atividade (Schwartz, 2007, p. 108).

Na prática, as exaustivas prescrições tayloristas se mostraram insuficientes para dar conta do trabalho, para fazer o trabalho acontecer. Concebidas em condições artificiais de laboratórios, não consideraram (e nem poderiam) toda uma gama de variabilidades possíveis, tanto no que diz respeito aos fatores internos próprios de cada trabalhador, como no que tange à situação de trabalho em que estão inseridos.

Aproximando-se do trabalho em situação real, a Ergonomia da Atividade demonstrou a impossibilidade de se trabalhar seguindo, sem debate, as prescrições impostas. Trata-se de uma posição radicalmente oposta aos princípios tayloristas, pautados na pretensão de uma possível adequação total entre o prescrito e o real. Para esta Ergonomia, o ato de trabalho incluirá sempre a contradição entre “o que é pedido” e “o que a coisa pede” (Guérin et col., 2001, p. 15). Em função das inúmeras variabilidades que se acumulam e se reforçam na situação de trabalho, os ergonomistas nos ensinam: a defasagem entre o que é demandado ao trabalhador e o que se passa na realidade é irreduzível.

A vida ultrapassa sempre, infinitamente, os conceitos que os homens forjaram para pensa-la. Trabalhar será sempre questão de confrontação da inteligência humana às incertezas do momento presente (Durauffourg, 2007, p. 69).

No sentido de compreender o que acontece nesse “meio infiel” que é o trabalhar humano, a Psicodinâmica do Trabalho e a Ergologia têm muito a contribuir.

1.2 Contribuições da Ergologia

A ideia central de Canguilhem de vida como capacidade normativa, é fundamental para se compreender o trabalho na perspectiva ergológica. Na esteira de Canguilhem (2011), Schwartz irá afirmar que nada acontece da mesma forma de um dia para outro ou de uma situação de trabalho para outra. Nesse sentido, o trabalho é infiel: “o trabalho nunca é totalmente expectativa do mesmo e repetição – mesmo que o seja, em parte” (Schwartz, 2004, p. 23). “Todos os tipos de infidelidades se combinam, se acumulam, se reforçam uma na outra, no conjunto de um ambiente de trabalho (ibidem, 2007, p. 191).

Assim, a vida e o trabalho nos convidam, o tempo todo, a fazer a gestão dos constrangimentos, das incertezas, das infidelidades do meio. O humano, ao trabalhar, não é apenas executor – é gestor de seu trabalho: administra as pressões e exigências; adapta seu ser, seu comportamento em função de variações de seu estado interno e de elementos da situação; decide pelas melhores formas de proceder; inventa “truques”, dá “jeitinhos”, permitindo desta forma atingir mais seguramente os objetivos.

A gestão, como verdadeiro problema humano, advém por toda parte onde há variabilidade, história, onde é necessário dar conta de algo sem poder recorrer a procedimentos estereotipados (Schwartz, 2004, p. 23).

Através desta atividade de regulação das variabilidades, o trabalhador altera os seus modos operatórios, com objetivo de não apenas fazer o trabalho acontecer, mas também fazê-lo preservando sua saúde. Esta concepção de trabalhador(a) enquanto gestor(a), recusa a tese de que não há gestão senão a dos especialistas habilitados como tais (ibidem, 2007).

E se a Ergonomia francófona postulou a defasagem irreduzível entre tarefa e atividade e revelou a diferença entre o trabalho prescrito e trabalho real, a Ergologia reafirmou esta diferença, aprofundando seu significado através do conceito de

normas antecedentes e renormatizações.

1.2.1 As Normas Antecedentes e as Renormatizações

Para Yves Schwartz (2007), por trás da distinção prescrito/ real há algo muito mais geral, presente em toda atividade humana – uma dimensão de protocolo, ou de normas antecedentes, de um lado; e uma dimensão de encontro, ou de renormatizações, de outro. Assim, a partir da noção de prescrição, e buscando melhor compreendê-la e ampliá-la, Schwartz introduziu o conceito de normas antecedentes.

Schwartz acredita que é próprio dos humanos, em sua relação com o meio, estabelecer um movimento de antecipação. “O espírito humano – o seu gênio – manifesta uma potência de antecipação que o autoriza a querer programar, organizar, enquadrar” (2011b, p. 135). O próprio cérebro é, antes de mais nada, um órgão de antecipação e colocação de problemas, e não apenas de reação.

Assim, o que a Ergologia nos ensina é que produzimos, o tempo todo na vida, e também no trabalho, generalidades, em decorrência do esforço de antecipação diante da confrontação com o real. E ao mesmo tempo que produzimos normas gerais, também estamos expostos a exigências ou normas emitidas continuamente pelo meio em que vivemos (Durrive e Schwartz, 2008).

Para Schwartz, a existência, em todos os níveis, de normas gerais

é uma aquisição ‘não negociável’ de nossa humanidade. (...) Desde que existe uma espécie viva, como a nossa, cuja vida social não se rege mais de acordo com patrimônios genéticos predefinidos, não temos mais escolha: estamos na história. Para sobreviver e viver, devemos nos conformar a normas de todos os gêneros, criadas na e pelas histórias propriamente humanas (2011b, p. 135).

Dessa forma, qualquer situação de atividade humana está permeada de normas, designadas por Schwartz de normas antecedentes. Antecedentes porque referem-se a tudo aquilo que preexiste à atividade – tudo que está lá antes que a atividade se desenrole, tudo que visa guiá-la, orientá-la e quase enquadrá-la. É tudo aquilo que a predetermina.

O conceito de normas antecedentes apreende, então, o prescrito, mas extrapola-o - além das formas de prescrição já elencadas pela Ergonomia da Atividade, e que se referem à organização do trabalho e às condições impostas ao trabalhador, a norma antecedente comporta outras formas de antecipação apresentadas ao trabalhador antes de o trabalho ser realizado e que irão servir de referência para os protagonistas da atividade. Nesse sentido, as normas antecedentes (assim como as prescrições) são restrições de execução heterodeterminadas e correspondem à dimensão protocolar - também designada por Schwartz (2007) de registro Um - presente em todas as atividades humanas.

A Ergologia afirma, então, que as normas antecedentes caracterizam-se como construções históricas e estão

vinculadas a aquisições da inteligência e experiência coletiva (e, neste sentido, bens de todos). Essas normas referem-se aos saberes técnicos, científicos e culturais historicamente incorporados ao fazer. (...) Portanto, se constituem em patrimônio da humanidade (Brito, 2006, p.9)

É, portanto, a experiência transformada em patrimônio. Diante de situações que se apresentam ao longo de sua vida, e a partir da apropriação destas aquisições históricas coletivas (boas e ruins), os humanos antecipam-se. E esta antecipação é um dos movimentos fundantes do humano, visto que “sua capacidade de construir projetos está relacionada à capacidade de construir um patrimônio e explorar esta herança de acordo com as situações que se apresentam na história” (Borges, 2006, p. 43)

Assim, fazem parte das normas antecedentes: inovações técnicas, manuais de utilização e de procedimentos operatórios, regras de segurança, leis,

todas as espécies de experiências eficazes, coletivas, industriais, transformadas em modos de organização, em dispositivos de prevenção que antecipam a atividade, segundo diversos níveis de codificação e de prescrição (Schwartz, 2011b, p. 136).

O conceito de normas antecedentes engloba, então, os saberes relativamente estabilizados que relevam do protocolo experimental (prescritos, objetivos, regras, missões...) e os saberes que são procedentes da experiência (culturas de ofício,

saber-fazer, valores...) (Nouroudine, 2009).

Para Brito (2006), esse amplo conjunto do que preexiste à atividade de trabalho mescla: os saberes técnicos, científicos e culturais e os códigos organizacionais, ligados à divisão (social e sexual) do trabalho e às relações de poder, de exploração econômica e dominação.

Na definição de Telles e Alvarez (2004), as normas antecedentes

dizem respeito a um patrimônio conceitual, científico e cultural, no qual podemos identificar, entre outros, o nível técnico-científico atingido e a história sempre particular que conduziu a tal nível: os saberes-fazer historicamente constituídos, as linguagens que os formalizam e que permitem sua expressão, os modos de vida que estruturam as relações ao tempo, ao espaço, à comunidade etc. Trata-se da experiência que pode ser reputada patrimônio da humanidade em sua totalidade (Telles e Alvarez, 2004, p. 73).

Durrive e Schwartz (2008) afirmam que as normas antecedentes definem-se em relação ao agir humano a partir de duas características: a anterioridade e o anonimato. Em relação à primeira característica, pode-se dizer que elas são anteriores no sentido de que “existem antes da vida [industrial] coletiva que tornaram possível” (ibidem, p. 26). Em relação ao anonimato, pode-se afirmar que as normas antecedentes não levam em consideração a singularidade das pessoas encarregadas das atividades. Consequentemente, “a atividade corresponde a um ensaio sempre renovado de alguém único, que volta a agir numa configuração do presente das normas ao mesmo tempo anteriores ao agir e anônimas” (ibidem).

Além de não considerarem as singularidades dos protagonistas das atividades, as normas antecedentes não são suficientes para dar conta da variabilidade do meio em que a atividade se desenrola. É nesse sentido que Schwartz (2011b) irá nos alertar para a importância de tomarmos consciência, em relação às normas antecedentes, dos limites absolutos de seu poder de antecipação.

As normas antecedentes podem e devem ajudar a enquadrar, a transformar em protocolo aquilo que assim pode ser, mas não podemos mandar embora a atividade que se dá como convidada, felizmente, para gerir a todo instante os encontros de encontros. Nenhum protocolo, nenhuma norma antecedente, nenhuma prescrição poderá abstrair os vazios de normas. A antecipação exhaustiva é impossível. (ibidem, p. 137).

A legitimação de uma norma como lei natural, designada por Schwartz (ibidem) de tentativa de usurpação, é impossível porque toda atividade humana é sempre um desenrolar de protocolo normalizado, mas também é um encontro.

Para ser mais preciso, no inaparente (principalmente para os olhares apressados), ela é um encontro de encontros, uma combinatória sempre parcialmente renovada, uma interface sempre parcialmente ressingularizada entre meios técnicos, objetos técnicos e humanos no trabalho (Schwartz, 2011b, p. 137).

Assim, por diversas razões, a atividade sempre irá demandar a gestão em tempo real dessa combinatória infinita de variabilidades materiais, processuais, humanas.

Para dar conta das situações em que as normas antecedentes se mostrem, em alguma medida, inadaptadas, equivocadas ou excessivamente rígidas, será necessário que os protagonistas da atividade exercitem uma astúcia transgressora (Athayde e Brito, 2011). Em outras situações, face a lacunas ou “vazios de normas”, será preciso operar uma inventividade criadora (ibidem).

Resgatando a concepção de Canguilhem (2011) de vida e saúde como capacidade normativa, Schwartz (2011b) irá afirmar que a antecipação exaustiva não é apenas impossível, mas também invivível, na medida em que é extremamente nociva à saúde. Assim, ele assinala que, na vida e no trabalho, os viventes serão o tempo todo confrontados com determinadas normas do meio e buscarão reinterpretá-las, na tentativa de recompor as situações da forma que gostariam que fossem.

A saúde começa com a tentativa de redesenhar parcialmente o meio em que se vive, em função de suas próprias normas, elaboradas por sua história. Nada é, portanto, inteiramente previsível na confrontação, aqui e agora, entre as normas antecedentes, suas lacunas e as normas de saúde próprias à pessoa, convocadas para gerir aquilo que não foi previsto nem ainda vivido por ninguém. Essa confrontação cria, portanto, um novo ponto singular de história no âmago da atividade, no coração do trabalho, que torna a alimentar essa variabilidade de situações não assimilável, que não se pode antecipar, num primeiro momento, por meio de protocolos (Schwartz, 2011b, p. 139).

Assim, no decurso da atividade, a fim lidar com as variabilidades que se

apresentam e de estabelecer uma relação viva e singular com o meio, os protagonistas da atividade irão operar reajustamentos das normas antecedentes – vão tentar, permanentemente, reinterpretar as normas que lhe são propostas e configurar o meio como seu próprio meio (Durrive e Schwartz, 2008).

A este processo, no qual as normas antecedentes são postas em correlação com a situação de trabalho, a fim de produzir normas em adequação com as condições reais da atividade, Schwartz denominou de Renormatizações.

a vida exige do humano que também seja infiel às normas em vigência (fazendo crescer a variabilidade). Tem-se aí um esforço do vivente por reconfigurar este meio como seu próprio meio, exercitando sua capacidade normativa, em um processo que a ergologia entende como o coração da atividade, denominando-o '(re)normatização' (Athayde e Brito, 2011, p. 262).

Neste esforço de desnaturalizar o meio, a intenção do vivente é estabelecer com ele um domínio positivo, ao invés de simplesmente se submeter às suas normas – é uma tentativa de deixar traços de suas próprias normas de vida (Schwartz, 2007). A renormatização, também denominada por Schwartz (ibidem) de registro Dois, remete, então, à ressingularização, à desneutralização das normas antecedentes ou normas do registro Um - é a dimensão do encontro: “É uma tentativa de recentramento das normas do ‘registro Um’, que foi pensado sem você, uma tentativa de o repensar em função de você, em função da história que você tem para viver” (ibidem, p. 98).

Importante frisar neste ponto que, nessa tentativa de recentramento das normas antecedentes em função de si mesmo, cada um, em parte, as transgride, e as distorce para delas se apropriar; e, em parte, sofre-as como algo que se impõe do exterior. Nesse sentido, o processo de renormatização é sempre parcial.

Para Durrive e Schwartz, “Se as normas, exprimem o estabilizado, o antecipado, elas têm vocação para serem colocadas em história graças às renormatizações” (2008, p. 27). Ao escolher não reproduzir os quadros normativos, os humanos abrem espaço para que se expressem as alternativas em reserva da atividade – aquelas que resultam das renormatizações. Nesse sentido, Schwartz (2007) afirma que não há nenhuma situação de trabalho que já não seja, mais ou

menos, transformadora ou tentativa de transformação. A atividade é sempre fonte de reservas de alternativas, que podem dar origem a realidades diversas: “Existem, na própria atividade, reservas de alternativas permanentes que são mais ou menos contrariadas, mais ou menos desenvolvidas” (Schwartz, 2007, p. 35).

Schwartz (ibidem) nos ensina que o segundo registro, das renormatizações, é um fato tão universal quanto o primeiro – em função nas variabilidades inelimináveis e das variabilidades sempre renovadas, a vida não se desenrola sob o regime do estrito enquadramento e heterodeterminação. “A variabilidade do meio técnico torna impossível a standardização total” (Schwartz, 2007, p. 96).

A solicitação de seres capazes de produzir saberes locais, investidos na situação a ser vivida, capazes por isso de adotarem para si mesmos normas que preencham essas lacunas normativas, enfim, esses encontros de encontros, é inelutável (Schwartz, 2011b, p. 138).

Assim, Schwartz (2007) assinala que uma situação de trabalho é sempre palco de confrontação entre esses dois registros, o das normas antecedentes (R1) e o das renormatizações (R2): o primeiro, como vimos, diz respeito àquilo que pode ser antecipado a partir de um patrimônio socialmente construído e compartilhado; e o segundo remete àquilo que é da ordem da gestão do singular, ou seja, as renormatizações únicas de cada indivíduo. Essas duas dimensões – R1 e R2 – são fundamentais: é necessário antecipar para que se tenha um domínio sobre o meio e é preciso também fazer face aos encontros (ibidem).

Para melhor explicar a polaridade R1/R2, Schwartz lança mão da analogia do ímã – todo ímã tem sempre dois polos, norte e sul. Quando o cortamos, há sempre uma reconstituição de um polo norte e um polo sul, não importa o tamanho do ímã. Assim também acontece na atividade de trabalho – a polaridade se reconstitui em diversos níveis e é, ao mesmo tempo, contínua e não totalmente contínua. Schwartz (2007) explica:

- é contínua porque pode-se reconhecer os registros Um e Dois até em si próprio – “prescrevemos regras para nós mesmo e, em seguida, o encontro faz com que a modiquemos, mais ou menos” (ibidem, p. 97);

- não é totalmente contínua em função da ambiguidade do registro Um – as normas antecedentes remetem, em parte, àquilo que é da ordem das relações de poder ou das relações de propriedade (dimensão social do R1). Assim, a polaridade pode ter uma significação diferente de acordo com o ponto de vista das relações sociais. Dito de outra forma: em algumas situações afirmamos que determinadas regras são do registro Um, mas, ao mesmo tempo, dependendo do modo como elas são vividas, não podemos dizer o mesmo. Por outro lado, regras criadas no funcionamento da atividade, podem, em um outro momento, ganhar outro estatuto ao serem validadas como tais em uma empresa, por exemplo.

Conforme nos ensina Schwartz, podemos, então, distinguir esses dois registros em toda atividade de trabalho. No trabalho *stricto sensu*, as normas antecedentes atravessam a atividade sob a forma de prescrito – regras e procedimentos da organização em que se trabalha –, mas também sob a forma de patrimônio oriundo de experiências anteriores, de saberes de ofício, de valores daquela cultura, daquele momento histórico. E, em função das variabilidades que se apresentam e dos vazios de normas, os trabalhadores renormalizam – apropriam-se das normas, as transgridem, criam novas normas.

A dialética dos dois registros, entre antecipação e confrontação, entre patrimônio e encontro, nos remete àquilo que Schwartz (2007) designa debate de normas em um mundo de valores.

1.2.2 Debate de Normas em um Mundo de Valores

Se trabalhar nunca é pura execução do prescrito, e sim uma confrontação a ser gerida, então o trabalho requer, o tempo todo, que se faça escolhas, arbitragens. Nesse sentido, para a Ergologia, toda atividade humana pode ser caracterizada como um nó de debates entre normas antecedentes e tentativas de renormalização na relação com o meio (Schwartz, 2011a).

Assim, Schwartz irá afirmar toda atividade é debate de normas, em nome dos quais as decisões se elaboram. Para Brito,

Trabalhar é colocar em debate uma diversidade de fontes de prescrição, estabelecer prioridades entre elas e muitas vezes não poder lhes seguir simultaneamente. Do mesmo modo que as prescrições, as normas antecedentes podem ser contraditórias, implicando uma permanente tensão entre princípios, regras, modelos, formação técnico-científica, recursos disponíveis etc. (Brito, 2006, p. 12).

O modo como cada um, individual ou coletivamente, irá gerir esse debate, normatizando, escolhendo e reinventando o uso das normas antecedentes, não é neutro: as escolhas fazem referência a valores. Assim, as renormatizações nos obrigam a falar de valores, estão ligadas a eles, ou melhor, se apoiam sobre eles – não há norma que não se sustente em valores.

E cada um irá tratar os debates de normas recorrendo a um universo de recursos pessoais, hierarquizado por seu conjunto de valores do momento (Schwartz, 2011b).

Normatizar quando há um vazio de normas, renormatizar quando é preciso ajustar ou não respeitar determinada esfera de normas antecedentes supõe que os protagonistas das escolhas dialoguem, explícita ou implicitamente, com um universo de valores já estabelecidos (...). Nenhuma escolha é o produto do aleatório (Schwartz, 2011b, p. 141).

Schwartz (ibidem) irá afirmar ainda que os valores não existem como um dado externo à atividade, ao contrário: esta não para de reelaborar, re-hierarquizar, redefinir esses valores. Nesse sentido, não é possível estabilizá-los – os valores não escapam ao devir, é a história que lhes confere sentido.

Estes debates, frequentemente invisíveis, estão presentes no interior da menor atividade de trabalho e são, ao mesmo tempo (Schwartz, 2007):

- Debates consigo mesmo – ligados à economia do corpo – economizar-se, economizar a fadiga, manter os ritmos, manter as cadências, sem desconsiderar, no entanto, o contexto em que aquele trabalho acontece;

- Debates com os outros - da ordem social, do “bem viver juntos” – esforçar-se para tornar vivível a vida daqueles com quem se trabalha, não incomodar. Schwartz nos alerta, no entanto, que há situações em que esses valores não são colocados em jogo porque a situação do trabalhador já é tão penosa que ele não quer saber o que se passa ao lado.

Os valores que sustentam as normas se distribuem, segundo Schwartz (2007; 2011b), em dois tipos bastante distintos:

- Valores quantitativos (particularmente monetários) – são aqueles que comportam unidades de medidas, são dimensionáveis, quantificáveis. Estes podem ser um motivo, um objetivo, um valor para a atividade, mas ele jamais são tecidos na atividade – são antecipações puras ou puros resultados de atividades. E nesse sentido, em geral, ignoram as micro-gestões e o impacto dessas em termos de eficácia e custo para a saúde (Schwartz, 2013);
- Valores sem dimensões – são aqueles que não possuem nenhuma unidade de medida, que não são naturalmente quantificáveis. Valores para os quais não há definição categórica, nem escala única de comparação - são tecidos na atividade, convocados por ela e reelaborados constantemente, não existindo, portanto, inteiramente separados dos protagonistas da atividade. Esses valores sem dimensão podem se voltar apenas ao protagonista da atividade ou podem ser denominados “bens comuns”, “à medida que seu horizonte absorva mais e mais os semelhantes, seres que julgamos implicitamente como semelhantes a nós, destinados a se beneficiarem desses bens do mesmo modo que nós” (Schwartz, 2011b, p. 143).

Para Schwartz (2007), esses valores que atravessam o micro da atividade também atravessam toda a sociedade.

esse mundo de valor que fica presente em toda a atividade, em todas as renormatizações, é um mundo que não é limitado ao mundo do trabalho. Há um mundo de valores, um mundo que nos implica todos como seres humanos, que se situa no campo do macroscópico (ibidem, 2013, p. 336).

Assim, ao mesmo tempo em que a atividade humana em sua dimensão mais elementar constitui-se num debate de normas e valores, Schwartz (2007) irá afirmar que a sociedade, em termos macro, também está permeada por esses valores e experimenta crises permanentes entre o econômico, e o político com o mundo do trabalho.

Uma atividade de trabalho é sempre o lugar, mais ou menos infinitesimalmente, de reapreciação, de julgamentos sobre os procedimentos, os quadros, os objetos do trabalho, e por aí não cessa de ligar um vaivém entre o micro do trabalho e o macro da vida social cristalizada, incorporada nessas normas. Vaivém que não deixa incólume nenhum dos dois níveis (Schwartz, 2011a, p. 33).

Nesse sentido, ele afirma que a perspectiva ergológica nos obriga a colar permanentemente o micro e o macro: “Uma situação de trabalho contém as questões da sociedade. Inversamente, pela maneira como se trabalha, cada um toma sua posição nestes debates da sociedade e os recompõe na sua escala” (ibidem, 2007, p. 31).

A partir dessa concepção, Schwartz (ibidem) identifica claramente nas sociedades atuais dois polos:

- o primeiro é orientado por aqueles valores que, como dissemos, são quantificáveis, mercantis, valores de mercado. As decisões que aí se tomam são orientadas em função de valores dimensionados e mediante comparação de interesses, de benefícios. “Tudo funciona no número, nas diferenças de quantidades” (ibidem, 2007, p. 251);
- no segundo polo, o político, estão em jogo aqueles valores que não podem ser dimensionados: “Não existem teodolitos ou contadores que possam dar uma escala a destes valores” (ibidem, p. 251). São, por exemplo, o bem-estar da população, o acesso à saúde, à

educação, à cultura, ou seja, valores referentes ao bem viver em comum. Valores que se espera que sejam assumidos por instituições de cunho político.

Em relação aos valores deste segundo polo, Schwartz (2007) nos ensina de que, apesar de não serem em sua origem dimensionáveis, a vida nos obriga a introduzi-los na história dando-lhes alguma dimensão. “Impossível dar realidade a estes valores sem lhes atribuir uma dimensão, sem lhes alocar recursos (...). Portanto, devemos dimensionar” (ibidem, p. 251). No entanto, qualquer dimensionamento é sempre problemático, visto que faz eclodir discordâncias sobre o conteúdo a dar aos valores sem dimensão, ainda que haja, a princípio um relativo consenso (Schwartz, 2004). Como fazer a arbitragem entre tais valores? Considerando que os valores que regem esses polos são orientados por lógicas diferentes, sempre haverá uma compatibilidade eminentemente problemática entre eles. Ainda assim, é necessário que os dois polos se comuniquem, que um considere o outro (Schwartz, 2007).

Vemos que indubitavelmente há uma busca de equilíbrio, tensões entre eles, mas se nos reportamos a este esquema bipolar, não consigo enxergar muito claramente o que faria acionar suas trocas, o que faria funcionar suas tensões, como é que isto faria pender para um sentido ou outro, qual seria a evolução, em suma, como seria feita a história (ibidem, p. 253).

Schwartz nos alerta, então, para uma lacuna existente neste esquema de dois polos – como é deflagrada a dialética entre o polo do mercado e o polo do político? Assim, para dar conta das tensões entre estes dois, ele introduz um terceiro polo: o polo das gestões, da atividade humana ou ainda das dramáticas de uso de si. “Sem esse polo das gestões, não se sabe muito bem quem pensa, quem sofre, quem quer mudar, e onde é o lugar dos debates de normas e valores” (ibidem, p. 255).

É nesse espaço tripolar que a história se faz: os polos mercantil e político, reunidos no eixo das normas antecedentes, e o polo da gestão ou da atividade, que irá gerir o aqui e agora, que irá operar as renormatizações. Este último é, portanto, o polo das pessoas que fazem a gestão no cotidiano entre o registro da antecipação e o registro da confrontação com o real.

Cada polo tem sua especificidade, mas seria ininteligível em si, fora do

contexto da relação com os outros dois polos: “Com a interação dos três polos em conjunto, que estão em tensão permanente, compreende-se talvez melhor como as coisas se transformam sob o efeito de crises e de reequilíbrios sucessivos” (ibidem, p. 253).

1.2.3 Trabalho e Corpo si

Schwartz (2007) nos ensina que esses debates de normas que vivenciamos o tempo todo não são sempre conscientes – frequentemente as escolhas que fazemos se dão de forma quase inconsciente. E se não fosse desta forma, estaríamos a nos indagar o tempo todo acerca dos motivos de cada escolha, de cada arbitragem, o que seria pouco eficiente e extremamente extenuante.

Assim, as escolhas que fazemos são muitas vezes quase automáticas. E é por isso que Schwartz irá afirmar que elas se situam no corpo. Os debates de normas a que nos referíamos são, na realidade, debates de normas dentro do corpo si. É o corpo-si quem faz escolhas na atividade. Ele é

(...) a entidade convocada para gerir as exigências do trabalho, imaginar os possíveis, hierarquizar as escolhas, calcular, racionalizar, avaliar, renormatizar, colocar uma marca própria em seu meio, ser senhor de suas próprias normas. A fim de respeitar o caráter enigmático dessa entidade que se encontra sempre no centro do trabalho, Schwartz vai denominá-la corpo-si, em lugar de sujeito (Bastos, 2008, p.11).

O corpo-si, atravessado pelas dramáticas do trabalho, remete às profundezas do que somos, indo além do biológico: “A atividade mergulha suas raízes, ou seu trabalho, no mais obscuro do corpo, o nosso corpo. E por outro lado, ela tem a ver com o que há de mais cultural, histórico, moral” (Schwartz, 2007, p. 202).

Assim, o corpo si é uma entidade complexa, da qual nenhuma ciência única é capaz de dar conta, pois é, simultaneamente:

- corpo inserido na vida – somos seres biológicos e guardamos comensurabilidades com outros seres vivos. O si é, então, inseparável da evolução da vida;

- corpo domado pela cultura – somos seres da história, estamos atravessados e saturados por valores em um universo de cultura. A atividade se insere em um contexto maior do que somente o presente;
- corpo com uma história psíquica própria, com um drama singular.

Trabalhar é, portanto, convocar o humano por inteiro – essas três dimensões estão presentes no menor dos atos de trabalho (Schwartz, 2007).

1.2.4 O trabalho enquanto um drama e enquanto uso de si

Se, como vimos, trabalhar é fazer escolhas, gerir debates de normas, trabalhar supõe também correr riscos: risco de falhar, de desagradar, de criar novas dificuldades (Schwartz, 2007). “Escolher essa ou aquela opção, essa ou aquela hipótese é uma maneira de se escolher a si mesmo – e em seguida de ter que assumir as consequências de suas escolhas” (ibidem, p. 193).

Além de escolher a si mesmo, o humano, ao trabalhar, faz escolhas relativas aos outros envolvidos no trabalho – escolhe trabalhar com uma pessoas mais do que a outra, escolhe como irá tratar as pessoas com as quais se relaciona. Para Schwartz (2007),

jamais se trabalha totalmente sozinho, mesmo quando se tem essa impressão, porque os outros estão lá através da preparação do trabalho, da prescrição, da avaliação. Estamos em um universo social de parte a parte. “Fazer essas escolhas é também se engajar em um mundo humano atravessado de valores. E este é um elemento de escolha em uma resposta que é sempre, em parte, coletiva (ibidem, p. 194).

Os outros, que podem ser colegas próximos ou distantes, aqueles que avaliam, que julgam ou que lhe pagam pelo trabalho atravessam, de parte a parte, a atividade. Assim, o trabalho é uma realidade profundamente coletiva e, ao mesmo tempo, por ser singular, é profundamente individual (Schwartz, 2007). “A atividade é, então, de certo modo, uma experiência de singularização. Isto quer dizer que, quando trabalhamos, encontramos momentos de fracasso, de sucesso ou de inventividade bem sucedida” (Durrive, 2007, p. 99).

Assim, no trabalho, muito além da pura execução, há uso de si - e todo uso de si é simultaneamente uso de si por si mesmo e uso de si pelos outros (Schwartz, 2007). O uso de si por si irá incluir tudo que o trabalhador investe em termos de recursos físicos, cognitivos, psíquicos, motores, seus conhecimentos, sua sensibilidade, seus gostos, sua experiência individual e coletiva, as avaliações e renormatizações que efetua na tentativa de desanonimar o meio. O uso de si por outros inclui o que é externo ao trabalhador – as normas antecedentes, as consignas, os procedimentos, as condições históricas, as relações de poder, tudo aquilo que o meio impõe, porque no trabalho (e na vida) não se faz só o que se quer.

A articulação permanente dessas duas polaridades – o uso de si por si e o uso de si pelos outros – faz do trabalho um espaço de tensões problemáticas. É nesse sentido, que Schwartz irá afirmar que o trabalho comporta sempre um drama, não no sentido dramático e sim no sentido de que há um destino a se viver, que alguma coisa acontece.

Ao trabalhar, iremos buscar manter um equilíbrio aceitável entre o uso de si requisitado e o uso de si consentido, entre as nossas próprias normas, as normas do coletivo de trabalho e do coletivo social mais amplo. O fracasso nessa conciliação irá gerar sofrimento – e aí sim o trabalho pode se transformar em um drama no sentido trágico do termo.

Mas como apreender o trabalho em sua dimensão dramática?

1.2.5 O ponto de vista da atividade

O ponto de vista da atividade humana constitui o cerne da abordagem ergológica. Ter um olhar ergológico sobre as situações nos conduz à recusa de avaliá-las antecipadamente. É posicionar-se contra a ideia de que, tendo um modelo de análise, já compreendemos o que se passa entre homens e mulheres: “Ao contrário de buscar respostas gerais sobre o que ocorre com o trabalho, através de fórmulas exaustivamente utilizadas, a Ergologia propõe uma análise ‘situada’” (Athayde e Brito, 2007, p. VII).

É nesse sentido que a Ergologia postula que é preciso “ver de perto o que se

passa”. Trata-se, na concepção de Schwartz (2007), de um “olhar à lupa” e não de um olhar míope. A necessidade de ver de perto é consequência direta do entendimento que todos casos são singulares, únicos: “A vida das pessoas no trabalho não se deduz automaticamente das mudanças ou das evoluções “no contexto”” (Durauffourg, 2007, p. 48).

Para Durauffourg (ibidem), se operamos unicamente no nível do contexto, daí inferindo as consequências sobre a vida das pessoas, ‘quebramos a cara’: “De um lado, visto que há contextos que mudam, que evoluem, seríamos tentados a concluir, quase automaticamente, que a vida das pessoas segue a mesma mudança, o que é falso (ibidem, p. 55).

Não se pode fazer inferências, por exemplo, sobre o valor de uma mudança para os indivíduos, ainda que ela seja percebida como positiva, social e politicamente (Durauffourg, 2007). Assumir esta postura é, no melhor dos casos, subestimar - e no pior dos casos, negar - as variabilidades do ser vivo.

Igualmente perigoso, nos adverte Durauffourg (ibidem) é a tendência inversa, de olhar a vida das pessoas independentemente dos contextos, como se estes contextos fossem separados do que vivem as pessoas - “O contexto e a vida singular: nem confundi-los, nem separá-los” (ibidem, p. 56)

Trata-se de apreender, ao mesmo tempo, o ponto de vista micro e o ponto de vista macro, nesta articulação - e não atividades singulares de um lado e contexto geral de outro (Duc, 2007 p. 58). Trata-se de “interpelar o contexto, sem perder de vista a realidade específica” (Durrive, p. 62).

Assim, Durauffourg (2007) nos ensina que aquele que se interessa pelo trabalho, na perspectiva ergológica, precisará se colocar efetivamente em um cruzamento, entre trama e urdidura, entre micro e macro. É se interessar por esta dialética fundamental entre o singular e o geral. Nesse sentido, não se pode entender o mundo do trabalho sem entender o mundo fora do trabalho.

Faz-se necessário, portanto, considerar o conjunto das características da situação de trabalho (ibidem) – a vida real das pessoas, o trabalho concreto, a organização de trabalho, a maneira pela qual os relacionamentos se estabelecem

dentro do trabalho. Inclui pensar os valores aí mobilizados, as competências que se produzem no encontro do sujeito com o trabalho.

Caminhar com o ponto de vista da atividade, é entender que o trabalho é infinitamente mais complicado do que podemos imaginar (Duraffourg, 2007, p. 68). É evidenciar a riqueza infinita da atividade humana, presente inclusive nos trabalhos aparentemente simples. Requer “se aproximar do seu semelhante com um olhar que evita mutilar aquilo que ele faz” (Schwartz, 2007, p. 95).

É aceitar confrontar-se permanentemente com o enigma da atividade. É aceitar que sempre restará uma parte da atividade sobre a qual não se pode dizer. Ver de perto o que se passa não é apenas observar, é conversar sobre a atividade. É, na realidade, mais do que isso. É trazer a atividade para o centro. É colocar-se disponível, deixar-se contaminar. E, como nos ensina a Ergologia, há pouca chance de se fazer isso à distância da situação concreta - não se conhece plenamente a atividade industriosa humana à distância das circunstâncias concretas que se tem que gerir aqui e agora (Schwartz e col., 2008, p. 11).

“É em situação que é possível levantar uma ponta do véu” (Duraffourg, 2007, p. 71). É necessário estar do lado e ao lado dos operadores (Duraffourg, 2007). Será preciso permitir ao trabalhador verbalizar a sua atividade, o que ninguém poderá fazer no lugar dele.

Assim, envolve compreender, mas também estar disponível para transformar, porque, conforme nos ensina Duraffourg, em situação de análise do trabalho, as pessoas não esperam apenas dar um testemunho – elas querem que sua situação mude. Nesse sentido, Athayde e Brito (2007) afirmam que o ponto de vista da atividade aposta na potência humana de compreender-transformar o que está em jogo.

Operar com este ponto de vista envolve, então, convocar os verdadeiros problemas (que não são os nossos enquanto pesquisadores) e negociar soluções. Neste ponto, ressaltamos algo que já é, possivelmente, evidente: não é tarefa fácil caminhar com o ponto de vista da atividade. É preciso não ser obcecado por problemas e soluções (Duraffourg, 2007):

É difícil, é mesmo francamente incômodo para uma prática profissional: trata-se de resistir à tentação de se refugiar na denúncia em geral, de conceitualizar precocemente, para ao contrário respeitar sempre as situações concretas; trata-se de recusar reduzir, de imediato, a riqueza das situações para que elas entrem, à força se for preciso, nas categorias preestabelecidas das disciplinas (ibidem, p. 63).

O que a Ergologia nos ensina, então, é que a única possibilidade de encontrar a atividade de trabalho é através da descoberta de suas formas singulares. É preciso, assim, aceitar que jamais será possível fazer entrar a complexidade da atividade de trabalho nas pequenas caixas das disciplinas – não entra, pois entalado, transborda – e transbordará sempre por toda parte (Duraffourg, 2007).

Há uma obscuridade que, eu diria, coloca à distância toda a objetivação do sujeito, aquela que o faz passar, no fundo, como um “objeto a ser descrito”. (...) o sujeito escapa sempre, a seu jeito, de ser objetivado – e a atividade, é isso que ela nos diz! (Schwartz, 2007, p. 199)

Os conceitos serão, dessa forma, sempre insuficientes para entendermos o que se passa nas situações de trabalho, porque será no retrabalho e no contato com as situações concretas que as pessoas irão recompô-los. Nesse sentido, a Ergologia nos convida a pôr em trabalho experiência e conceitos – colocá-los em debate. Ou melhor, criar espaços para que estes debates emergjam, sabendo que são debates que ninguém pode finalizar (Duraffourg, 2007). “Para compreender o trabalho, os saberes disciplinares são necessários, mas é com aqueles que trabalham que se validará conjuntamente o que podemos dizer da situação que eles vivem” (Schwartz, 2007, p. 36).

O ponto de vista da atividade nos obriga, assim, a mergulhar naquilo que Schwartz chamou de desconforto intelectual:

O desconforto intelectual, a característica sempre antecipatória da atividade é isto: jamais ninguém poderá encerrá-lo em uma moldura, por mais sedutora que ela seja. E é necessário permanentemente lutar para restituir sua dimensão proativa ou criadora, mesmo no infinitamente pequeno do sujeito” (Schwartz, 2007, p. 200).

Entendemos que a escolha do termo ‘desconforto’ tenha sido acertada: como

já dissemos, não se trata de tarefa fácil...

1.2.6 Agir em Competência

Gostaríamos de, por fim, aprofundar neste trabalho, a abordagem de competências no/ para o trabalho proposta por Schwartz (1998; 2007).

Progressivamente, a partir da década de 80 e em função das mudanças técnicas organizacionais e econômicas que se impuseram a partir daí, as empresas vem substituindo o termo “qualificação” pelo termo competência.

Esse deslizamento semântico de qualificação para competência é, para Schwartz (1998), estruturalmente paralelo ao deslizamento trabalhar/ gerir. Não que a gestão não existisse nas formas anteriores de organização do trabalho – sempre existiram, mas de forma dissimulada pelos objetivos aparentemente mais modestos e pela gestualidade apreendida como repetitiva. Atualmente, a gestão das situações de trabalho é muito mais claramente identificável e motivou esse recurso ao conceito mais vago de competência (ibidem).

Perante a diversificação das situações de atividade e da dilatação dos registros envolvidos, vemos proliferar ressegmentações e circunscrições de aptidões, uma grande quantidade de itens na forma de "capacidades para" que supostamente descrevem características do titular do emprego (Schwartz, 1998, p. 2).

Para Schwartz (ibidem), a determinação das competências para o trabalho é uma questão legítima – é um exercício necessário para fazer avançar essa discussão, que se constitui como um problema real:

É legítimo examinar a questão das competências, porque nenhuma atividade humana pode deixar de lado a possibilidade de as pessoas engajadas numa operação responderem positivamente e operarem com eficácia tendo em vista o objetivo comum, em uma situação mercantil ou não mercantil. Ninguém pode escapar a esta questão, mas é preciso imediatamente avaliar a que ponto vai ser difícil dar um sentido operacional à questão (Schwartz, 2007, p. 208).

Nesse sentido, trata-se de uma questão insolúvel, “incompatível com a

pluralidade de registros ou elementos que toda atividade de trabalho tenta articular” (ibidem, p. 1). Essa pluralidade se torna evidente na dificuldade frequente em verbalizar a atividade de trabalho – problema essencial, porém amplamente ignorado ou subestimado. Na maioria dos casos, descreve-se “o emprego, o posto ou a tarefa, nunca o trabalho” (Jobert, apud Schwartz, 1998, p. 4).

Pensar a definição de competência como “aquilo que uma pessoa coloca em ação no trabalho” não a restringe mais a um posto de trabalho e nos sugere a possibilidade de ampliar a investigação acerca do que é requerido no trabalho (Schwartz, 2007). Mas isso nos impõe um desafio, que dificulta a definição da noção de competência no trabalho:

Tenta-se definir competências não para o trabalho, mas para as situações de trabalho. Porém, *o que é uma situação de trabalho?* (...) Será que alguém poderia definir uma situação de trabalho, no espaço e no tempo, dizendo: “eis uma situação de trabalho, é isso; ela se define por tal espaço e por tal temporalidade”? (ibidem, p. 208)

Se os limites de uma situação de trabalho não são jamais descritíveis, se não são padronizáveis, se são imprecisos, como determinar uma competência ajustada a uma situação de trabalho? Como considerar ainda quais as competências necessárias para uma determinada atividade se esta é, como vimos, sempre micro-recriadora, um encontro de encontros, que requer “por parte dos protagonistas “usos de si” em parte comuns, em parte diferentes” (Schwartz, 1998, p. 5)?

Para Schwartz, a problemática das competências possui, então, a mesma ambiguidade do próprio conceito de trabalho, que

não pode, sem cairmos no absurdo, ser isolado de um campo muito mais amplo, o da indústria humana, no seu sentido mais genérico e enigmático; como também não pode ser, sem ingenuidade intelectual, separado das riquezas e limitações prodigiosas que recebe na sua forma de trabalho social, emaranhado na troca mercantil. Esse é o desafio do que chamamos de interrogação ergológica. Disso resulta ser impensável tratar as competências independentemente das normas e características que definem todos os processos ergológicos: o que estes requerem do homem? Como se compõem, neles, normas antecedentes de tendências generalizantes e gestões da singularidade? Como se articulam neles atividade e valores? Que jogos se operam entre a dilatação do saber e as tentativas de reconfiguração do “meio”? Toda manifestação de competência em qualquer campo é uma modalidade eficiente dessas negociações complexas (ibidem, 1998, p. 6).

Para assinalar a complexidade da questão, Schwartz (2007) sugere a existência de três elementos que estariam contidos na noção de competência e que não se articulam facilmente:

- O primeiro elemento diz respeito à apropriação de um certo número de normas antecedentes, ou elementos do Registro 1, ou seja, trata-se de algo que se refere ao que é relativamente codificado, relativamente transmissível, relativamente conceitualizado – o que enquadra fortemente toda situação de trabalho.
- O segundo elemento, ao contrário, refere-se àquilo que é relativo à história de cada situação - ao que cada situação tem de histórico e de parcialmente inédito. Diz respeito, portanto, ao Registro 2.
- O último elemento, de natureza absolutamente diferente, seria a gestão do inédito que cada sujeito realiza quando, em situação de trabalho, é solicitado a fazer escolhas. Trata-se de uma dimensão de valores, que se articula com as duas outras dimensões.

A partir dessas três polaridades, Schwartz nos ensina que existe uma heterogeneidade fundamental nos elementos que compõe a noção de competência, e que a relação entre eles nunca é verdadeiramente antecipável (Schwartz, 1998).

Para ressaltar a questão da heterogeneidade desses elementos, Schwartz (2007) irá se valer da ideia de ingredientes que se combinam - são diferentes entre si, mas uma pitada de cada um é necessária para uma boa mistura: “Um certo número de ingredientes é necessário a todo agir em competência, para cada pessoa, numa dada situação” (ibidem, p. 209).

O primeiro ingrediente se reporta ao aspecto protocolar, ou seja, ao que existe de antecipável e descritível em toda situação de trabalho. Supõe, assim, dominar, em parte (já que ninguém pode tudo dominar), os saberes científicos, técnicos, de ordem econômica, gestonária, jurídica, linguística, toda uma série de códigos, saberes e linguagens – as normas antecedentes que enquadram uma situação.

Esse primeiro ingrediente se opõe ao seguinte, na medida em que ele supõe um *descentramento* ou uma descontextualização da pessoa em relação à sua situação, em relação à sua vida, em relação a seus desejos. Aprender tais saberes é fazer, de uma certa maneira, abstração do que se pensa sobre a questão (Schwartz, 2007, p. 210).

O segundo ingrediente distingue-se bastante do primeiro, situando-se em um polo oposto: refere-se à capacidade de se deixar apropriar pela dimensão da experiência e da singularidade, pelo “encontro de encontros” - ser impregnado pela história simultaneamente humana, técnica, viva da situação. O agir em competência neste segundo ingrediente refere-se, então, à relativa incorporação do histórico de uma situação de trabalho - significa saber gerir os imprevistos presentes em cada situação. Assim,

ser competente, num sentido muito diferente do primeiro ingrediente, equivale a ter-se “imbuído”, num grau mais ou menos forte, dessa historicidade que a dimensão conceitual, pelo menos num primeiro tempo, ignora. “Saber”, “saber-fazer”, “conhecimento”? Essas distinções não nos parecem, aqui, muito relevantes. Mais pertinente nos parece ser a capacidade para tomar decisões, para arbitrar, levando essas “conjunturas” em conta (Schwartz, 1998, p. 10).

Schwartz destaca a importância do corpo-si como aquilo que mais claramente se manifesta neste ingrediente: “a presença no si do histórico da situação passa muito, nas relações humanas, por todas as sensações, por tudo o que é registrado pelo corpo, pela memória, sem que se pense realmente” (2007, p. 211). Tem-se aí a primeira dificuldade no que se refere a este ingrediente: colocá-lo em palavras – como, então, avaliar aquilo que é difícil explicar?

A propósito dessa forma de competência “aderente” à ação, Jacques Leplat fala em “competências incorporadas”, “facilmente acessíveis, dificilmente verbalizáveis, pouco custosas em termos de carga mental, dificilmente dissociáveis, muito ligadas ao contexto” (Schwartz, 1998, p. 12).

Há que se considerar ainda, em relação a este segundo ingrediente, aquilo que Schwartz denominou de temporalidade ergológica – o histórico de uma situação não se incorpora no instante. Eis a segunda dificuldade: para que este ingrediente se cristalice e para que este agir em competência se constitua é necessária uma duração específica, tanto em relação à pessoa quanto à situação.

Nesse sentido, coloca-se a terceira dificuldade: nenhuma formação clássica consegue, do dia para noite, preparar o trabalhador para este ingrediente – ele só se forma através da própria operatividade.

Uma vez colocados os dois primeiros ingredientes, Schwartz nos apresenta ao terceiro, que pode ser definido como a “capacidade e propensão variáveis para “estabelecer uma dialética” ou uma consonância entre os dois primeiros” (1998, p. 13). Ou seja: trata-se da capacidade de articular a face protocolar e a face singular de cada situação – ver, simultaneamente, aquilo em que cada situação é expressão de um caso típico e aquilo em que ela supõe um tratamento diferenciado.

Mesmo que, para tratar o caso, para tratar a situação, sejam utilizados recursos codificados, aprovados, do lado do protocolo, estes devem ser ajustados permanentemente ao que a situação tem de particular (Schwartz, 2007, p. 212).

Não se trata, conforme nos adverte Schwartz (1998), de um trabalho simples. Requer, ao mesmo tempo, um distanciamento em relação ao caso e um domínio de um certo nível de recursos característicos do ingrediente 1.

os ingredientes 1 e 2 são necessários mas não bastam, pois instaurar essa dialética é um verdadeiro trabalho, um exigente “uso de si por si”, um reajustamento indefinido, uma vigilância sensorial, relacional e intelectual que não tem mais outro termo a não ser a própria história; essa história, que remodifica as normas, as regras e os procedimentos, aprofunda os saberes e oferece de volta indivíduos sempre ressingularizados pela vida (ibidem, p. 15).

É um ingrediente particularmente requerido pelo setor de serviços, em especial nas relações face a face entre um usuário-cliente e um representante da organização.

O ingrediente de número quatro introduz uma nova ruptura e uma nova heterogeneidade na lista de ingredientes. Trata-se do ingrediente que nos obriga a considerar a questão dos valores em jogo em toda atividade: se trabalhar implica uma arbitragem permanente entre o uso de si por si mesmo e o uso de si pelos outros, o agir competente neste ingrediente é determinado pela capacidade de fazer com que o meio de trabalho seja em parte “o seu” – um meio em que se possa fazer valer um certo número de suas normas de vida. Envolve, portanto, a capacidade de

transformar o seu trabalho em patrimônio, ou seja, de se apropriar, em parte, do trabalho como sendo seu – o trabalho como lugar de saúde, como lugar de normatividades possíveis (Schwartz, 2007).

O desenvolvimento deste ingrediente da competência vai depender também do que o meio oferece, ou seja, “o quadro relacional pode apagar ou pelo contrário fazer desabrochar competências” (ibidem, 1998, p. 17):

Dependendo do que seu "meio" assim recortado, redefinido, oferecer em termos de espaço de renormatizações, de ressingularização, de recentramentos parciais, ínfimos ou visíveis, o trabalho do uso de si, a instauração de uma dialética (o ingrediente 3) assumem dimensões completamente variáveis (ibidem, p. 16).

Em relação a este quarto ingrediente, uma questão se coloca: como avaliá-lo?

A correlação dos valores que organizam o meio de trabalho (e vice-versa) e a qualidade do uso de si na atividade atenua consideravelmente a pretensão de objetividade e de neutralidade na avaliação das competências. Isso, de fato, incomoda, mas quem pretendesse transpor esse obstáculo ignoraria as normas de todo processo ergológico (ibidem, p. 18).

Avaliar este ingrediente significaria dizer que disporíamos de uma espécie de “escala de valores” e que teríamos um definição estável dos mesmos, o que é impossível visto o reprocessamento de valores que se dá no curso mesmo da atividade (Schwartz, 2007).

A propósito deste ingrediente, pode-se, então, estabelecer uma dinâmica viciosa ou virtuosa da avaliação das competências. A dinâmica viciosa seria supor que é possível estabelecer uma lista de competências e remetê-las inteiramente à pessoa, imputando a ela, unicamente, a responsabilidade pelo agir em competência. A dinâmica virtuosa da avaliação, ao contrário,

consiste em instaurar um vai-e-vem permanente que eu denomino “dialética dos registros entre as normas *impostas* à atividade – é preciso sempre impor normas à atividade – e as normas *instituídas* na própria atividade (Schwartz, 2007, p. 219).

O quinto ingrediente aponta para o fato de que há recorrência parcial do quarto ingrediente nos outros. O ingrediente cinco generaliza a ideia da sinergia em relação a todos os demais ingredientes: “A partir do momento em que um meio tem valor para você, todos os ingredientes da competência podem ser potencializados e desenvolvidos” (ibidem, p. 220).

Quando um meio de trabalho vale para o trabalhador como “seu meio”, isso favorece o pôr em sinergia – como uma pessoa, ao perceber uma complicação, irá buscar, ao mesmo tempo: no saber (ingrediente 1), na singularidade (ingrediente 2), e na relação para dar um encaminhamento positivo (ingrediente 3) (Schwartz, 2007). “O ingrediente 4, ligado ao debate de normas que cada um vive em seu meio de trabalho, conserva um tipo de laço de retroação sobre os ingredientes precedentes” (ibidem, p. 220).

O sexto e último ingrediente corresponde ao que Schwartz denomina “entidades coletivas relativamente pertinentes” e diz respeito ao tirar proveito das sinergias de competência, em situação de trabalho: “é essencialmente a capacidade de avaliar para si e para os outros seu próprio perfil de ingredientes” (ibidem, p. 221). Schwartz acredita que

ninguém pode ser competente de modo igual em todos os registros. O problema das eficiências coletivas será o de constituir equilíbrios variados e complementares de ingredientes, conforme o tipo e o nível da tarefa ou da missão a ser realizada (Schwartz, 1998, p. 21).

Para ele, a verdadeira capacidade de se trabalhar em equipe supõe uma espécie de pôr em sinergia os diferentes ingredientes, não em si mesmo, mas coletivamente. Supõe

compreender que cada homem, em função de sua história, de sua vida escolar, de suas possibilidades e impossibilidades, de suas experiências, tem um perfil mais ou menos diferente: ele tem um perfil que não é o meu, ele é mais rico em tal coisa que em outra; e quanto a mim, eu devo ser modesto, quando isso se justifique, e assumir minhas reponsabilidades quando sei que sou mais competente em determinado plano (Schwartz, 2007, p. 221).

Essa decomposição da competência em ingredientes, proposta por Schwartz

como um “apelo à inventividade” (1998), revela a complexidade do problema. Há, para ele, duas posturas que podem ser assumidas a partir desta constatação: ou se tende para a simplificação, propondo grades, listas, avaliações que insistem em colocar tudo em palavras, “como se possível colocar em palavras toda a complexidade desses ingredientes” (Schwartz, 2007, p. 223); ou nos negamos a simplificar desta forma e refletimos sobre a avaliação desta heterogeneidade dos ingredientes – “O erro aqui está em imaginar que se teriam procedimentos homogêneos, enquanto os elementos são heterogêneos”.

Buscar diferentes avaliações por ingrediente nos afasta dos princípios de julgamento único que poderiam desvalorizar um ingrediente em relação ao outro: as sinergias bem sucedidas supõe um bom equilíbrio dos ingredientes, não apenas no plano individual, mas sobretudo no coletivo:

Não há boa política do trabalho que não seja sensível a esse problema de receita. Em gastronomia, o sal não é nem superior nem inferior ao cravo-da-índia ou ao gengibre; tudo é questão de dosagem e de compatibilidade (Schwartz, 1998, p. 23).

Considerando a abordagem do agir em competências proposta por Schwartz, nos perguntamos: que usos é possível fazer dos mesmos ingredientes em outras receitas, em outros trabalhos?

1.3 Contribuições da Psicodinâmica do Trabalho: O Conceito de Inteligência da Prática

Se uma das grandes contribuições da Ergonomia da Atividade foi mostrar a defasagem irreduzível entre trabalho prescrito e trabalho real, a Psicodinâmica do Trabalho explorou bastante o que ocorre nesta defasagem.

Para Dejours o trabalho se caracteriza como “a atividade coordenada desenvolvida por homens e mulheres para enfrentar aquilo que, em uma tarefa utilitária, não pode ser obtido pela execução estrita da organização prescrita” (Dejours, 2005, p. 43).

Assim, a característica maior do trabalhar é o fato de que, mesmo que o trabalho seja bem concebido, que a organização do trabalho seja rigorosa e as determinações e os procedimentos sejam claros, é impossível alcançar a qualidade respeitando escrupulosamente as prescrições (Dejours, 2008).

Não existe, portanto, trabalho de execução. As situações de trabalho estão submetidas a eventos inesperados, panes, incidentes, anomalias de funcionamento, incoerências organizacionais, imprevistos provenientes das ferramentas, das máquinas, de colegas, de chefes, subordinados, de clientes... – haverá sempre uma discrepância entre o prescrito e a realidade da situação. E onde há variabilidade, há trabalho humano.

Trabalhar é, assim, preencher o espaço entre o prescrito e o efetivo. E o que é preciso fazer para preencher esse espaço jamais pode ser previsto de antemão (Dejours, 2008).

O caminho a percorrer entre o prescrito e o real deve ser inventado ou descoberto a cada vez pelo sujeito que trabalha. Assim, para o clínico do trabalho, *este se define como o que o sujeito deve acrescentar ao que foi prescrito para poder alcançar os objetivos que lhe foram atribuídos* (ibidem, p. 39).

E de que maneira se apresenta àquele que trabalha essa discrepância entre prescrito e real? Para Dejours (2008), é sempre na forma de fracasso, ou revés: “O real se dá a conhecer ao sujeito por sua resistência aos procedimentos, ao saber-fazer, à técnica, ao conhecimento, ou seja, colocando em xeque a maestria. Trabalhar é fracassar” (ibidem, p. 39).

Assim, o mundo real se dá a conhecer por um efeito de surpresa desagradável, fazendo surgir um sentimento de impotência, irritação, de decepção ou desânimo, que obriga o sujeito a enfrentá-lo. É nesse sentido que Dejours (ibidem) irá afirmar que é sempre afetivamente que o real do mundo se revela ao sujeito.

o real é aquilo sobre o qual a técnica fracassa, depois que todos os recursos da tecnologia foram corretamente utilizados. Portanto, o real está consubstancialmente ligado ao fracasso. É aquilo que no mundo nos escapa e se torna, por sua vez, uma enigma a decifrar. O real, então, é sempre um

convite a prosseguir no trabalho de investigação e descoberta (Dejours, 2005, p. 40).

E se o trabalho supõe então um reajustamento em relação à prescrição dada na tarefa, se supõe percorrer caminhos investigativos que se afastam das prescrições para transpor obstáculos inéditos (Dejours, 2005), será preciso que, em face da experiência do real, homens e mulheres convoquem uma forma específica de inteligência, que Dejours denominou de 'inteligência da prática': uma inteligência que descobre, que inventa, uma inteligência criativa, fruto da prática. "Todos os que trabalham devem mobilizar uma inteligência inventiva que é parte integrante do trabalho ordinário" (2012, p. 40).

Essa inteligência não fica enquadrada em uma rubrica que normalmente é imputada às competências predefinidas de situação de trabalho. Pelo contrário, é produzida no exercício mesmo do trabalho, da função. Assim, é o trabalho que produz a inteligência e não a inteligência que produz o trabalho (Dejours, 2004, p. 278).

A psicologia cognitiva desconhece essa inteligência porque não estuda o trabalho e sim situações artificiais – não estudam a inteligência confrontada ao real e sim a resolução de problemas cuja solução se conhece de antemão (Dejours, 2012). É nesse sentido que Dejours irá afirmar que não se pode ensinar o trabalho propriamente dito – será no próprio trabalho que cada um irá encontrar, por si só, a partir de sua inteligência inventiva e criativa, as artimanhas, as astúcias que não lhe foram ensinadas. A inteligência astuciosa, outra denominação utilizada por Dejours para a inteligência da prática, é, portanto, não acadêmica.

Trata-se, no entanto, não de uma inteligência desconhecida, e sim há muito desconsiderada. Os gregos da antiguidade a conheciam e a veneravam por intermédio de uma deusa: Métis.

No plano do vocabulário, *métis* designa, como substantivo comum, uma forma particular de inteligência, uma prudência avisada; como nome próprio, uma divindade feminina, filha de Oceano (Détienne & Vernant, 2008, p. 17).

Segundo a mitologia grega, Zeus, rei dos deuses, apaixonou-se por Métis e casou-se com ela, que logo engravidou de Atena. Temeroso de que a criança

acumulasse a inteligência do pai e a inteligência astuciosa da mãe, Zeus engoliu Métis como forma de conservar para si, em seu ventre, a inteligência da deusa. É de se observar, conforme aponta Dejourns (2012), que esta inteligência se situa nas vísceras e não no cérebro – uma inteligência corporal e não cerebral.

Já não há mais *métis* possível fora de Zeus e contra ele. Nenhuma astúcia se trama no universo sem antes passar por seu espírito (...). Nada que possa surpreendê-lo, enganar a sua vigilância, contrariar seus desígnios. Alertado pela *métis*, que lhe é interior, de tudo que se prepara para ele de bom e de mau, Zeus já não conhece, entre o projeto e a realização, esta distância por onde surgem, na vida dos outros deuses e das criaturas mortais, as armadilhas do imprevisto (Détienne & Vernant, 2008, p. 20).

Como forma particular de inteligência, o termo *métis* será utilizado para caracterizar um tipo específico de pensamento, um modo de conhecer,

um conjunto complexo, mas muito coerente, de atitudes mentais, de comportamentos intelectuais que combinam o faro, a sagacidade, a previsão, a sutileza de espírito, o fingimento, o desembaraço, a atenção vigilante, o senso de oportunidade, habilidades diversas, uma experiência longamente adquirida (ibidem, 2008, p. 11).

No entanto, as qualidades de que é feita a *métis* – a habilidade da mão, a destreza, os estratagemas – são frequentemente lançadas à sombra, renegadas do domínio do ‘conhecimento verdadeiro’, consideradas como inspiração arriscada, opinião inconstante ou puro charlatanismo (Détienne & Vernant, 2008). É nesse sentido que Dejourns irá afirmar que “a *métis* foi objeto de um verdadeiro ostracismo, de um desafeto, de uma desconfiança e até mesmo de uma condenação pelo tribunal da ciência” (Dejourns, 2005).

Debruçando-se sobre esta forma de inteligência, Détienne e Vernant (2008) nos ensinam algumas de suas características essenciais. A primeira delas seria a sua oposição em relação ao emprego da força. Em uma situação de confronto ou competição, o sucesso pode ser obtido por uma superioridade de “força” no domínio onde a luta se desenrola, ou pela utilização de procedimentos de outra ordem, cujo efeito é falsear os resultados da prova e fazer triunfar aquele que, a princípio, era considerado inferior. Por esse motivo, o êxito que a *métis* proporciona é revestido de significação ambígua, podendo suscitar reações contrárias conforme o contexto:

Ora se verá aí o produto de uma fraude, a regra do jogo não tendo sido respeitada. Ora ele provocará tanto mais admiração quanto terá surpreendido mais, o mais fraco tendo, contra toda a expectativa, encontrado em si recursos suficientes para pôr o mais forte à sua mercê (Détienne & Vernant, 2008, p. 19).

Métis preocupa-se sobretudo com a eficácia e age com liberdade, ou mostra-se um tanto complacente em relação às regras e às leis. A trapaça, a fraude, o blefe integram o seu arsenal. Quando o resultado é brilhante e a vitória esplendorosa, a admiração, o triunfo fazem com que os desvios de conduta e o desrespeito às regras sejam perdoados (Dejours, 2012, p. 42).

A segunda característica da *métis* refere-se ao seu horizonte temporal: “ela se aplica a realidades fugazes, móveis, desconcertantes e ambíguas, que não se prestam nem à medida precisa, nem ao cálculo exato, nem ao raciocínio rigoroso” (Détienne & Vernant, 2008, p. 11). Em situações incertas, em que as coisas podem mudar a cada momento em um sentido ou em outro, aquele que tem *métis*,

mostra-se em relação ao concorrente ao mesmo tempo mais concentrado num presente, do qual nada lhe escapa, mais tenso em relação ao futuro, do qual ele antecipadamente maquinou diversos aspectos, enriquecido da experiência acumulada no passado (ibidem, p. 21).

Trata-se, assim, de um estado de premeditação vigilante, de presença contínua nas ações em curso. A *métis* age no tempo de um relâmpago, o que não significa que sua atuação se dê na forma de impulsos súbitos – ela sabe esperar que se produza a ocasião (uma temporalidade definida pelos gregos como *kairós*).

O terceiro e último traço da *métis*, segundo Détienne e Vernant, seria a sua natureza múltipla e diversa, colorida e ondulante – a arte da diversidade, um saber fazer tudo, um espírito fértil em invenções, astuto, aquele que está em constante movimento e que sabe se virar em todos os sentidos.

Para apreender o *kairós* fugaz, a *métis* devia tornar-se mais rápida do que ele. Para dominar uma situação mutante e em contraste, ela deve tornar-se mais flexível, mais ondulante, mais polimórfica que o escoamento do tempo: ela precisa cessar adaptar-se à sucessão dos acontecimentos, dobrar-se ao imprevisto das circunstâncias para melhor realizar o projeto que ela concebeu; assim o piloto usa da astúcia com o vento para levar, a despeito dele, o navio a bom porto (Détienne & Vernant, 2008, p. 27).

Para vencer uma realidade cujas metamorfoses contínuas a tornam quase

inapreensível, faz-se necessária uma força ainda maior de transformação:

É esta convivência com o real que assegura sua eficácia [da *métis*]. Sua flexibilidade, sua maleabilidade dão-lhe a vitória nos domínios onde não há, para o sucesso, regras prontas, receitas fixas, mas onde cada prova exige a invenção de uma exibição nova, a descoberta de um recurso, uma saída escondida (Détienne & Vernant, 2008, p. 29).

A *métis* não opera, assim, a partir de problemas dados – é posta em prática para resolver problemas que não existiam.

Será a partir da *métis* descrita por Détienne e Vernant que Dejours (1993) desenvolverá o conceito de inteligência da prática. Ao ser convocado por pesquisadores de ciências sociais para ajudar a compreender o sucesso do modelo japonês de produção, Dejours afirma que a primeira impressão é de se estar perante um enigma. Se, sob as mesmas referências econômicas (emprego, carreira, salário e adicionais), não se observa nos trabalhadores franceses as mesmas condutas singulares e práticas coletivas, é porque a empresa japonesa mobiliza dimensões não-materiais do trabalho.

Dejours formula então uma hipótese: é difícil compreender os desempenhos japoneses sem supor que os recursos da inteligência da prática sejam particularmente bem utilizados pela organização do trabalho e pela gerência.

Tendo a *métis* de Détienne e Vernant como referência, Dejours irá especificar algumas características da inteligência da prática.

1.3.1 Características da Inteligência da Prática

A primeira característica desta inteligência é o fato de que esta inteligência está, fundamentalmente, enraizada no corpo – ela funciona graças a uma espécie de mimetismo com as exigências da tarefa, solicitando os sentidos. Remete, assim, à utilização da “sensibilidade” (Dejours, 2005): um ruído, um cheiro, uma vibração, um sinal visual podem alertar o sujeito, mas antes chamam a atenção do corpo do sujeito (desde que este tenha vivido uma experiência prévia da situação comum de trabalho), e “suscitam a curiosidade, totalmente tensa desde o início, em busca de

uma explicação, e mesmo de uma solução apaziguadora” (ibidem, 1993, p. 285).

Assim, as ações postas em prática a partir de eventos que rompem a rotina ou ocasionem desconforto serão conduzidas pelo corpo e pela percepção do trabalhador, e não estão prescritas em manuais de procedimentos. Trata-se de descobertas empíricas, feitas pelo sujeito em seu ato de trabalhar e a partir do contato com trabalhadores mais experientes.

O engajamento do corpo e a primazia da percepção colocam a inteligência da prática – tanto em seu desencadear como em sua intencionalidade – em uma atualidade temporal (Dejours, 2004).

Embora não exclua o pensamento racional, a inteligência da prática implica um funcionamento que se distingue fundamentalmente do raciocínio lógico: “É a desestabilização do corpo em seu conjunto, sua situação a partir da reação a determinado estímulo que dá início e passa a acompanhar o jogo dessa inteligência prática” (ibidem, p.282).

Esse processo que incita o trabalhador a agir sobre seu trabalho muitas vezes obedece a lógica inversa dos raciocínios científicos: apenas após tomada a solução apaziguadora, o trabalhador interroga-se em relação à técnica, “para verificar, operacionalizar ou universalizar o feito que lhe foi sugerido pela intuição, alimentada e dirigida pelos sentidos” (ibidem, p. 283). Trata-se de uma inteligência curva, segundo os gregos, já que não segue as vias bem traçadas do raciocínio lógico. Em algumas situações, o trabalhador nem sequer se dá conta conscientemente dos procedimentos que adota, tal é a maneira pela qual eles estão enraizados em seu corpo.

Como já dissemos, é a dimensão corporal que se mobiliza primeiro, e é este engajamento do corpo o responsável pelos resultados obtidos, não sem uma ocasional insolência em relação ao conhecimentos técnico-científicos.

Dejours (2004) aponta, assim, para outra característica da inteligência da prática: atribui mais importância aos resultados da ação do que ao caminho percorrido. “A condução do pensamento é um dado capital, mas pouco se interessa pelo rigor. Aqui prepondera a bricolagem, o improvisado, a trapaça, a molecagem, a

astúcia” (ibidem, p. 287).

Trata-se, portanto, de uma inteligência ardilosa, que se opõe à “inteligência conceitual” ou racional – a *métis* em oposição à *themis* (Détienne e Vernant, 2008). A justificativa, a explicação e a elucidação do ato só ocorrem posteriormente. Neste sentido, a experiência é primeira – a experiência antecede o saber, estando, desta forma, fora da consciência.

Há neste processo uma preocupação com a economia de esforço, que privilegia a habilidade em detrimento do emprego da força, visando obter o máximo e o melhor mediante o mínimo de dispêndio de energia. Assim, a inteligência ardilosa é indissociavelmente solidária ao corpo, pois se propõe a operar de forma a evitar o sofrimento.

A terceira característica da inteligência da prática é o fato dela estar presente em todas as tarefas e em todas as atividades de trabalho:

é essencial não cometer o contra-senso comum segundo o qual a engenhosidade, a *métis*, as astúcias da inteligência, os *savoir-faire* e a inteligência prática só se referem às tarefas manuais, e não às tarefas intelectuais. Há em toda teoria uma parte de manipulação, no sentido da manipulação do experimentador sobre sua mesa de trabalho (Dejours, 1993, p. 289).

Assim, a inteligência da prática também encontra-se no centro da atividade intelectual e mesmo no trabalho teórico, sendo fundamental para que se chegue a um pensamento.

Dejours assinala ainda uma quarta característica desta inteligência: seu evidente poder criador. Assim, a inteligência ardilosa é transgressora, pois opera a partir de um a priori, um já-dado, subvertendo-o por meio da trapaça. Ela está no entre, na crise, nos espaços interstícios, nas descobertas. E caracteriza-se como uma inteligência do plano da gestão do cotidiano, do emergente, do aqui-e-agora.

Trata-se de uma inteligência que

permite o imprevisto, a inventividade, a busca de soluções. Possibilita embrenhar-se por caminhos insólitos, em situações novas, desconhecidas,

inéditas. É uma inteligência astuciosa, mas também inventiva, criativa, por vezes debochada e até insolente (Dejours, 2012, p. 42).

Uma outra característica da inteligência da prática apontada por Dejours é o fato dela ser amplamente distribuída entre todos os homens e todas as mulheres: “Ela é ativa e se manifesta em todos os sujeitos, desde que eles estejam em boas condições gerais, ou que, de qualquer modo, gozem de boa saúde” (1993, p. 290). Assim, há, em todos os trabalhadores, a necessidade de exercer essa inteligência, o que confere a esta um caráter pulsional: “Há uma espécie de espontaneidade, de intencionalidade irresistível na inteligência artilosa” (ibidem).

Mas, se é o corpo que a põe em funcionamento, o estado do corpo é um componente do poder da inteligência – um corpo esgotado terá enfraquecida essa inteligência e todo o seu potencial criador. Este subemprego da inteligência artilosa é patógeno, produzindo no trabalhador sofrimento patogênico contínuo, podendo gerar doença.

Apesar de apontar para o fato de esta inteligência ser espontânea, e inerente ao trabalhador, estando presente como capacidade e desejo para qualquer ser humano, Dejours sinaliza para a necessidade de algumas condições de mobilização desta inteligência.

1.3.2 Condições de Mobilização da Inteligência da Prática

A primeira condição de mobilização desta inteligência é a existência de uma organização do trabalho prescrita, entendida aqui como condições adequadas e regras a serem cumpridas e não como coerções a serem cegamente obedecidas. “Não há astúcia possível se não houver regra do jogo desde o início” (Dejours, 1993, p. 295). Para que haja subversão é necessário que existam regras a serem subvertidas, construções a serem desconstruídas.

A presença deste tipo de prescrição é de fundamental importância, pois, os humanos funcionam antecipando-se por apropriação de um patrimônio estocado,

pré-escrevendo – “apesar de suas inflexibilidades, apesar de suas notórias imperfeições, apesar de suas inadequações, a organização prescrita do trabalho nunca é considerada inútil pelos operários” (ibidem, p. 295).

Assim, o já-dado é um referencial comum, é pertinente a um coletivo de trabalho. Não deve, portanto, ser abolido (ele é trabalho de outros), tampouco seguido estritamente à risca, e sim subvertido para adequar-se à situação específica de trabalho e aos operadores nela envolvidos.

É preciso ressaltar, no entanto, que a postura subversiva aqui defendida não deve ser confundida com a adoção de uma posição delinquente, nem entendida como uma recusa à obediência. As prescrições devem ser abertas, sem querer eliminar o caráter inevitável de imprecisão, ambiguidade, para que possam suportar o debate com a realidade e se constituírem a partir dele.

A segunda condição de mobilização refere-se, conforme Dejours, à transparência. À medida que a inteligência artilosa opera por subversão e na busca de eficácia, soluções rápidas, envolve riscos, inclusive para o próprio trabalhador. Sem dúvida, por tratar de invenção e transgressões, a operação desta inteligência exige discrição e segredos. Mas, para que as “fraudes” sejam assumidas, faz-se necessária certa transparência, “através da qual os colegas e os superiores diretos são convidados ou obrigados (...), a saber, e a compartilhar os riscos” (Dejours, 1993, p. 296). Trata-se, assim, da construção de um espaço público interno: esta visibilidade é imprescindível, pois a adoção da tática do segredo generalizado levará à insegurança, medo, incompreensões e mal-entendidos entre os trabalhadores, nos coletivos de trabalho, impossibilitados de assumirem as próprias fraudes e entenderem as dos demais. Assim, a co-operação entre os trabalhadores envolve visibilidade e confiança: dá-se visibilidade na medida em que se confia (no sentido não psicologizante de confiança, mas de uma ética do trabalho, pertinente ao respeito às regras de ofício).

A terceira condição diz respeito ao reconhecimento, a partir do julgamento de utilidade e de beleza. O julgamento de utilidade traduz-se no reconhecimento, por parte da hierarquia da organização, subordinados e clientes/usuários acerca da qualidade do trabalho executado, da engenhosidade empregada ao longo deste

processo e dos méritos do trabalhador em relação aos riscos que ele assumiu para que seus objetivos fossem atingidos. Trata-se, assim, de um julgamento sobre a utilidade social ou produtiva da conduta do operador. Na expectativa de contribuir de forma singular para o campo de trabalho, há, por parte do trabalhador, uma busca por identidade, por um sentido para si. Assim, este julgamento é, antes de tudo, simbólico, não sendo substituível por uma recompensa material (ela pode ser necessária, mas não é suficiente). Sem o julgamento de utilidade, o processo de legitimação da inteligência criativa é posto em dúvida (Dejours, 1993).

O julgamento estético, de beleza é aquele realizado pelos pares, os companheiros de trabalho que, como o sujeito, conhecem as regras e podem opinar sobre as particularidades e originalidades do processo, bem como tecer críticas. Os modos de operação de uma atividade não são sempre iguais: dependem, além das condições físicas e materiais específicas de um determinado meio, das particularidades de cada sujeito trabalhador, que realiza o seu trabalho da forma que julgar melhor. O julgamento dos pares não só é capaz de identificar, a partir destas particularidades, o autor do trabalho ao final do processo, mas também de saborear os resultados bem-sucedidos e/ou fazer reservas sobre os mesmos (ibidem).

Este julgamento é de fundamental importância, pois, além de ser o modo através do qual o trabalhador pode obter o julgamento mais severo e exigente, é através dele que o trabalhador poderá ser reconhecido como par. Ou seja, será reconhecido enquanto sujeito possuidor das mesmas competências dos outros trabalhadores envolvidos naquele ofício. Desta forma, o julgamento de beleza situa o sujeito em um contexto social e coletivo, ao colocar em movimento um sentimento de pertença a um grupo de trabalho: ao mesmo tempo em que registra a identidade do sujeito enquanto ser não idêntico a nenhum outro, coloca em cena o compartilhar de traços comuns aos demais membros do grupo (Dejours, 1993).

A comunidade dos que pertencem a um grupo funciona no sentido inverso de uma multidão, na medida em que ela cultiva as identidades e as singularidades, que ela as respeita e as reconhece, e mesmo as protege entre seus pares (ibidem, p. 300)

A partir do conceito de Inteligência da Prática, a Psicodinâmica do Trabalho apontou para que um dos motivos de prazer no trabalho é o reconhecimento da

contribuição que essa inteligência inventiva representa para a organização do trabalho. O constrangimento de seu livre exercício, por outro lado, é uma das causas mais poderosas de sofrimento no trabalho.

Acreditamos que as perspectivas da Ergologia e da Psicodinâmica do Trabalho, em especial os conceitos apresentados aqui, nos sejam de grande valia na análise da complexidade da atividade do materno, a qual nos dedicaremos no capítulo 3. No entanto, apreender a sua complexidade implica também nos debruçarmos sobre as diferentes nuances que esta atividade adquiriu ao longo dos tempos. No próximo capítulo, percorreremos então a história da maternidade.

CAPÍTULO 2 – MATERNIDADES NA HISTÓRIA

Que faces são estas que multiplicam o ser mãe? (Scavone, 2004, p. 143).

Mãe: “mulher ou qualquer fêmea que deu à luz um ou mais filhos” (Ferreira, 2000, p. 438). Se essa definição nos parece insuficiente é porque entendemos que ser mãe ultrapassa o domínio da biologia. Não se trata de negar os aspectos biológicos da maternidade, como a gravidez, o parto e a amamentação. Mas eles constituem uma pequena parcela do ser mãe e, muitas vezes, sequer definem a maternidade: a mãe adotiva, a mãe de aluguel, a mãe avó, a mãe lésbica, o homem que materna – figuras que, se aproximando ou se distanciando do estereótipo da “mãe tradicional”, exercem a maternidade.

A maternidade, em toda a sua complexidade, precisa ser então encarada como fenômeno social múltiplo (Scavone, 2004). E mesmo os seus aspectos biológicos, por ora exclusividades femininas, precisam ser compreendidos dentro dos contextos social e pessoal em que são vivenciados.

Entre o natural, o cultural e o singular é que se situa a maternidade; ou melhor, as maternidades, no plural porque vivenciadas sempre de maneira única.

Não são objetos deste trabalho os fenômenos biológicos da maternidade. Também não temos a pretensão de dar conta de seus aspectos singulares, infinitamente multiplicados nas vivências pessoais de cada uma (ou cada um) que materna. Queremos sim dar corpo às suas construções sociais, entendendo suas variações na história da humanidade.

O entendimento da maternidade enquanto construção histórica e social vai de encontro à ideia da maternidade inscrita na natureza feminina, concepção que vigorou durante muitos séculos e que, certamente, ainda têm profundas repercussões na maternidade contemporânea.

Para nós é fundamental seguir nessa perspectiva histórica da maternidade, desnaturalizando-a. Acreditar no contrário faria cair por terra nosso argumento de que as competências do materno são desenvolvidas na atividade, não sendo

portanto inatas, tão pouco exclusividades da mulher.

Maternidade e feminino, no entanto, foram, durante muito tempo, considerados sinônimos. Assim, evocar a história da maternidade implica também colocar em cena a história das mulheres. Importante lembrar ainda que a mãe é uma personagem relativa, porque só se concebe em relação ao pai e ao filho. A história da maternidade precisa, portanto, considerar necessariamente essas variáveis (Badinter, 1985).

Para Yvonne Knibiehler, a maternidade ainda não é um verdadeiro objeto de pesquisa e as ciências humanas interessam-se por ela apenas indiretamente, para entender as mudanças na família ou as variações de fertilidade. Na sua opinião,

Se as mães e maternidade não saem das sombras, pode ser porque a produção de filhos sempre foi, e continua a ser, um jogo de poder; o controle da fertilidade feminina está vinculado por excelência à dominação de um sexo sobre o outro (Knibiehler, 2000, p. 5 – tradução nossa).

Assim, também intrínseca à história do comportamento materno é “a surda luta dos sexos” (Badinter, 1985, p. 26). Se, como sugere Knibiehler, a maternidade e sua história não são, com muita frequência, foco de estudo, talvez isso possa então ser interpretado como sintoma da discussão que ainda hoje divide as feministas: a maternidade é, para as mulheres, um trunfo ou um freio à sua emancipação? Ao percorrermos a história da maternidade é possível entender porque ela suscita opiniões tão diversas.

As mães, têm elas uma história? Certamente a maternidade não é mais considerada como um fato da natureza, atemporal e universal; é uma parte integrante da cultura, em evolução contínua (Knibiehler, 2000, p. 5).

Yvonne Knibiehler (2000), em seu livro *História da Maternidade no Ocidente*, nos ensina que, na antiguidade, a palavra maternidade sequer existia. Isso não impediu, no entanto, que a função maternal estivesse presente nos mitos e que fosse objeto de consideração de médicos e filósofos. Na mitologia antiga, a figura materna era marcada por uma ambivalência entre os sacrifícios e o poder conferidos pela maternidade. Havia deusas que amamentavam seus filhos e outras que relegavam essas funções a serviçais. Havia também deusas virgens e deuses

gerados sem mãe, que contrariam a ideia do ventre feminino como lugar obrigatório de procriação.

Foi no século XII que surgiu a palavra *maternitas*, inventada pelos clérigos para designar a função da Igreja, como se houvesse a necessidade de reconhecer uma dimensão espiritual da maternidade, ainda associada apenas à Nossa Senhora. A maternidade carnal de Eva continuava sendo de depreciada (Knibiehler, 2000).

2.1 A Maternidade à Sombra

Herdeira das culturas mediterrânicas, todas patriarcais, a civilização ocidental, durante muitos séculos, não considerava a maternidade como objeto de nenhuma valorização. A maternidade era vivida, assim, à sombra dos pais (Knibiehler, 2000).

Elisabeth Badinter, em seu livro *Um Amor Conquistado – O Mito do Amor Materno*, se debruça sobre a história da maternidade na Europa, em especial na França, para defender a ideia de que o amor materno não é inato nem universal. E para isso, traz à cena dados que também remontam a essa não valorização da maternidade por um longo período da história da humanidade. De forma inseparável desta não valorização está, para ela, a própria desvalorização da mulher, considerada hierarquicamente inferior ao homem: “Por mais longe que remontemos na história da família ocidental, deparamos com o poder paterno que acompanha sempre a autoridade marital” (Badinter, 1985, p. 29).

Segundo Badinter (ibidem), fosse na sociedade romana ou grega, durante toda a Antiguidade, cabia ao pai zelar pela boa conduta dos familiares (mulheres e crianças), tendo, portanto, direito absoluto de julgar e punir.

Dentre os filósofos, Aristóteles foi o primeiro a justificar a autoridade do marido e do pai: “O princípio que sustentava toda a sua filosofia era assim enunciado: a autoridade do homem é legítima porque repousa sobre a desigualdade natural que existe entre os seres humanos” (Badinter, 1985, p. 32) – assim, a natureza criou indivíduos próprios para mandar e indivíduos próprios para obedecer.

A mulher, considerada personagem secundária na concepção, tinha como

único mérito ser um bom ventre. O filho era considerado imperfeito, inacabado e dotado de uma faculdade deliberativa reduzida – sua virtude era ser submisso e dócil ao homem a quem era confiado logo após o desmame. O pai da Antiguidade tinha sobre o filho direito de vida e de morte, podendo castigá-lo à vontade, condená-lo à prisão e excluí-lo da família (ibidem).

A teologia cristã, segundo Badinter (1995), ajudou a reforçar e a justificar a autoridade paterna e marital, invocando com frequência dois textos carregados de consequências para a história da mulher: Gênesis e Epístola aos efésios.

Em Gênesis, Eva, criada a partir do homem, não resiste à tentação de comer o fruto proibido e, em consequência disso, ela e Adão são banidos do Paraíso. Imagem agravada pela Igreja ao longo dos anos, Eva transforma-se no símbolo do mal (ibidem).

A um só tempo inferior (já que foi criada da costela de Adão) e diabólica (por ter sucumbido à serpente), a imagem da mulher como ameaça perniciosa perdura durante toda a Idade Média e tem seu ápice no Renascimento, quando é transformada em feiticeira (Nunes, 2000). A única imagem salvadora da mulher era a da Virgem Mãe, que ganha força a partir do século XII. Tratava-se, no entanto, de um ideal inalcançável às mortais: “À Eva opõe-se uma Maria inacessível” (Nunes, 2000, p. 23).

Na Epístola aos efésios, São Paulo recomenda às esposas que se comportem de forma adequada a sua posição de submissão na relação do casal. Assim, até o século XVII, as prescrições da moral eclesiástica ressaltam a subordinação da mulher ao marido (Badinter, 1985).

As mulheres eram consideradas irresponsáveis e a elas não seria possível confiar o cuidado dos filhos (Nunes, 2000). A Igreja justificava a autoridade paterna afirmando que o pai era responsável perante Deus pelos seus filhos e que era preciso, dessa forma, dar-lhe os meios de assumir tal responsabilidade: “Até o século XVII, repertir-se-á constantemente: o pai é para seus filhos o que o rei é para seus súditos, o que Deus é para os homens, ou seja, o que o pastor é para o rebanho” (Badinter, 1985, p. 41).

Juridicamente, do final da Idade Média até a Revolução, alguns dos direitos do pai foram limitados pela dupla ação da Igreja e do Estado: os pais não poderiam mais dispor dos filhos à sua vontade, nem desembaraçar-se deles. Assim, foi suprimido o direito de morte, mas, diante da miséria da maioria, o abandono continuou a ser tolerado como forma de diminuir o infanticídio. Datam do século XVII as primeiras casas de acolhimento de crianças abandonadas (Badinter, 1985).

O casamento contratado sem o consentimento do pais era reconhecido como válido, mas após o Concílio de Trento, no século XVI, passou a ser considerado um pecado. O Estado monárquico fortaleceu o direito paterno de correção, estabelecendo que filhos que maltratassem os pais, que fossem preguiçosos ou libertinos (ou que corressem o risco de vir a sê-lo) poderiam ser presos ou deportados (ibidem).

Essas disposições, segundo Badinter (1985), evidenciam a atenção dada à autoridade paterna:

Vital para a manutenção de uma sociedade hierarquizada, em que a obediência era a primeira virtude, o poder paterno devia ser mantido a qualquer preço. Exercia-se nesse sentido uma pressão social tão forte que quase não sobrava lugar para qualquer outro sentimento. O Amor, por exemplo, parecia ser muito débil para que sobre ele se construísse alguma coisa (ibidem, p. 45).

Os casamentos eram comumente arranjados respeitando outros imperativos que não o amor e a ternura – a escolha de alguém de mesmo nível social e o valor do dote prevaleciam.

atentemos para a ausência do amor como valor familiar e social no período de nossa história que antecede a metade do século XVIII. Não se trata, porém, de negar a existência do amor antes de determinada época, o que seria absurdo. Mas é preciso admitir que esse sentimento não tinha a posição nem a importância que hoje lhe são conferidas (ibidem, p. 50).

O amor, ao contrário, possuía uma dupla conotação negativa: era considerado contingente e, conseqüentemente, frágil para servir de base a qualquer coisa; era associado à ideia de passividade, perda da razão. É o medo, e não a ternura que dominam as relações familiares. “É em tal clima que temos de situar a

antiga atitude materna. Violência e severidade eram o quinhão da esposa e do filho. A mãe não escapava a esse costumes” (ibidem, p. 52).

Assim, a constituição da família até o século XVII diferia muito da organização familiar a que estamos habituados. Em grande parte, isto se deveu à concepção existente em relação à infância.

2.2 A Descoberta da Infância

Philippe Ariès (2012), a partir de uma extensa pesquisa que examina a história social da criança e da família, afirma que, até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la, provavelmente porque não havia lugar para ela nesse mundo. Examinando a iconografia relacionada ao assunto, Ariès observa que

os homens dos séculos X-XI não se detinham diante da imagem da infância, que esta não tinha para eles interesse, nem mesmo realidade. Isso faz pensar também que no domínio da vida real, e não mais apenas no de uma transposição estética, a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida (ibidem, p. 18).

Na maioria das civilizações arcaicas e até o século XIII, as crianças eram representadas nas artes como homens em tamanho reduzido. É apenas no final do século XIII que as representações das crianças na pintura começam a evoluir para uma imagem mais realista e sentimental. Primeiramente, limitadas à infância do Menino Jesus e depois estendida no século seguinte a outras crianças santas (Ariès, 2012),

o tema da infância sagrada, a partir do século XIV, não deixaria mais de se ampliar e de se diversificar: sua fortuna e sua fecundidade são um testemunho do progresso na consciência coletiva desse sentimento da infância, que apenas um observador atento poderia isolar no século XIII, e que não existia de todo no século XI (ibidem, p. 20).

É também no século XIV, segundo o autor, que florescem histórias de crianças nas lendas e contos. Nos séculos XV e XVI a criança se torna umas das personagens mais frequentes das pinturas anedóticas. Ainda assim, elas não

consagravam uma descrição exclusiva da infância e sim cenas de crianças misturadas aos adultos (ibidem).

Retratos de crianças começam a surgir no século XV. Antes disso, segundo Ariès (2012), ninguém pensava em conservar o retrato de uma criança que tivesse sobrevivido e se tornado adulta ou que tivesse morrido pequena – a infância não tinha importância e alguém que tivesse morrido tão cedo não era digno de lembrança. Há que se considerar nessa época a problemática da sobrevivência: era comum o sentimento de que se faziam várias crianças para conservar apenas algumas.

Esse sentimento de indiferença com relação a uma infância demasiado frágil, em que a possibilidade de perda é muito grande, no fundo não está muito longe da insensibilidade das sociedades romanas ou chinesas, que praticavam o abandono das crianças recém-nascidas. Compreendemos então o abismo que separa a nossa concepção da infância da anterior à revolução demográfica ou a seus preâmbulos. Não nos devemos surpreender diante dessa insensibilidade, pois ela era absolutamente natural nas condições demográficas da época (ibidem, p. 22).

Em relação a essa “insensibilidade natural” diante da enorme mortalidade infantil, Badinter (1985) tem uma visão diferente:

seremos obrigados a inverter a proposição corrente: não é porque as crianças morriam como moscas que as mães se interessavam pouco por elas. Mas é em grande parte porque elas não se interessavam que as crianças morriam em tão grande número (Badinter, 1985, p. 87).

Segundo Ariès (2012), o novo gosto pelo retrato de crianças indicava que elas começavam a sair do anonimato que sua pouca possibilidade de sobreviver as mantinha. O aparecimento no século XVI do retrato da criança morta, representada juntamente com sua família, marcou, para ele, um momento importante na história dos sentimentos.

No século XVII, a criança passou a ser representada sozinha e tornou-se um dos modelos favoritos dos pintores. As cenas de infância foram privilegiadas. Os retratos de família tenderam a se organizar em torno da criança, o que não era comum até então. As famílias agora queriam possuir retratos dos filhos da época que ainda eram crianças. Este costume nasceu nesse século e nunca mais

desapareceu, sendo substituído pela fotografia no século XIX (ibidem).

Assim, para Ariès (2012), a descoberta da infância começou no século XIII e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e da iconografia dos séculos XV e XVI. Mas foi a partir do fim do século XVI e durante o século XVII, que os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se mais numerosos e significativos – eram as descobertas do corpo, dos hábitos e da fala da criança pequena.

embora as condições demográficas não tenha mudado muito do século XIII ao XVII, embora a mortalidade infantil se tenha mantido num nível muito elevado, uma nova sensibilidade atribuiu a esses seres frágeis e ameaçados uma particularidade que antes ninguém se importava em reconhecer: foi como se a consciência comum só então descobrisse que a alma da criança também era imortal. É certo que essa importância dada à personalidade da criança se ligava a uma cristianização mais profunda dos costumes (ibidem, p. 25).

Para Badinter (1985), foi Rousseau, com a publicação de *Émile* em 1762, que deu um verdadeiro impulso inicial à família moderna, fundada no amor materno. Antes disso, “a criança tem pouca importância na família, constituindo muitas vezes para ela um verdadeiro transtorno. Na melhor das hipóteses, ela tem uma posição insignificante. Na pior, amedronta” (ibidem, p. 54).

Essa imagem dramática da infância, que existia até então, Badinter atribui à teologia cristã, na pessoa de Santo Agostinho, segundo o qual a criança, logo que nasce, é símbolo da força do mal – um ser imperfeito esmagado pelo peso do pecado original. A natureza da criança seria tão corrompida, que o trabalho de recuperação seria penoso – desta forma, Santo Agostino justificava todas as ameaças, as varas e as palmatórias. “Nunca a palavra “educação” foi mais justamente utilizada” (ibidem, p. 56) – em latim, *educare* significa endireitar o que é torto ou malformado (ibidem).

Os pedagogos, quase sempre mestres em teologia, mantinham uma atmosfera de dureza na escola e recomendavam às famílias a frieza em relação aos filhos, lembrando constantemente os pais quanto à malignidade natural das crianças (ibidem).

Em nome dos postulados agostinianos, a boa amizade pelo filho não pode ser tolerante. Deve ser uma atitude rigorosa que jamais perde de vista que a

finalidade da educação é salvar a alma do Pecado. [...] para salvar a alma, não hesitemos em castigar o corpo (ibidem, p. 59).

Essa concepção da infância prevaleceu na pedagogia e teologia do século XVII. A filosofia cartesiana, que banuiu o pensamento escolástico e foi tão inovadora em vários domínios, retoma num outro registro a crítica da infância: ela seria fraqueza de espírito, já que se caracteriza como o período em que o entendimento está sob a total dependência do corpo. É preciso, assim, livrar-se da infância como de um mal. Desprovida de discernimento, a criança é dirigida pelas sensações e falsas opiniões. Pecado em Santo Agostinho ou erro em Descartes, a infância é, até então, um mal (ibidem).

Para Badinter (1985), no entanto, considerando-se alguns comportamentos reais de que se tem conhecimento, a impressão é que a criança é considerada mais como um estorvo do que como mal ou pecado: os cuidados, a atenção e a fadiga que um bebê representa no lar nem sempre parecem agradar aos pais. Para aqueles que não podem ou não querem fazer o sacrifício econômico ou o de seu egoísmo, “existia e ainda existe uma gama de soluções para este problema, que vai do abandono físico ao abandono moral da criança. Do infanticídio à indiferença” (ibidem, p. 64).

2.3 A Indiferença Materna ou A Maternidade Fora de Moda

Apesar dos progressos em torno do tema da infância, analisando a relação entre mães e filhos em documentos históricos e literários, Badinter (1985) acredita que seja possível encontrar no século XVII e, sobretudo, no século XVIII evidências de “indiferença materna”, expressos especialmente através daquilo que ela definiu como “três atos do abandono”: uma maneira de “livrar-se dos filhos mantendo a cabeça erguida” (ibidem, p. 137).

Segundo ela, o primeiro ato do abandono era a entrega do recém-nascido a uma ama. Burguesas e aristocratas seguiam mais ou menos o mesmo ritual, entregando seus filhos alguns dias ou mesmo horas após o nascimento. A primeira agência de amas de leite data do século XIII. Mas foi no século XVIII que a prática

generalizou-se para todas as camadas da sociedade urbana e chegou a ocorrer uma escassez de amas.

Para Knibiehler, a prática incomum de amamentar os próprios filhos dependia menos do desejo da mãe do que de sua condição social e dos códigos culturais, religiosos e médicos em uso. Nas sociedades antigas, a jovem mãe não podia nunca se dedicar à amamentação – como as tarefas cotidianas já eram pesadas, a amamentação acrescentava uma carga por demais excessiva. E se as mulheres estavam cansadas, seu leite se empobrecia, o que interpretado como a maior causa da mortalidade infantil. Outro impedimento eram os direitos do marido: como acreditava-se que o esperma estragava o leite, as relações sexuais deveriam ser evitadas durante a amamentação. Os homens, assim, recusavam-se a dividir suas esposas com um bebê choroso e mal cheiroso (Knibiehler, 2000).

Ariès (2012), no entanto, considera que essa prática difundida de enviar os bebês às amas de leite (ainda que alguns educadores moralistas recomendassem às mães que nutrissem as próprias crianças), se apoiava na experiência e correspondia ao melhor tratamento da época. Pode-se, segundo ele, compreender muito bem o recurso às amas em função das dificuldades encontradas pelas mães que não tinham leite. Deve-se interpretar esse costume como uma medida de proteção e higiene em uma época em que o uso do leite animal era arriscado. Mais tarde, a mudança do deslocamento da ama para as casas das famílias (ao invés do deslocamento da criança) indica, para ele, uma recusa dos pais em se separar do bebê.

Badinter (1985) discorda: para ela, a entrega das crianças às amas constituía um infanticídio disfarçado. De forma justificar essa atitude, invocou-se sempre a miséria e a ignorância.

O argumento é incontestável no que diz respeito a grande parte da população. Mas não para toda ela. Mesmo que não se saiba o que vai ser do bebê abandonado, a repetição de acidentes e das mortes deveria ter alertado e inquietado quanto à sua sorte. O mínimo que se pode dizer é que não se procurou realmente saber o que acontecia com todas essas crianças (ibidem, p. 142).

Segundo dados levantados por esta autora, na França dos séculos XVII e XVIII, a mortalidade de crianças de menos de um ano é sensivelmente superior a

25%. Em algumas regiões, 2/3 das crianças enviadas à amas mercenárias morriam. “Só o desinteresse e a indiferença podem explicar tal atitude, que até um período avançado do século XVIII não era realmente condenada pela ideologia moral ou social (ibidem, p. 143).

“Não é exagero falar de abandono materno, pois uma vez a criança entregue à ama, os pais se desinteressam de sua sorte” (ibidem, p. 126). A escolha das amas, em muitos casos, não parecia se pautar em exigências rigorosas. Os recém-nascidos mais pobres, levados para o campo, onde viviam boa parte das amas, já eram obrigados de saída a enfrentar uma viagem de carroça, amontoados junto a outros bebês e, muitas vezes, expostos ao frio, ao calor, ao vento e à chuva, não resistiam – entre 5 a 15% morriam já na viagem (Badinter, 1985).

Os que sobreviviam ao trajeto eram colocados à prova da situação catastrófica das próprias amas que, vivendo em uma pobreza indescritível, eram obrigadas a passar a maior parte do dia trabalhando na lavoura. Os bebês ficavam, assim, abandonados. Por vezes, as amas eram doentes e contaminavam as crianças com suas enfermidades (ibidem).

Tendo muitos bebês para amamentar (os seus inclusive), quando não havia leite suficiente completavam sua alimentação com papas indigestas. Havia ainda aquelas que davam narcóticos às crianças para que elas dormissem tranquilas. A sujeira e a falta de higiene eram outros obstáculos a serem vencidos pelo bebê – não raro viviam cobertos por excrementos, que lhes causavam úlceras em toda a pele. O uso do enfaixamento era outro causador de mal-estar e doença para os bebês. “Veremos que serão numerosas as crianças que voltaram estropiadas, enfermas ou agonizantes das casas das amas. Sem falar de todas as que não voltaram” (ibidem, p. 94).

Para as mulheres que precisam trabalhar para viver, o filho constituía, sem dúvida, uma dificuldade considerável. Mulheres de operários, artesãos e principalmente aquelas cujos ofícios estavam diretamente associados aos trabalho do marido tinham dificuldades em conservar e criar os filhos (ibidem).

Custava menos caro a esse casais enviar o filho para ser criado por uma ama do que empregar um trabalhador de pouca qualificação. Isso prova que muitas

amas recebiam um salário miserável, e explica em grande parte a condição das crianças que lhes eram confiadas (Badinter, 1985, p. 74).

Nos casos dos mais pobres, os filhos eram uma ameaça para a sobrevivência dos próprios pais. As crianças eram, assim, entregues a orfanatos, à amas menos exigentes ou acabavam morrendo em função de uma série de comportamentos dos pais, mais ou menos tolerados. Badinter (1985) lembra, no entanto, que é preciso considerar o fator econômico nessas práticas: reduzidas a uma tal penúria física e moral, haveria espaço para outro sacrifício? Podem o amor e a ternura expressarem-se nessa situação catastrófica?

Para a pequena burguesia trabalhadora da época, os valores sociais tradicionais pareciam pesar mais do que em outras camadas: se a sociedade valorizava o homem como fundamento econômico e chefe moral da família, era de se esperar que a esposa desse prioridade aos interesses deste sobre os do bebê (ibidem).

Segundo Badinter, a classe mais abastada, sobre a qual não pesavam os aspectos econômicos nem as convenções sociais, também entregava seus filhos a amas de leite, o que reforça para ela que o amor materno não tinha então um valor social e moral.

O tempo médio de permanência da criança nas casas das amas era de 4 anos e, durante esse tempo, os pais pareciam pouco preocupados com a sua sorte, visitando-a e escrevendo com pouca frequência (ibidem).

Ao voltar para casa, aos quatro ou cinco anos, os filhos das classes mais abastadas eram imediatamente confiados a uma governanta, até os sete anos. Se fossem meninos eram, em seguida, entregues a um preceptor. Tem-se aí o que Badinter (1985) definiu como o “segundo ato do abandono”.

Por volta dos oito, dez anos, a criança era novamente afastada de casa, com objetivo de aperfeiçoar a sua educação. Antes do século XVII, eram enviados a casa de vizinhos – as famílias trocavam reciprocamente seus filhos para servirem como criados ou aprendizes – eis, para Badinter, o “terceiro ato do abandono”.

Ariès (2012) também descreve essa prática: tanto meninos quanto meninas eram enviados às casas de outras pessoas para que aprendessem aí as boas maneiras, ocupando-se de todas as tarefas domésticas, inclusive o trabalho pesado, por um período de sete a nove anos. Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia à criança, filho de outro homem, a sua bagagem de conhecimentos, sua experiência prática e seus valores. Essa aprendizagem pela prática, difundida em todas as condições sociais, misturava profissão e vida particular, na época sem contornos bem definidos.

Nessas condições, a criança desde muito cedo escapava à sua própria família, mesmo que voltasse a ela mais tarde, depois de adulta, o que nem sempre acontecia. A família não podia portanto, nessa época, alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos. Isso não significava que os pais não amassem seus filhos: eles se ocupavam de suas crianças menos por elas mesmas, pelo apego que lhes tinham, do que pela contribuição que essa crianças podiam trazer à obra comum, ao estabelecimento da família. A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental (Ariès, 2012, p. 158).

Para Badinter (1985), enviar seus filhos a casas de estranhos é uma “prática surpreendente, se considerarmos que a criança vai aprender fora de casa o que seus próprios pais lhe teriam podido ensinar. Mas esse uso mostra que é mais fácil ser bom patrão do que bom pai” (ibidem p. 132).

A autora ressalta, no entanto, que, para compreender o comportamento de rejeição da maternidade que caracterizam esses “atos de abandono”,

é preciso recordar-se de que nessa época as tarefas maternas não são objeto de nenhuma atenção, de nenhuma valorização pela sociedade. São consideradas, na melhor das hipóteses, normais; na pior, uma coisa vulgar. As mulheres não obtinham, pois, nenhuma glória sendo mães, e no entanto essa era sua função principal. Elas compreenderam que, para ter direito a alguma consideração, deviam seguir outro caminho que não o da maternagem, pela qual ninguém lhes mostrava gratidão (Badinter, 1985, p. 101).

A partir do final do século XVI, as escolas, progressivamente, começam a tomar o lugar desse aprendizado misturado aos adultos. No século XVII surgem numerosas escolas para meninos e meninas, colégios com internatos para maiores e conventos para as meninas. Surge, assim, aquilo que Ariès (2012) definiu como um longo processo de internamento das crianças e o que Badinter designou como

uma vontade nova de isolar a criança do mundo dos adultos.

Para Ariès, no entanto, se inicialmente os filhos eram enviados para escolas distantes, aos poucos esse afastamento não seria mais tolerado pelos pais, que se esforçam em multiplicá-las e aproximá-las dos pais. Datam desta época os tratados de educação que estabeleciam os deveres dos pais relativos à escolha das escolas e dos preceptores e à supervisão dos estudos.

O clima sentimental era agora completamente diferente, mas próximo do nosso, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola, ou, ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola (Ariès, 2012, p. 159).

2.4 O Nascimento da Família Moderna

Por muito tempo, as condições de vida não permitiram aquilo que Ariès (2012) definiu como o entrincheiramento necessário para a criação da família moderna. Um dos obstáculos principais era o afastamento das crianças de casa e sua substituição por crianças estranhas.

No cotidiano das pessoas, não havia separação entre a vida profissional, a vida privada e a vida mundana ou social. O que era valorizado era a arte de ser agradável e o sucesso das pessoas dependia unicamente de sua “reputação”, das amizades criadas. “A vida no passado, até o século XVII, era vivida em público” (Ariès, 2012, p. 190). As pessoas viviam misturadas umas com as outras, assuntos domésticos e pessoais não faziam parte das conversas.

A densidade social não deixava lugar para a família. Não que a família não existisse como realidade vivida: seria paradoxal contestá-la. Mas ela não existia como sentimento ou como valor (ibidem, p. 191).

A volta das crianças ao lar deu à família do século XVII a principal característica que a distinguiu das famílias medievais – a criança tornou-se elemento indispensável da vida cotidiana e os adultos passaram a se preocupar com sua educação e futuro. Ainda não se tratava da família moderna, pois ainda se conservava uma enorme sociabilidade (Ariès, 2012).

No século XVIII, a família começou a manter a sociedade à distância – discrição, isolamento e separação entre vida mundana, profissional e privada. A casa e os costumes se reorganizaram: a vida do trabalho sai de casa para a fábrica, deixando espaço para uma intimidade preenchida por uma família reduzida aos pais e às crianças. A família estendeu-se à medida que a sociabilidade se retraiu. “Esse grupo de pais e filhos, felizes com sua solidão, estranhos ao resto da sociedade, não é mais a família do século XVII, aberta para o mundo invasor dos amigos, clientes e servidores: é a família moderna” (ibidem, p. 188).

A escolarização e suas consequências para a formação do sentimento familiar, no entanto, não foi imediatamente generalizada, permanecendo num primeiro momento restrita aos meninos da camada média da hierarquia social, conforme nos adverte Ariès.

2.5 O Amor Materno como Valor

Em não havendo mãe, não pode haver filho (Rousseau apud Nunes, 2000, p. 19).

A frase proferida por Jean-Jacques Rousseau em 1762 pode, atualmente, parecer óbvia, mas, como vimos, nem sempre foi assim. Se até o século XVII as mães não era consideradas peças-chaves para o desenvolvimento e a educação dos filhos, a partir de então vai se construir um discurso contrário (Nunes, 2000).

até aquele momento as mulheres não eram consideradas responsáveis pela sobrevivência e a educação dos filhos, nem convocadas a assumir uma função de maternagem. Era possível prescindir das mães para se criar uma criança. As amas de leite, a criadagem, as instituições pedagógicas e religiosas, a organização familiar, podiam muito bem dar conta do recado. E assim o fizeram até o momento em que a questão da mortalidade e da sobrevivência das crianças começou a se constituir num problema de Estado (Nunes, 2000, p. 19).

Assim, “o século XVIII, por via principalmente do pensamento iluminista, fez surgir uma ligação fundamental entre o sexo feminino e a maternidade” (ibidem, p. 19).

A nova ordem econômica que passou a vigorar com a ascensão da burguesia impunha, dentre outros imperativos, que se voltassem as atenções para a questão da sobrevivência das crianças (Moura & Araújo, 2004). A fim de se impedir, a qualquer preço, a hemorragia humana que caracterizava o Antigo Regime, era preciso convencer as mães a se aplicarem às “tarefas esquecidas” (Badinter, 1985).

Segundo Badinter, foram necessários três discursos diferentes para convencer as mães a se dedicarem às funções maternas: o discurso econômico, o filosófico e o discurso dos intermediários.

O discurso econômico alertava que a França estava se despovoando. Na realidade, o que aconteceu naquele momento é que o ser humano converteu-se em uma preciosa provisão para o Estado – produtor de riquezas e garantia do poderio militar, qualquer perda humana era considerada um dano. Nessa ótica quantitativa, a criança adquire um valor mercantil. Datam desta época, iniciativas do Estado e de particulares para ajudar as mães necessitadas e estimular que amamentem seus bebês (Badinter, 1985).

Esse discurso, no entanto, dirigido prioritariamente aos homens não seria suficiente se não fosse corroborado por outro, mais gratificante e exaltante: o discurso filosófico da igualdade, do amor e da felicidade. No século XVIII, vê-se modificar a condição do pai, da mãe e dos filhos no sentido de uma maior homogeneidade, que ainda se detinha nas fronteiras do sexo – o filho igual ao pai, a filha igual a mãe (ibidem).

Mas, se a progressiva expansão do pensamento liberal colocava o ideal de liberdade e igualdade na ordem do dia, como justificar a dominação da mulher pelo homem? (Nunes, 2000)

O dilema foi resolvido pela ancoragem da diferença social e cultural dos sexos em uma biologia da incomensurabilidade, a partir da qual homens e mulheres são tratados como radicalmente diferentes. A consequência lógica desse percurso foi que, a partir idéia de uma diferença biológica “natural”, passou-se a justificar e propor inserções sociais diferentes para os dois sexos (Nunes, 2000, p. 37).

As mulheres são assentadas e definidas por esta diferença em seus próprios corpos, em uma imanência que se concentra em seus órgãos reprodutores. [...] procriar, reproduzir a espécie passou a significar socialmente o feminino e esta significação social chama-se maternidade (Swain, 2007, p. 204).

Dessa forma, pressupôs-se uma divisão de papéis diferentes e complementares para homens e mulheres. Assim, para Rousseau, a mulher não seria nem inferior, nem imperfeita – ao contrário, ela seria perfeita em sua especificidade: as funções maternas e a vida doméstica. Os homens, na concepção rousseauniana, seriam mais aptos à vida pública, ao trabalho e às atividades intelectuais. A condição feminina não seria, portanto, uma imposição social, e sim um desígnio da natureza (Nunes, 2000).

A tese de que homens e mulheres não são física e moralmente iguais, mas opostos complementares, ajustava-se perfeitamente ao pensamento liberal, fazendo as desigualdades parecerem naturais, ao mesmo tempo em que satisfaziam as necessidades da sociedade europeia de dar continuidade à divisão sexual do trabalho, assinalando para a mulher um único lugar social (ibidem, p. 43).

Ainda que outros discursos tenham considerável importância (como o de Montesquieu, que atribuía a educação negada às mulheres – e não a sua natureza – como a causa da sua inferioridade), a condição da mulher não se modificou de forma notável (Badinter, 1985).

A condição de esposa-mãe, no entanto, progrediu: pouco a pouco a mulher emancipou-se parcialmente da tutela do marido. Em nome da felicidade da filosofia das Luzes, tornaram-se mais comuns os casamentos por amor e os castigos infligidos pelos maridos já não tem nenhuma acolhida (ibidem).

A mulher não é mais identificada à serpente do Gênesis, ou a uma criatura astuta e diabólica que é preciso pôr na linha. Ela se transforma numa pessoa doce e sensata, de quem se espera comedimento e indulgência. Eva cede lugar, docemente, a Maria. A curiosa, a ambiciosa, a audaciosa metamorfoseia-se numa criatura modesta e ponderada, cujas ambições não ultrapassam os limites do lar (Badinter, 1985, p. 176).

A procriação passa a ser encarada como “uma das doçuras do casamento: e que seria mais natural que amar em seguida seus frutos?” (Badinter, 1985, p. 178). A maternidade passa, assim, a ser exaltada e se converte: de um dever imposto à atividade mais invejável que a mulher possa esperar (ibidem). A maternidade fora, então, glorificada (Knibiehler, 2000).

O discurso sobre amor e felicidade desempenharam um papel nada desprezível na evolução para este modelo de família, mas, limitados a um público, não bastaram para resolver de todo a questão da sobrevivência das crianças. A ele somaram-se o que Badinter definiu como o “discurso dos intermediários”: médicos, filantropos, administradores, pedagogos e até chefes de polícia da França repetiam incansavelmente os mesmos argumentos para convencerem as mulheres a serem mães antes de tudo.

As recomendações para as mães de que elas cuidem pessoalmente de seus filhos “engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho” (Badinter, 1985, p. 145).

No fim do século XVIII, o amor materno parece um conceito novo. Não se ignora que esse sentimento existiu em todos os tempos, se não todo o tempo e em toda parte. [...] Mas o que é novo, em relação aos dois séculos precedentes, é a exaltação do amor materno como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade (ibidem, p. 146).

Os discursos médicos sobre o corpo feminino ajudam a embasar a ideia de que a mulher teria a maternidade como vocação natural: a fragilidade dos ossos, a forma alongada da bacia, a moleza dos tecidos, a estreiteza do cérebro, a superabundância das fibras nervosas... (Nunes, 2000)

Os seios, as ancas generosas para receber o feto, não deixam pairar nenhuma dúvida: a mulher é concebida para ser mãe. A “natureza” decidiu assim, e, daí a deduzir que a mulher deve se consagrar exclusivamente à maternidade, há somente um passo, que ultrapassam alegremente os médicos (Cova, 2005).

A atenção dos anatomistas do final do século XVII e início do século XVIII irá se voltar para as “partes do corpo feminino politicamente significativas”, ou seja, que ajudassem a defender esses ideais (Nunes, 2000).

As características morais de sexo feminino são também consideradas a eles inerentes – as mulheres são dotadas de fragilidade, timidez, doçura e afetividade. O pensamento médico ajudava, assim, a confinar a feminilidade ideal à esfera estreita

que a ordem social liberal lhe destina: a mulher sã e feliz é a mãe de família” (ibidem, p. 42).

Para estimular a amamentação, o retorno à natureza foi exaltado – a lei da natureza diz que a mãe deve amamentar o bebê. Mulheres selvagens dos tempos antigos e bárbaros que não se separavam dos seus filhos foram postas em um pedestal. E se a invocação da boa natureza podia parecer insuficiente, recorreu-se também a promessas sedutoras e ameaças aterrorizantes. As promessas para as lactantes incluíam argumentos a favor da saúde, beleza, felicidade e glória, além da cálculos das economias que amamentar (ao invés de contratar uma ama) geravam. Entre as ameaças estavam as fisiológicas (médicos afirmavam que uma série de doenças poderiam atacar as mulheres que não amamentam), as condenações teológicas (um pecado contra Deus), e as condenações morais (uma injustiça cometida com o filho) (Badinter, 1985).

A reação a esses discursos foi diversa e, sobretudo, lenta. Mas, de fato, o número de crianças encaminhadas a amas de leite declinou substancialmente a partir de 1800. O uso das faixas que enrolavam o bebê foi progressivamente abandonado: “Uma vez retirada essa armadura, carinhos e relações físicas tornam-se finalmente possíveis entre mãe e filho” (Badinter, 1985, p. 206).

As responsabilidades das mães foram cada vez mais ampliadas: a “Rainha do Lar”, ganhava, assim, respeito e poder, desde que não ultrapassasse a esfera doméstica.

As mães passaram a ser consideradas como as principais responsáveis pela saúde e higiene do bebê. Os deveres maternos se iniciavam tão logo a mulher engravidasse, devendo a mulher adotar um bom regime alimentar.

A morte das crianças passou a ser vivida como um drama: “Ninguém ousaria então consolar-se da perda de uma criança com a esperança de ter uma outra, como ainda se confessava um século antes. Esse pequeno ser era insubstituível, e sua perda, irreparável” (Ariès, 2012, p. 187).

Nesse contexto, os médicos adquiriram uma importância considerável no seio das famílias e estabeleceram uma “aliança privilegiada” com as mães – elas eram

suas interlocutoras, assistentes, enfermeiras e executivas (Badinter, 1985).

A vigilância e o devotamento materno estendem-se de maneira ilimitada:

A nova mãe passa portanto muito mais tempo com o filho do que sua própria mãe passara com ela. E é bem o fator “tempo” que melhor marca a distância entre duas gerações de mulheres. As antigas mal “tomavam conhecimento” da prole, e consagravam o essencial de seu tempo a si mesmas. As novas vivem constantemente junto dos filhos. Amamentam, vigiam, dão banho, vestem, levam pra passear e cuidam. A criança já não é relegada à distância [...]. Estabelecem-se laços que tornam mais difíceis, senão impossíveis, as separações de antigamente. Os pais, e a mãe em particular, não têm mais o desejo de exilar os filhos nos conventos ou nos colégios (Badinter, 1985, p. 211).

Esse trabalho em tempo integral a monopoliza totalmente – a mãe não tem mais tempo ou desejo para a vida mundana, sendo seus filhos suas únicas ambições. “A família moderna se recentra em torno da mãe, que adquire uma importância que jamais tivera” (Badinter, 1985, p. 213).

Há que se ressaltar, no entanto, conforme nos adverte Badinter, que a evolução dos costumes foi mais lenta do que se poderia crer e se deu em diferentes tempos conforme o extrato social. Para essa autora, o que ditou o comportamento da mãe foi o interesse da mulher, influenciado por dois fatores: suas possibilidades econômicas e a esperança ou não de desempenhar um papel mais gratificante no universo social e familiar.

As mulheres da burguesia abastada, por exemplo, foram as primeiras a se sensibilizarem com os argumentos rousseauianos. As aristocratas custaram mais a modificarem seus hábitos. “Nem pobre, nem particularmente rica ou brilhante, a mulher das classes médias viu nessa nova função a oportunidade de uma promoção e de uma emancipação que a aristocrata não buscava (Badinter, 1985, p. 222).

Para estas mulheres, “a maternidade torna-se um papel gratificante pois está agora impregnado de ideal” (ibidem, p. 223) – trata-se de uma nobre função.

A classe mais desfavorecida foi a última a ser atingida pela “nova moda”. Por terem que trabalhar e em função da alta fecundidade ainda precisavam recorrer às amas de leite, prática que se prolonga até o século XX, quando a esterilização

tornou seguro o uso das mamadeiras. Nesse segmento, as taxas de abandono e de mortalidade das crianças permaneceram inalteradas até o século XX.

As classes dominantes que reinventam a maternidade como vocação feminina exclusiva estão em contradição absoluta com a realidade concreta: muitas mulheres trabalham no século XIX e devem assumir sua maternidade nas condições mais difíceis. A distância é imensa entre o ideal descrito e sonhado da mãe educadora, consagrada em tempo integral a suas crianças, e a vida cotidiana das mães de origem modesta (Knibiehler e Fouquet apud Scavone, 2004, p. 173).

Assim, em meados do século XIX ainda não existe um comportamento materno unificado: “Problema e necessidade para umas, imposição ou opção para outras, a chegada do filho à família é diferentemente vivida pelas mulheres” (Badinter, 1985, p. 227).

Mas, ainda que Rousseau e seus sucessores não tenha conseguido convencer todas as mulheres a assumirem o papel de mães extremosas, seus discursos tiveram um importante efeito:

As que se recusaram a obedecer aos novos imperativos sentiram-se mais ou menos obrigadas a trapacear e a simular de todas as maneiras. Alguma coisa, portanto, mudara profundamente: as mulheres se sentiam cada vez mais responsáveis pelos filhos. Assim, quando não podiam assumir seu dever, consideram-se culpadas. [...] A culpa dominou o coração das mulheres” (Badinter, 1985, p. 235).

Não amar os filhos é, agora, um crime sem perdão (Badinter, 1985).

2.6 A Maternidade como um Sacerdício

A maternidade concebida no século XIX a partir de Rousseau é entendida como um sacerdício: “As analogias entre a mãe e a freira, a casa e o convento, dizem muito sobre o ideal feminino de Rousseau. Sacrifício e reclusão são suas condições” (Badinter, 1985, p. 245).

“Para que uma mulher cumpra a sua vocação, é preciso que ela seja mãe,

não como outrora, de maneira esporádica e irregular, mas constantemente, vinte e quatro horas por dia” (Badinter, 1985, p. 249). Assim, “não se pode ser ao mesmo tempo mãe e outra coisa. O ofício materno não deixa um segundo livre à mulher” (ibidem, p. 254).

A grande “novidade” do século XIX foi a redescoberta de que a tarefa de educar e formar intelectualmente as crianças caberia à mãe, considerada mentora por excelência, uma vez que conhecia bem o “terreno das operações”. Caberia à mãe formar a menina para que ela se torne uma boa mãe e, por sua vez, também uma boa educadora para seus filhos. Assim, não era bem vista a mulher que se dedicava a estudos prolongados ou que buscava uma carreira, já que estaria se afastando de sua vocação natural (Badinter, 1985).

O processo educativo das mulheres aos moldes rousseauianos preconizava que elas fossem, desde cedo, acostumadas a serem contrariadas e a dominarem suas fantasias.

Para Nunes (2000),

Rousseau entra em contradição com suas próprias idéias de uma determinada essência natural, uma vez que o controle que prega para o desenvolvimento das meninas é tão rigoroso que se duvida dessa pressuposta natureza (ibidem, p. 46).

Para Badinter, a longa lista de deveres a que nenhuma mãe deveria se furtar também era prova de que a natureza precisaria ser solidamente respaldada pela moral (Badinter, 1985). Assim, o projeto pedagógico minucioso de Rousseau para a mulher dá a impressão de que ninguém é mais “naturalmente inadequado” à essa tarefa (Nunes, 2000).

É como se, no fundo, esses moralistas percebessem que, por si só, a natureza não desse conta do recado. E provavelmente essa percepção baseava-se no fato de que o “instinto materno” e a suposta “vocação” feminina para a vida doméstica eram inclinações que poucas mulheres apresentavam (Nunes, 2000, p. 47).

Nunca como no século XIX se insistiu tanto sobre a necessidade do sacrifício materno – o sofrimento da mãe era a condição da felicidade de seu rebento

(Badinter, 1985). A ideia de que a mulher deve ser capaz de suportar sofrimentos, injustiças, subjugação e encontrar prazer nas obrigações que lhe são destinadas constitui a base para a máxima “ser mãe é padecer no paraíso” (Nunes, 2000). “A mãe passa a ser tratada como uma mártir da modernidade” (ibidem, p. 49).

Era preciso [...] convencer as mulheres a assumir de bom grado seu novo papel. Pode-se então observar uma valorização dos aspectos positivos da feminilidade e de suas funções e um endeusamento da figura materna nunca antes observado. Com essa imensa positividade dada à maternidade, as mulheres poderiam se sentir valorizadas e abrir mão de qualquer interesse pessoal em nome da família e da sociedade. O século XIX coloca a mãe num pedestal, santificando-a, dotando a mulher de um valor até então inexistente (Nunes, 2000, p. 66).

Nesse sentido, umas das imagens que ganham força ao longo só século XIX é a representação da Madona com o Menino Jesus – observa-se um verdadeiro culto a Maria e a mulher que se torna mãe será considerada uma santa, que, como ela, também devota toda a sua vida ao filho. “O catolicismo do século XIX se escreve no feminino numa impressionante inversão dos valores que marcaram sua história. [...] A maternidade da Virgem apagou o pecado de Eva” (Nunes, 2000, p. 67).

Diabolizado desde a lendária Eva, o feminino é, porém, resgatado em seu próprio corpo pela fecundidade, pela possibilidade de reproduzir o humano e, sobretudo, o masculino. Em seu lado obscuro, portanto, toda mulher deveria carregar a pecado e a fraqueza moral e em seu lado luminoso, o dever e a alegria da maternidade (Swain, 2007, p. 206).

Dentro dessa perspectiva, as características femininas foram pensadas como salvadoras dos homens e dos valores da família e da sociedade – os sentimentos nobres femininos foram exaltados como vitais para a ordem social – eles temperam a rudeza dos homens e adoçam seu caráter: “A nova mulher, educadora dos filhos e transformadora do homem, é para a medicina a pedra angular do equilíbrio familiar” (Nunes, 2000, p. 67).

“A dolorosa virtude materna é paga a longo, longuíssimo prazo” (Badinter, 1985 p. 269). Para saber se a mãe se sacrificou o necessário para cumprir seus deveres maternos, bastava que se olhasse para o filho – ele seria o critério de sua

vitória ou de seu fracasso – “Da responsabilidade à culpa havia apenas um passo, que levava diretamente à condenação” (ibidem, p. 272).

Para Badinter, essa mudança de mentalidade teve dois tipos de consequências: por um lado, permitiu a muitas mulheres viver sua maternidade com alegria e orgulho; por outro lado, a pressão ideológica fez com que muitas mães se sentiram obrigadas a ser mães sem realmente desejarem, vivendo a maternidade sob o signo da culpa e da frustração.

No século XIX não há espaço para mães boas ou más pela metade.

A maternidade era então definida como um conjunto supostamente universal de comportamentos e sentimentos: ternura envolvente e ilimitada, amamentação longa, supervisão constante e educação das crianças, movimentação física restrita ao espaço doméstico, ausência de desejo sexual, rejeição ao trabalho dito ‘produtivo’ (i.e., assalariado). Em contraste com esta figura idealizada, muitas narrativas apresentavam mães ‘monstruosas’, ou seja, aquelas que não se enquadravam nessa idealização patriarcal – presidiárias, prostitutas, operárias (Stevens, 2007, p. 25).

Surgem assim, as definições da mãe má – ausente, incapaz ou indigna. A mãe indigna, que não ama seu filho, é a pior de todas: a falta de amor é um crime imperdoável. A mãe indigna é “excluída da humanidade, pois perdeu sua especificidade feminina. Meio monstro, meio criminosa, tal mulher é o que poderíamos chamar de “erro da natureza”” (Badinter, 1985, p. 275).

A mãe trabalhadora também é duramente criticada e o trabalho feminino é duramente criticado pelos moralistas quaisquer que sejam os seus motivos, e mal admite-se que ela possa ser uma necessidade vital – para o destino da criança, a presença da mãe é mais importante do que os ganhos produzidos por seu trabalho fora de casa. O trabalho feminino fazia da criança uma pequena vítima (ibidem).

A idéia de que as mulheres que se desviam do caminho que a sociedade e a natureza lhes demandam é culpada de uma transgressão é cada vez mais disseminada, não só no pensamento de moralistas, médicos e filósofos, mas também nas mais diferentes manifestações artísticas e literárias (Nunes, 2000, p. 50).

Durante todo o século XIX, a ideia de fragilidade do sexo feminino vai ganhar um novo tratamento através de uma corrente de pensamento evolucionista, a ponto

de alguns anatomistas acreditarem que as diferenças entre homens e mulheres era tão profunda que o desenvolvimento destas estaria em um estágio mais baixo da evolução, ao lado das crianças e dos povos primitivos (Nunes, 2000). As descrições anatômicas ajudavam a reforçar as teorias sociais, justificando que a função da mulher seria casar e ter filhos (ibidem).

A figura feminina frágil torna-se um ideal. Para Nunes, um representante desse ideal é a figura da bailarina – “uma imagem etérea, desencarnada, assexuada, que constitui o ápice do ideal romântico da fragilidade” (ibidem, p. 57). e que não se forma sem um adestramento profundo de seu corpo. A técnica do balé, dominada prioritariamente pelos homens até o final do século XVIII é aprimorada no período oitocentista principalmente pelas mulheres.

Quanto mais a bailarina conseguisse encarnar, por via de um trabalho corporal intenso, esse ideal de delicadeza e suavidade, mais elas se aproximava do ápice do sucesso e do reconhecimento de seu talento. A bailarina aparece como o ideal estético do corpo feminino, ideal esse que encobre o que de mais carnal existe no corpo da mulher (Nunes, 2000, p. 58).

A música de Chico Buarque e Edu Lobo, brincam com essa ideia do ideal da bailarina. A cada “defeito” humano apresentado pelos músicos, eles contrapõem : “Só a bailarina que não tem...”.

A mulher do século XIX é afirmada como um ser com constituição física mais frágil, que precisa ser protegida. É considerada eternamente doente e suas etapas fisiológicas são apresentadas pela medicina como doenças: gravidez, parto, aleitamento, menarca, menstruação, menopausa, passam a ser tratadas como fases de risco. As mulheres deveriam poupar sua pouca energia para desempenharem sua função primordial, a maternidade (Nunes, 2000).

A vida feminina sofre um processo de dessexualização. A medicina restringe a sexualidade com vistas à procriação e os ciclos vitais do corpo feminino passam a ser uma preocupação médica. As relações sexuais devem ser mantidas sob um controle rígido. Inicia-se um amplo processo de medicalização do parto e da gravidez, que se torna um tabu. A gestante deve sair pouco de casa, mostrar-se pouco (ibidem).

Um interdito análogo pesa também sobre o nascimento. Aparecem fábulas como as da cegonha ou a da couve, que de um lado pretendem garantir a “inocência infantil”, de outro negam o que existe de sexual na espécie humana e principalmente na mulher (Nunes, 2000, p. 69).

Para Nunes (2000), é como se o instinto sexual devesse ser neutralizado, deslocado e transformado em instinto maternal. Se antes a mulher era pensada como mais carnal, agora ela se torna assexuada. Denega-se a sexualidade feminina não reprodutiva e quando os desejos da mulher extrapolam esses limites são enquadrados no quadro da patologia: ninfomania, erotomania, furor uterino, neuroses genitais são nomeações da psiquiatria.

Evitar o desenvolvimento inadequado de um apetite sexual é, portanto, umas das metas da educação das jovens. Procura-se afastá-las de qualquer realidade carnal do sexo, e no lugar do instinto sexual procura-se produzir o instinto materno (ibidem, p. 73).

Nesse sentido, recomenda-se que se confie à adolescente a criação de um bichinho, à jovem mulher que ela se torne madrinha de uma criança e também que se visite orfanatos, de forma a desenvolver vínculos maternais.

“Mas sem dúvida a boneca torna-se um instrumento privilegiado na preparação para a maternidade” (Nunes, 2000, p. 73). O uso da boneca, difundido no século XIX passou por uma mudança significativa: se antes mantinha a aparência de uma jovem elegante, como um ideal a ser seguido por sua dona, por volta de 1850 surgem as bonecas-bebês. Com elas, as meninas brincam, desde cedo, de serem mães.

É por meio dessa brincadeira que a menina começa a aprender a se tornar mãe. Mas, apesar de todo um processo pedagógico que procura inculcar nas meninas o interesse pela maternidade, afirma-se que o instinto materno é inato (ibidem, p. 73).

Desta forma, com algumas poucas exceções, a filosofia do século XIX também reforçou a noção da existência de dois sexos complementares e reafirmou a hierarquia masculino/ feminino (ibidem). O Código Civil de 1804, que influenciou a condição legal da mulher em toda Europa napoleônica, é um exemplo dessa reafirmação. Através dele, Napoleão, fiel leitor de Rousseau, “deu corpo à idéia de

que a mulher é propriedade do homem, sendo sua tarefa primeira ter filhos” (Nunes, 2000, p. 64).

Desde o fim do século anterior e também no século XIX, a importância e a autoridade do pai entram em declínio – sua participação é menos necessária ou mais acessória. O pai passa a ser considerado um colaborador da mãe. Os filhos são para o pai apenas uma preocupação indireta (Badinter, 1985).

Para Badinter, o lugar do pai é tomado também pelo Estado, fazendo surgir no universo infantil novos personagens para desempenhar o papel deixado vago pelo pai – o professor, o juiz de menores, o assistente social, o educador e mais tarde o psiquiatra.

Entre a mãe e o Estado, que usurparam, cada qual a seu modo, o essencial de suas funções paternas, podemos indagar: que papel resta ao pai? Parece que sua qualidade, seu prestígio e sua bondade se medem mais pela sua capacidade de sustentar a família do que por qualquer outro serviço. Essa imagem do bom pai mantenedor, responsável pelo conforto da família, sobreviveu até os nossos dias (Badinter, 1985, p. 294).

Se a Europa dos séculos XVII e XVIII e XIX assistia a tantas mudanças em relação à família e à maternidade, como esses processos eram vividos no Brasil? Na condição de Colônia, aqui também se deram intensas modificações em relação à maternidade e aos cuidados maternos, embora revestidas de algumas especificidades.

2.7 Maternidades no Brasil Colônia

Era uma vez um tempo, na história do Brasil, em que os papéis femininos não estavam claramente definidos (Del Priore, 2009, p. 39).

No início do período colonial, a vida da maioria das populações femininas organizava-se no “atropelo da construção de um novo mundo”. Para que se pudesse povoar e organizar a produção da Colônia, tornando-a eficiente, era necessário definir “projetos de normatização social para os distintos gêneros” (Del Priore, 2009,

p. 39).

Antes de partirmos, no entanto, para a descrição daquilo que Del Priore definiu como “adestramento social da população da Colônia” (ibidem, p. 40), nos ateremos por um breve instante a uma parcela desta população: os índios.

O que se sabe do cotidiano feminino indígena dessa época, no entanto, é aquilo que pode ser apreendido dos relatos dos viajantes europeus. Ainda que a documentação dos séculos XVI e XVII acerca do assunto seja pouco precisa e muito contraditória, ela permite que tenhamos uma representação da imagem europeia sobre as sociedades indígenas (Raminelli, 2012). Em relação às práticas da maternidade, há relatos bem diversos, que ajudam a caucionar a hipótese da inexistência de uma maternidade única também para as indígenas.

Um desses relatos dá conta de que as crianças eram amamentadas pelas próprias mães até um ano e meio: “Se soubessem que seu rebento tinha mamado em outra mulher, não sossegavam enquanto a criança não colocasse para fora todo o leite estranho” (Raminelli, 2012, p. 14). Descrevia ainda que, ao contrário do costume europeu da época, as mães não entregavam seus bebês a pessoas estranhas. Mesmo trabalhando nas roças, não se apartavam de seus filhos, levando-os consigo e protegendo-os de qualquer perigo.

Outros colonos, no entanto, viam as mães índias como seres destituídos de quaisquer sentimentos. Para ilustrar essa percepção, relatam que entre os caetés, por exemplo, era comum a venda dos familiares, incluindo os filhos. Há ainda o relato de um sertanista que teria presenciado a cena de uma índia caeté atirando seu filho ao rio, para se livrar do seu choro insistente. E outro que dá conta de que uma índia teria enterrado vivo seu filho pelo mesmo motivo.

Entre os tupinambás, diziam, as mulheres que ficavam grávidas dos inimigos matavam e comiam os recém-nascidos. Quando os maridos ficavam doentes, as esposas matavam os filhos e, com eles alimentavam o enfermo, de forma a promover o seu restabelecimento (Raminelli, 2012). “De acordo com os testemunhos arrolados, o amor maternal e a preservação da família pouco representavam para as comunidades nativas” (ibidem, p. 16).

Raminelli nos lembra, no entanto, que a cultura indígena, incluindo aí os aspectos que concernem à maternidade, foi avaliada e descrita pelo viés europeu, e julgada a partir do paradigma teológico: os costumes heterodoxos eram considerados indícios de barbarismo e da presença do diabo; os bons hábitos faziam parte das leis naturais de Deus (ibidem).

Independentemente do filtro lançado sobre esses relatos, o que eles parecem reforçar é a existência, numa mesma época, de práticas e valores diversos em relação à maternidade, não apenas quando comparamos os costumes indígenas aos europeus, mas também quando comparamos diferentes tribos indígenas. Nos ajudam, portanto, a corroborar a importância do contexto social na construção dessas práticas e valores.

Voltemos agora à população da Colônia como um todo, público-alvo desse projeto de adestramento social que deverá orientá-la para o trabalho organizado e produtivo. Orquestrado pelo Estado português, o projeto terá a Igreja metropolitana como sua mentora – o objetivo era desenvolver também aqui os compromissos reformistas estabelecidos no concílio de Trento. Para a população feminina isso se traduzia principalmente no estabelecimento da devoção mariológica e materna (Del Priore, 2009).

Confinada à casa, delimitada pela privacidade doméstica, a mulher no papel de santa-mãezinha poderia fazer todo o trabalho de base para o estabelecimento do edifício familiar, para a reprodução dos ideais tridentinos e para a procriação de brasileirinhos (ibidem, p. 40).

Inscrito na concepção vigente de que a riqueza de uma nação residia na sua população numerosa, o projeto normatizador português preocupava-se com o ordenamento demográfico da Colônia. Era preciso, assim, demarcar a maternidade como papel social da mulher (ibidem).

Mas que mulher era essa a quem será dado o projeto de tornar-se mãe? Conforme descreve Del Priore (2009), a maternidade na Colônia era vivida num “caleidoscópio de situações”. O cenário familiar caracterizava-se, frequentemente, por maridos ausentes, companheiros ambulantes, mulheres que chefiavam seus lares.

Uma pequena parcela das maternidades, pertencida à elite, era vivida no cenário das relações lícitas, ou seja, reconhecidas pela Igreja. Grande parte das mulheres mais pobres viviam sob uniões consensuais, e não eram, a princípio, motivo de marginalização ou retraimento, como desejava a Igreja. Era comum que as crianças circulassem entre outras casas sendo criadas por comadres, vizinhas e familiares, e também que as mulheres se responsabilizassem pelos frutos de outros amores de seus companheiros: essas “mães de oportunidade” fazem supor a existência de uma sensibilidade para a infância e atestam que a maternidade tinha uma função psicoafetiva mais forte do que a biológica (ibidem).

Resultados de diálogos conjugais avessos ou diretos, frutos de decisões ou de ocasiões, os filhos validavam o papel social da mulher enquanto mãe, reforçando-lhe o poder no interior deste espaço que era exclusivamente seu: o fogo doméstico. Nesse papel, e na ausência temporária ou definitiva do companheiro, ela tornava-se guardiã do lar. Para cumprir essa tarefa, contava com a solidariedade de outras mulheres que viviam como ela, mimetizando a maternidade num fio que costurava existências femininas variadas e que reforçava a solidariedade do gênero (ibidem, p. 49).

O pouco que se sabe, conforme afirma Del Priore (2009), aponta para uma evidente valorização da descendência e, portanto, da maternidade: “a imagem de um mundo feito de entrelaçamentos, afinidades e correspondências femininas na Colônia, sobretudo quando se tratava de maternidade” (ibidem, p. 50).

Solitárias e desamparadas em função do ir e vir das frequentes migrações masculinas, as mulheres tentavam romper as barreiras da pobreza e do isolamento, fazendo-se valer do círculo de relações com outras mulheres, numa cadeia de rentabilidade doméstica voltada para a produção e comércio de gêneros e prestação de serviços. Assim, o exercício da maternidade no início do período colonial se concretizava por uma união de mulheres e crianças por melhores condições materiais de vida (ibidem).

Essa importância conferida à mãe fazia dela alvo dos interesses da Igreja, para encaminhar por intermédio dela, e do ambiente que ela criava em torno de seus filhos, o projeto normatizador da Colônia:

Como mães, tinham que se erguer como paladinhas da difusão do catolicismo e do povoamento ordenado da Colônia. Ao contrário de gerar desclassificados foras das normas institucionais, que se concentrassem em parir súditos fiéis aos bandos dos governadores e às pastorais diocesanas (ibidem, p. 284).

Para Del Priore (2009), a análise desse projeto normalizador metropolitano inscreve, com clareza, a mulher na história do poder, ultrapassando a dialética que vê em todo homem um dominador e em toda mulher uma submissa.

Ambicionando “pacificar e domesticar a poderosa gestora do lar matrifocal” (ibidem, p. 48), a Igreja precisaria acenar às mulheres com as vantagens da indissolubilidade do sacramento. O matrimônio foi então apresentado às mulheres como sinônimo de segurança e proteção contra os abandonos corriqueiros no quadro de povoamento da Colônia. As queixas das mães solteiras, dirigidas aos tribunais eclesiásticos, mostram o solo fértil onde a Igreja semeou o ideal normativo da procriação como exclusividade do casamento e como um dever da santa-mãezinha. A Igreja, ao invés de abandoná-las à própria sorte, oferecia às mães um conjunto de normas que beneficiariam suas condições desafortunadas (Del Priore, 2009).

Ocorreu, então, lenta e sonolenta, mas inexorável, a tensão dinâmica entre as práticas ilícitas das mulheres e o desejo institucional de ordem para garantir a evolução do Antigo Sistema Colonial. As populações femininas começaram nestes tempos a interiorizar as vantagens concretas do matrimônio como um espaço de proteção contra a deriva em que viviam, selando assim o pacto com os ditames do concílio tridentino, para o qual a inseparabilidade valorizava a família legítima, esta espécie de fermento da cristandade (ibidem, p. 59).

Del Priore (2009) ressalta, no entanto, que as consequências realmente graves da maternidade irregular não eram de ordem moral, e sim socioeconômicas: infanticídio, abandono e crianças pequenas vivendo nas casas de vizinhas e comadres à espera de dias melhores para suas mães eram uma constante no cotidiano da Colônia.

A construção da imagem da santa-mãezinha aqui também dependia da comparação com o seu avesso: a mulher mundana, para quem a procriação não era dever, mas prazer. O mais grave, aos olhos da Igreja, é que havia mães que, ao invés de prover sua prole de sustento e formação, assistiam as filhas no uso de seus corpos. “O uso autônomo da sexualidade era interpretado como revolucionário e contrariava o desejo da Igreja e do Estado de colocar o corpo feminino a serviço da sociedade patriarcal e do projeto colonizador” (ibidem, p. 75).

A Igreja tornou-se, assim, uma caçadora de pecados e soube recortar com destreza, do universo das recorrentes infrações da Colônia, aquelas cometidas por mulheres. Mães e filhas venais foram extremamente úteis para a valorização do seu oposto, a mãe identificada com a Virgem Maria (ibidem).

O ofício de mãe e filha era ditado pela pobreza, pela falta de ocupação e pelo abandono do cônjuge. Mas o escrivão, nada sensibilizado com a realidade dessas mulheres, investia na mesma tecla: mulheres desviantes vivem para desinquietar homens e “com eles ofender a Deus”. É como se a Igreja viesse sublinhar apenas uma das faces do poliedro em que se constituía o cotidiano colonial (Del Priore, 2009, p. 87).

No seu trabalho de arrolar infrações, a Igreja contava com a vizinhança, que recorria a ela como forma de resolver seus problemas internos com maior eficiência.

Para combater o amasiamento legado pelas relações entre brancos e índias e o concubinato, trazido pelos portugueses e amplamente difundido entre as classes subalternas, era importante que a Igreja caricaturasse as práticas até transformá-las num excesso. Era fundamental também, que ela esgarçasse as teias de solidariedade em que viviam as mulheres (Del Priore, 2009).

A impregnação da Igreja no cotidiano colonial se fazia de maneira bastante específica: em um cenário de entrelaçamentos étnicos e culturais, o catolicismo tradicional coexistia com vivências pouco ortodoxas: mães solteiras ou concubinadas, abandonadas ou prostituídas, casadas ou viúvas, utilizavam-se do mesmo catolicismo (ibidem).

Era preciso, assim, criar critérios que distinguissem a mulher certa, da mulher errada. Para Del Priore, a difusão de uma ideologia repressiva, que ditava uma série de normas de comportamentos, fez do século XVII a Idade de Ouro da execração eclesiástica contra o sexo feminino. A mulher foi diabolizada, associada ao mal, ao pecado e a tudo aquilo que ameaçava os homens – e para evitar o pecado, a mulher estaria, por preceito divino, obrigada a obedecer seu marido. O marido tornava-se, assim, um porta-voz da Igreja no processo de adestramento e culpabilização das mulheres.

Esses esforços da Igreja para o adestramento da mulher iam ao encontro das

perspectivas da sociedade androcêntrica herdadas do velho continente: “A Europa do Antigo Regime havia sido inundada por uma onda que [...] procurava intimidar a mulher a recolher-se no interior da vida doméstica para ser mais bem controlada” (Del Priore, 2009, p. 103). Assim, “a crítica aos hábitos das mulheres e a afirmação de um modelo ideal para estes seres inadequados andavam juntas além-mar e aqui” (ibidem, p. 105).

Ao casar e cumprir sua obrigação de procriar, qualquer identidade feminina que não a de mãe deveria desaparecer:

A construção da mãe passava, assim, pelo esvaziamento de uma feminilidade conhecida apenas entre as mulheres e por sua substituição por outra, feita à luz do interesse da moral cristã no Ocidente moderno (ibidem, p. 144).

Esvaziado de erotismo, o corpo feminino deveria submeter-se às regras da correta utilização do sexo. A lubricidade foi associada à geração de proles monstruosas e também a danos à saúde da mulher. A esterilidade feminina passou a ser considerada um estigma. Suas práticas de combate, no entanto, ainda que mediadas pelos médicos, revelavam rituais oriundo em um saber popular e tradicional. Explicações médicas impregnadas de magia evidenciavam que o corpo feminino ainda era encarado pela medicina como algo obscuro, satânico. O discurso médico da época contribuiu, assim, para dar caução à misoginia presente no projeto colonizador (ibidem).

O desconhecimento anatômico, a ignorância fisiológica e as fantasias sobre o corpo feminino acabavam abrindo espaço para que ciência médica construísse um saber masculino e um discurso de desconfiança em relação à mulher. A misoginia do período a empurrava para um território onde o controle era exercido pelo médico, pai ou marido (Del Priore, 2012, p. 84).

Com a transferência da família real e de toda a corte para o Rio de Janeiro no início do século XIX promoveu-se uma “reeuropeização” dos costumes coloniais pela transposição (Moura & Araújo, 2004). Durante este século, os higienistas foram fundamentais para que a família brasileira assimilasse os novos valores, estabelecendo com a mãe uma ponderosa aliança.

O aleitamento mercenário (aqui realizado por escravas) também foi

condenado, sendo considerado o principal responsável pela mortalidade infantil. A ele também foi atribuída uma suposta deformação moral das crianças pelo cuidado e convivência com amas e lacaios negros (Moura & Araújo, 2004).

A insistência de que as próprias mães amamentassem seus filhos permitiu que melhor se regulasse a vida da mulher, confinando-a por um longo período ao ambiente doméstico. Também aqui, os cuidados maternos passam a ser valorizados e considerados não apenas como desejáveis, mas naturais. “Assim, por todo o século XIX, deu-se a adaptação do modelo de família burguesa européia à sociedade colonial brasileira que, com o auxílio dos médicos higienistas, adquiriu aqui um “colorido tropical”” (ibidem, p. 49).

A maternidade constituiu-se, assim, no universo feminino do período colonial – “A identidade feminina fazia-se a partir da maternidade, independentemente de a mulher pertencer à casa-grande, à senzala ou à palhoça bandeirista” (ibidem, p. 284).

Del Priore (2009) ressalta, que

“se as mulheres interiorizavam os preconceitos e estereótipos de uma sociedade machista e androcêntrica, o fizeram porque nesse projeto encontraram benefícios e compensações. Sua revanche traduziu-se numa forte rede de micropoderes em relação ao filhos e num arsenal de saberes e fazeres sobre o corpo, o parto, a sexualidade e a maternidade” (ibidem, p. 285).

Assim, o desejo institucional de adestramento da mulher aliado ao uso que as populações femininas fizeram deste projeto deram longevidade ao estereótipo da santa-mãezinha (ibidem).

As marcas desse jogo, no qual se abria mão de alguma coisa para se auferir outra, permaneceram junto com o estereótipo. A ambiguidade dessa situação faz com que a tradição e a sabedoria popular até os dias de hoje se pronunciem sobre a maternidade com imagens entre o riso e as lágrimas (ibidem, p. 286).

2.8 A Revolução Materna

Ao longo do século XIX, na mesma época em que ainda predominava o

estereótipo da “maternidade glorificada”, começava-se a firmar o feminismo como movimento social (chamado feminismo de primeira onda). Na opinião de Knibiehler (2000), a Revolução Francesa foi um marco dessa nova etapa: “as mulheres perceberam então que a maternidade não era somente uma função natural ligada ao seu sexo, nem mesmo somente uma função familiar, mas também uma função social, de que dependia o futuro da nação (p. 90 – tradução nossa)

Assim, no decorrer do período oitocentista, a importância da função maternal foi o principal argumento das reivindicações das mulheres – direito à educação, para melhor assumir o papel de educadoras; direito ao trabalho e a um salário decente para poder sustentar os filhos em caso de morte do pai; direito a divorciar-se de um marido que fosse um mau pai. Mesmo as reivindicações políticas se apoiavam com frequência nas responsabilidades e competências maternas (Knibiehler, 2000).

“Foi sobretudo na França que floresceu o feminismo dito “maternalista”, mas todo o Ocidente fez coro” (ibidem, p. 91 – tradução nossa). A maternidade serviu de bandeira às feministas moderadas burguesas. Função privada por excelência, ela foi utilizada por numerosas feministas do passado para penetrar no espaço público e obter novos direitos (Cova, 2005).

A Primeira Guerra Mundial, no entanto, impôs um luto que silenciou, por um tempo, as reivindicações. A guerra acabou colocando em evidência e agravando os “efeitos da modernidade” – o declínio da natalidade era uma preocupação e o trabalho assalariado das mulheres concorria com a sua função materna (Knibiehler, 2000). “O interesse público precisava cruzar as fronteiras sagradas da vida privada: uma família não pode mais depender apenas de seu chefe, ela precisa ser objeto de decisões políticas” (ibidem, p. 94 – tradução nossa).

Para Knibiehler, em relação à maternidade, o que se observa a partir de então é que as diferenças entre um país e outro são apenas de ordem cronológica: todos são mais ou menos natalistas, todos buscam meios de ajudar as famílias e todos irão acelerar a medicalização do parto.

As políticas natalistas expressaram-se por uma forte repressão: na França leis promulgadas entre 1920 e 1923 condenam o aborto e reprimem a propaganda anticoncepcional; na Itália, leis de 1926 proíbem a propaganda em favor do aborto e

do controle dos nascimentos – o aborto transforma-se em um crime de Estado, e a venda de anticoncepcionais e a educação sexual são proibidos; a Alemanha adota, igualmente, uma legislação repressiva em matéria de aborto, transformando-o em ato criminoso que prevê o encarceramento para a mulher que aborta e para todo aquele que a ajuda (Cova, 2005).

É somente nos fins dos anos 30 que a contracepção começa a ganhar terreno: os países do norte europeu deixam de associá-la ao amor livre e passam a propô-la para os casais legítimos. Surge o diafragma como um novo método contraceptivo feminino. A Igreja católica francesa começa a permitir os métodos naturais de contracepção (Knibiehler, 2000).

O trabalho feminino assalariado, no entanto, ainda é proibido para as mulheres casadas em alguns países e, em outros, há uma série de restrições.

A pressão natalista se exerce também moral e ideologicamente: continua-se a repetir às mulheres e às suas filhas que a sua função original é criar os filhos ao serviço da pátria. Por toda parte exaltavam-se discursos sobre a importância moral e social da maternidade. Os livros escolares enfatizavam o preparo das meninas para serem boas mães (ibidem).

O ideal da mãe dona de casa ainda era imposto tão fortemente, que as mães trabalhadoras continuaram, por muito tempo, ignoradas. Uma conquista importante nesse sentido foi a instituição da licença maternidade. Na França, após 27 anos de debates parlamentares e forte pressão dos médicos, uma tímida lei foi enfim promulgada em 1913. A Comissão da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Washington em 1919, recomendou o estabelecimento da licença mínima de seis semanas, incluindo a remuneração do período. A Alemanha foi a primeira a adotar a recomendação, em 1919 e a França a última, em 1928 (ibidem). “Um grande passo foi dado: o direito ao trabalho das mulheres, mesmo mães, estava definitivamente consagrado, e o Estado os mantinha sob sua proteção” (ibidem, p. 98 – tradução nossa).

Outro desdobramento da política natalista, apontado por Knibiehler, foram as políticas familiares. Os subsídios do Estado para as famílias foram criados em toda Europa. Em 1938, criou-se na França um subsídio para a mãe dona de casa. Em

relação a isso, as feministas não eram unânimes: algumas acreditavam que, ao retribuir as mães, corria-se o risco de confiná-las à casa (ibidem).

Houve, no entre guerras, um enorme progresso da medicalização, o que trouxe grandes mudanças em torno da maternidade: as mães começaram cada vez mais a parir em clínicas, escolas de puericultura foram criadas. Mães e filhos estavam agora nas mãos dos médicos e o pai, e também a família em geral, foram afastados do momento do nascimento, em função do medo que pudessem transmitir micróbios (ibidem).

Também nesse período, ampliou-se o eugenismo, especialmente na Alemanha. Em nome da regeneração da raça, algumas pessoas foram impedidas de procriar em função de sua origem (judeus, negros e ciganos). Uma lei de 1933 previa a esterilização forçada de homens e mulheres. Em outros países, os eugenistas reivindicavam a esterilização dos “defeituosos” e dos doentes mentais (ibidem).

Nos anos seguintes à Primeira Guerra, houve um aumento da taxa de natalidade, mas não muito significativo. Foi após a Segunda Guerra Mundial, no entanto, que se viu as taxas crescerem rapidamente, tanto na Europa quanto na América do Norte. Depois dos anos de horror da guerra, parecia haver uma “necessidade de crer no futuro” e os bebês representavam bem isso. Com o baby-boom, os casais sem filhos ou com filhos únicos tornaram-se mais raros e as famílias com dois e três crianças mais comuns (ibidem).

No entanto, sublinha Knibiehler, se essas mães do baby-boom desejaram ter filhos mais do que as suas mães o fizeram, esse desejo não se inscreve na passividade e docilidade outrora intrínsecos à maternidade. Cada vez mais, essas mulheres têm a necessidade de autonomia, reclamam direitos civis e políticos e desejam assumir um papel ativo na vida pública. Assim, cada vez mais, não querem ficar em casa.

Para essas mulheres, mesmo as que não tinham necessidades econômicas, trabalhar fora de casa se transforma em uma possibilidade de: prover melhores condições de vida para a família, escapar da rotina doméstica (cada vez mais esvaziada pelos recursos que advindos com a modernidade), estabelecer novas

relações e colocar em prática suas competências.

“O problema é que o trabalho assalariado foi organizado no século XIX pelos homens e para os homens dispensados do trabalho doméstico” (ibidem, p. 106 – tradução nossa). Assim, se as mulheres querem entrar no mundo do trabalho, elas terão que assumir uma dupla jornada, em casa e fora dela, ao preço de um grande cansaço e culpa (ibidem).

Uma das alternativas propostas para tentar resolver esta questão foi o trabalho de meio período. Enquanto alguns são favoráveis a essa proposta, outros acreditam que ela possa levar à precarização do trabalho feminino, mantendo as mulheres em cargos e salários menores. Outra solução implantada em alguns países foram as creches subsidiadas pelo Estado. No entanto, com o progresso das ciências psi (psicologia, psicanálise, psiquiatria), surgem teorias pouco favoráveis às creches. Evidenciava-se assim, que os cuidados com o corpo da criança não eram suficientes: cada criança precisa de uma relação privilegiada de carinho, já que é sobre a base dessa experiência inicial que ela construirá suas relações afetivas e sociais posteriores (ibidem). As demandas dos especialistas do desenvolvimento infantil e da educação tornaram-se mais complexas e exigentes, o que acabou contribuindo, na opinião de Knibiehler para a culpabilização das mães.

A grande mudança do século XX para a maternidade, no entanto, viria a partir do movimento feminista. Publicado em 1949, o livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, denuncia o essencialismo da maternidade e coloca em questão o instinto materno, buscando romper de vez a equação mulher = mãe. “Ninguém nasce mulher, torna-se (Beauvoir, 1967, p. 9).

Evidenciando que a gravidez e a maternidade são vividas de maneira muito diferentes, de acordo com suas circunstâncias, Beauvoir afirmava: “Não existe ‘instinto’ materno: a palavra não se aplica de forma alguma à espécie humana. A atitude da mãe é definida pelo conjunto de sua situação e pela maneira pela qual ela a assume” (Beauvoir, 1967, p. 277).

A grande importância da obra de Beauvoir é que ela “desnaturaliza uma questão que finalmente é moral e histórica, inserida em uma trama de valores que se travestem em verdades definitivas. A maternidade perde, desta forma, seu

caráter inexorável” (Swain, 2007, p. 207).

Certamente, naquele momento, muitas mulheres já não reduziam suas existências à função maternal, mas, ainda assim, a mensagem de Beauvoir, lançada em pleno baby-boom, foi recebida com escândalo. Proibida de circular em alguns meios, ao longo dos anos 50 e 60, a obra de Beauvoir foi sendo internalizada (Knibiehler, 2000).

No fim da década de 60 explodia o feminismo de segunda onda. Na esteira de Beauvoir, o movimento questionava a ideologia que exaltava o papel natural da mulher como mãe, contribuindo, assim, para verbalizar a tomada de consciência das mulheres a respeito das implicações sociais e políticas da maternidade (Scavone, 2001a).

Ao iluminar “a incontornável historicidade das relações humanas e dos sistemas de apreensão do mundo” (Swain, 2007, p. 213), o feminismo demonstrava que “a “diferença entre os sexos” é uma atribuição de sentido dada aos corpos (ibidem, p. 216)”.

A maternidade começava a ser compreendida assim como uma construção social, que designava o lugar das mulheres na sociedade e na família e, conseqüentemente, a causa principal da dominação do sexo masculino sobre o feminino.

A crítica feminista considerava a experiência da maternidade como um elemento-chave para explicar a dominação de um sexo sobre o outro: o lugar das mulheres na reprodução biológica – gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças – determinava a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina (Scavone, 2001a, p. 138).

Ferrand e Langevin (apud Scavone, 2001b) identificam três diferentes momentos de reflexão do movimento feminista em torno deste assunto. Em um primeiro momento, a maternidade foi definida como um defeito natural (handicap) – recusá-la era o caminho para subverter a dominação masculina e possibilitar às mulheres uma identidade mais ampla. Esta recusa consistia em uma tentativa de negar o fatalismo biológico feminino da maternidade, visto que ele era um

argumento forte para justificar as desigualdades entre os sexos. A intenção era romper com qualquer premissa que definisse a mulher pela maternidade. O eixo desta luta, para Scavone (2001b), se situa na corrente do feminismo igualitário.

O desejo da 'não maternidade', começava a se exprimir de maneira positiva e não mais como uma carência (Fougeyrollas-Schwebel, 2009b, p. 145). Aparentemente unânimes, as militantes reivindicam meios que lhes permitissem recusar a maternidade não desejada – o acesso à contracepção oral, recém descoberta, e a legalização do aborto.

“Os slogans das feministas pós-68 – ‘teremos as crianças que quisermos, se quisermos’ e ‘nosso corpo nos pertence’ – testemunham a vontade coletiva de que a maternidade dependa da liberdade de decisão de cada mulher” (Collin e Laborie, 2009, p. 135).

A reivindicação quanto ao direito ao aborto encontra maior resistência, em especial da Igreja católica. Frente à objeção, o discurso feminista se radicaliza e a maternidade é acusada de ser escravizadora e alienante:

A glorificação da maternidade, dizem elas, não é nada além do disfarce que mascara a exploração feminina pelos homens. Essas rebeldes, jovens na maioria entre 20 e 30 anos, não tinham filhos. Era enquanto filhas que elas denunciavam a maternidade: se diziam vítimas de mães cúmplices de todas as opressões (Knibiehler, 2000, p. 112 – tradução nossa).

Na França, Beauvoir destacou-se como a mais expressiva expoente intelectual desse posicionamento em relação à maternidade. Nos EUA, uma outra corrente mais radical condicionava a libertação da mulher à chegada da reprodução artificial, supondo que, então, a maternidade não se passaria mais no corpo das mulheres (Scavone, 2001a).

A interrupção da gravidez voluntária foi liberada na Europa ocidental entre meados dos anos 60 e meados dos anos 80, exceto na Irlanda. Para Collin e Laboire (2009), a decisão de lutar antes de tudo pela legalização do aborto ocultou as divergências de posição das feministas, hoje muito mais patentes.

Em um segundo momento, surgiram perguntas dentro do próprio movimento

feminista, no sentido de questionar se as mulheres de fato queriam ser definidas sem a maternidade. Neste período, definido por Ferrand e Langevin (apud Scavone, 2001b) como negação do handicap, a maternidade passou a ser considerada um poder insubstituível que só as mulheres possuem e os homens invejam.

De fato, passou-se das posições que ressaltavam as implicações sociais negativas da maternidade para as que valorizavam seus aspectos psicoafetivos; de uma forte negação para uma vibrante afirmação (Scavone, 2001a).

Neste momento, recorreu-se à teses lacanianas, que valorizam o lugar das mulheres na gestação, à teses históricas que resgatam a experiência da maternidade como parte da identidade e poder femininos e à teses antropológicas que, analisando as manifestações culturais da maternidade, recuperam o saber feminino que lhe está associado (Scavone, 2001b). Trata-se, então, de uma abordagem da corrente diferencialista do feminismo, que lutava pela afirmação das diferenças e da identidade feminina. O problema não era mais a negação da maternidade, mas a divisão equitativa das responsabilidades entre mães e pais (Scavone, 2001a). Minoritária na França, a corrente diferencialista, valoriza o feminino, a maternidade, o amor materno (Collin e Laborie, 2009).

O terceiro momento caracterizou-se por uma “desconstrução do handicap” (Ferrand e Langevin, apud Scavone, 2001b): não é o aspecto biológico da reprodução que determina a posição social das mulheres, mas as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade.

Para Scavone (2001b), a definição destes três momentos é reveladora de todas as contradições, mudanças e permanências da maternidade enquanto prática social. Ainda que tenha partido da constatação da diferença biológica entre os sexos, considerando-a um defeito, a crítica feminista acabou demonstrando que a dominação de um sexo sobre o outro é explicada social e não biologicamente.

No seu conjunto, essas reflexões constituem uma crítica feminista ao discurso dominante da “invenção da maternidade”. Os elementos deste contra-discurso contribuíram para maior tomada de consciência das mulheres na construção de uma escolha reflexiva da maternidade (Scavone, 2001a, p. 53).

2.9 Maternidade e Algumas Questões Contemporâneas

Chegamos à era da maternidade escolhida. A possibilidade de ser mãe foi, então, separada da necessidade. Ser mulher é (ou pode ser) diferente de ser mãe: “ser ou não ser mãe passou a uma dimensão reflexiva, a ser uma decisão racional, influenciada por fatores relacionados às condições subjetivas, econômicas e sociais das mulheres e, também, do casal (Scavone, 2004, p. 174).

A crítica feminista, ao quebrar a imagem que fazia da maternidade a essência da mulher, teve, sem dúvida, um importante papel nessa reflexão. O papel materno já não é o único disponível para muitas mulheres, concorrendo com vários outros. Se ser mãe era um destino, para muitas agora transformou-se em um dilema.

Os métodos anticoncepcionais, mais seguros e mais acessíveis, possibilitaram à mulher dizer não à maternidade ou adiá-la até o momento em que considera as circunstâncias de vida mais propícias.

As novas tecnologias reprodutivas trouxeram maior possibilidade de escolha pela maternidade, tanto para casais com dificuldades de engravidar, quanto para mulheres que optam pela gravidez independente. Permitiram ainda que os limites etários da maternidade fossem ampliados, viabilizando a gravidez tardia, que ganhou mais adeptas.

Essas novas tecnologias de reprodução assistida trouxeram também, por outro lado, uma série de questionamentos éticos: quais são os seus limites?; a mãe genética (doadora de óvulos), a mãe de aluguel (no Brasil é permitida apenas a barriga solidária), são elas mães?; por fim, será que os aspectos biológicos da maternidade vão deixar de ser exclusividade das mulheres?

Cabe lembrar, no entanto, que por diversos fatores, especialmente de ordem econômica, o acesso aos métodos contraceptivos e às tecnologias reprodutivas está disponível apenas para uma parcela da população.

O fato é que, ainda que o papel de mãe não seja mais o único disponível, ele permanece quase obrigatório para grande parte das mulheres. Para Swain, a maternidade ainda tem um peso social muito grande e a decisão pela não

maternidade ainda é encarada com estranheza.

As imagens do “ser mulher”, do “ser feminina” permanecem fixadas e repetidas no imaginário social, traduzidas em trejeitos e modelos normativos que reforçam a re-naturalização dos papéis sociais (Swain, 2007, p. 205).

O “eterno feminino” se atualiza sem cessar nas “tecnologias de reprodução do gênero”: no senso comum, nas mídias (televisão, cinema, imprensa, música etc.), nos discursos dotados de autoridade (religiosos, políticos, médicos, jurídicos, científicos) celebrando a maternidade como um duplo nascimento: da criança e da mulher, que realiza assim seu potencial procriador e desta forma, seu destino” (ibidem, p. 221).

Mas, certamente, ao lado dessa (antiga) valorização da maternidade, ganha importância o desempenho simultâneo de outros papéis – ser “só” mãe não é, para muitas, suficiente: o papel feminino deve assim conter a maternidade, sem se deixar englobar por ela (Moura & Araújo, 2004).

Cabe aqui ressaltar que pensar a maternidade como fenômeno social implica não perder de vista que ela é marcada por inúmeras desigualdades. Consequentemente, as mudanças e implicações sociais da realização dessa experiência não atingem da mesma forma todas as mulheres, países e culturas. A possibilidade de realizar uma escolha mais reflexiva da maternidade, por exemplo, varia em intensidade, de acordo com as condições socioeconômicas e culturais de cada mulher (Scavone, 2004).

Com mudanças mais ou menos intensas, é inegável que a maternidade contemporânea diversifica-se, torna-se mais complexa. Reinventam-se modos de vida, relações, e os modelos de mãe e de família tradicionais coexistem com outros arranjos familiares. Abre-se espaço, assim, para outras maternagens.

Em termos de distribuição das responsabilidades parentais, no entanto, as mudanças parecem mais lentas: a balança ainda pesa muito mais sobre as mães. Mesmo que elas estejam ocupando cada vez mais espaço no universo do trabalho assalariado, elas continuam sendo as principais responsáveis pelos cuidados com a casa e com os filhos.

Sobre isso, Scavone (2004) ressalta:

Parece-nos importante indagar mais sobre o desequilíbrio na vivência da maternidade e da paternidade e como contribui para a manutenção das desigualdades sexuais. Caberia, também, relacionar esta situação de desigualdades com os interesses que movem as políticas de reprodução, que afirmam somente o modelo de maternidade social e excluem a possibilidade da realização de um modelo de paternidade social (ibidem, p. 169).

Assim, se estamos nos propondo analisar a atividade de maternar, não podemos perder de vista a questão de gênero que lhe é subjacente. Nesse ponto, as contribuições da Sociologia das Relações de Sexo e da Teoria do *Care*, apresentadas no próximo capítulo, podem nos ser bastante úteis.

CAPÍTULO 3 – MATERNIDADES E TRABALHOS

A participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, em particular as que têm filhos, é um dos fenômenos econômicos e sociais mais importantes da segunda metade do século XX (Meulders e col., 2008). Cada vez mais as mulheres ocupam espaços em um mundo que antes era praticamente reservado aos homens e sua ascensão profissional parece evidente: maiores níveis de escolaridade, aumento do emprego assalariado feminino, reconhecimento de novas profissões.

O quadro geral, no entanto, continua sendo de injustiça se compararmos os salários e as condições de trabalho aos níveis de escolaridade, formação e qualificação que as mulheres adquiriram. “Cada mudança vem com luz e sombra. Constata-se a inserção da mulher no mercado de trabalho, o que faz parte da libertação; contudo, a repartição da carga familiar não evolui no mesmo ritmo” (Dowbor, 2003, p. 11).

Dowbor sinaliza, assim, que a grande evolução da mulher na área profissional não vem sendo acompanhada das necessárias mudanças institucionais, jurídicas e de valores:

o avanço da mulher no plano profissional deve ser acompanhado de transformações no plano mais amplo, de macro-organização social, pois estamos redefinindo as regras do jogo, e enquanto as redefinimos o essencial não deve faltar a ninguém (Dowbor, 2003, p. 14).

Os cuidados essenciais, por exemplo, não podem faltar às crianças. Quem cuidará delas? Tradicionalmente, o encargo de cuidar da casa e dos familiares tem sido atribuído às mulheres. Para Sorj e Fontes (2012), a crescente participação feminina no mercado de trabalho assalariado, alterou, no entanto, o padrão de família, antes constituído por um provedor masculino e uma cuidadora feminina:

No novo modelo, a tendência predominante é a maioria dos homens investir seu tempo prioritariamente no mercado de trabalho enquanto a maioria das mulheres se divide entre o trabalho remunerado e os cuidados da família (ibidem, p. 105).

Por que a função de cuidar da família ainda segue pesando muito mais sobre a mulher? Para esta pergunta não há resposta simples, mas a Sociologia das Relações de Sexo nos ajuda a entender as variáveis envolvidas nessa questão.

3.1 Contribuições da Sociologia das Relações de Sexo

3.1.1 O Sexo do Trabalho⁶

Para Hirata e Zarifian (2009), a noção moderna de trabalho, como foi formalizada pela economia política clássica, nos remete a uma dupla definição. A primeira é antropológica, segundo a qual o trabalho se constitui como uma característica geral e genérica da ação humana – o trabalho é um ato que se passa entre o homem e a natureza: ao mesmo tempo em que age sobre a natureza exterior e a modifica, o homem transforma a sua própria natureza e desenvolve potências adormecidas (Marx, 1996). A segunda definição de trabalho parte da primeira, mas considera que essas trocas entre homem e natureza sempre se produzem em condições sociais determinadas. É a partir desta segunda noção que é possível avançar na conceituação de trabalho assalariado, inaugurando a ideia de trabalho como algo que pode ser objetivado, isto é, descrito, analisado, racionalizado, prescrito em termos precisos – uma abstração generalizante e o tempo necessário para realizá-la.

Ainda que esta dupla definição tenha o mérito de situar a atividade de trabalho na imbricação de dois tipos de relação (homem-natureza e homem-homem), ela ainda é, para Hirata e Zarifian (2009), insuficiente por duas razões. Em primeiro lugar, porque parte de um modelo assexuado do trabalho: o sujeito do trabalho – o homem – é apresentado como universal. Em segundo lugar, ela é problemática na medida em que as relações suscitadas não são apreendidas de maneira idêntica: as relações homem-natureza tendem a ser naturalizadas e fixadas como uma base imutável da produção da vida humana, enquanto as relações sociais são historicizadas. E é justamente o fato de considerarmos as relações sob uma perspectiva histórica que torna possível considerar o sexo social.

⁶ O título dessa seção é homônimo do livro de Kartchevsky et col.

Assim, o que Hirata e Zarifian (2009) afirmam é a não existência de trocas genéricas entre o homem e a natureza, e sim de trocas sempre específicas entre os homens e as naturezas. E os próprios homens são, na realidade, homens e mulheres – é preciso, então, que levemos em consideração o sexo do trabalho.

A introdução por esta sociologia da dimensão sexuada nas análises permitiu o questionamento do desenvolvimento histórico do conceito de trabalho. É a partir da problemática da ‘divisão sexual do trabalho’ que o GEDISST (Grupo de Estudos sobre a Divisão Social e Sexual do Trabalho)⁷, sob a iniciativa de Danièle Kergoat, propôs uma desconstrução/ reconstrução do conceito de trabalho,

Essa reconceitualização abrangeu também o trabalho não assalariado, não remunerado, não mercantil e informal. Trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social são considerados categorias indissociáveis (Hirata & Zarifian, 2009, p. 254).

A ampliação do conceito de trabalho, incluindo o sexo social e o trabalho doméstico não profissional, provocou assim, em consequência, a recusa no plano teórico e metodológico de uma série de categorias dicotômicas e o questionamento de categorias sociológicas construídas exclusivamente a partir de uma população masculina universal (Hirata, 1995).

Nesse sentido, a problemática da divisão sexual do trabalho beneficiou-se, na sua constituição, do movimento feminista que, entre os anos de 1960 e 1970, questionou o androcentrismo das pesquisas em ciências sociais (Hirata, 1995).

“A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência” (ibidem, p. 21).

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo dos estudos feministas desses primeiros tempos. Para Louro, o mérito desses primeiros estudos foi de “transformar as até então esparsas referências às mulheres – as quais eram usualmente apresentadas como a exceção, a nota de rodapé, o desvio da regra masculina – em tema central” (2012, p. 23).

⁷ Atualmente Laboratório Gênero, Trabalho e Mobilidade (GTM)

Uma das mais significativas marcas dos estudos feministas, no entender de Louro, é seu caráter político: “Objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, e, condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos” (ibidem).

Os primeiros estudos feministas se constituíram em descrições das condições de vida e trabalho das mulheres em diferentes instâncias e espaços, e apontavam e comentavam as desigualdades sociais, políticas, econômicas, jurídicas, denunciando a opressão feminina. Aos poucos, para além das descrições minuciosas, os estudos passaram a ensaiar explicações, procurando reconhecer a causa central desta opressão (Louro, 2012).

3.1.2 O Trabalho Invisível

Daniëlle Kergoat (2009) nos lembra que as reflexões feministas da década de 1960 possibilitaram

a tomada de consciência de uma opressão específica: tornou-se coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres, que este trabalho era invisível, que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal. E a denúncia [...] se desdobra em uma dupla dimensão: basta de executar aquilo que se conviria chamar “trabalho”, e que tudo se passa como se sua designação às mulheres, e somente a elas, fosse automática e que não fosse visto nem reconhecido (Kergoat, 2009, p. 68).

O que o movimento feminista denunciava, assim, era a invisibilidade do trabalho doméstico – todo um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado da casa e das pessoas e executadas no contexto da família, essencialmente por mulheres, e de forma gratuita. Trata-se, assim, de uma relação de serviço entre pessoas e que pressupõe disponibilidade permanente do tempo das mulheres (Fougeyrollas-Schwebel, 2009a).

Ao contrário do que diz o senso comum, as mulheres sempre trabalharam, e muito. Diariamente, milhares e milhares delas executam um sem número de tarefas indispensáveis à sobrevivência e ao bem estar de todos os membros da família (Bruschini e Rosemberg, 1982, p. 9).

Para Bruschini e Rosemberg (1982), o trabalho doméstico envolve um conjunto de atividades que se realizam em dois níveis: no primeiro estão aquelas atividades executadas cotidianamente pelas mulheres para que os trabalhadores assalariados possam descansar e renovar suas forças para o trabalho produtivo do dia seguinte – tratam-se das atividades de limpeza e arrumação da casa, conserto e lavagem das roupas, preparo de alimentos, compra dos bens necessários para os membros da família, dentre outras; no segundo nível situam-se as atividades implicadas na formação de uma nova geração de trabalhadores para a sociedade – gravidez, parto, cuidados e socialização das crianças.

Estas autoras afirmam ainda que, apesar de imprescindível para a manutenção e reprodução da sociedade, o trabalho doméstico tem sido pouco valorizado e praticamente ocultado pela produção social, já que sua execução se circunscreve ao domínio privado. No entanto, para elas, nem sempre a desvalorização e ocultamento do trabalho doméstico se fizeram presentes – as tarefas domésticas eram executadas ao lado de outras atividades ligadas diretamente à produção social (Bruschini e Rosemberg, 1982). “No passado, a unidade doméstica confundia-se com a unidade básica de produção, toda a família produzia bens e serviços necessários à subsistência do grupo” (Bruschini e Ridenti, 1994, p. 32).

Foi a partir da Revolução Industrial que o trabalho passou a ser dividido em duas esferas distintas – de um lado a unidade doméstica, de outro a unidade de produção.

A essa fragmentação correspondeu uma divisão sexual do trabalho, cabendo ao homem o trabalho produtivo extra-lar, pelo qual passou a receber um salário, enquanto à mulher coube principalmente a realização de tarefas relativas à reprodução da força de trabalho, sem remuneração. A ideologia se encarregou do resto, transformando essa rígida divisão sexual do trabalho em uma divisão “natural”, própria à biologia de cada sexo (Bruschini e Rosemberg, 1982, p. 10).

Nesse sentido, o capitalismo soube utilizar, para se fortalecer, as relações de sexos que lhe preexistiam (Kergoat, 1986). Assim, o modo de produção capitalista construiu-se sobre a separação dos lugares e tempos da produção e da reprodução.

No entanto, o trabalho doméstico, forma histórica particular do trabalho reprodutivo, é inseparável da sociedade salarial (Kergoat, 2009). Mas diferentemente do trabalho assalariado, ele é o oposto da objetificação: se dá na esfera privada, está associado às relações afetivas e baseado na permanente disponibilidade materna e conjugal das mulheres – e, nesse sentido, é refratário à mensuração (Hirata e Zarifian, 2009).

Para Fougeyrollas-Schwebel, a exclusão do trabalho doméstico das mulheres do domínio econômico não decorre da natureza da sua produção: “Quando os mesmos bens são produzidos fora da família, o trabalho que os produz é remunerado e, inversamente, o trabalho das mulheres permanece gratuito até mesmo quando sua produção é objeto de troca no mercado” (2009a, p. 257-258).

Segundo esta mesma autora, a invisibilidade do trabalho doméstico aparece como resultado de dois fatores: a família da década de 60 era definida como um lugar de consumo – com a industrialização ela teria perdido seu papel produtivo; o segundo fator é decorrente da premissa vigente de que as diferenças de funções e atividades entre homens e mulheres são naturais.

Para Louro, essa invisibilidade foi “produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como o “verdadeiro” universo da mulher” (2012, p. 21). A partir desse discursos, os homens podem, legitimamente, escapar do mundo doméstico.

Ao apoiar-se na denúncia da invisibilidade deste trabalho, o movimento de libertação das mulheres colocou na ordem do dia novas elaborações científicas e políticas (Fougeyrollas-Schwebel, 2009a).

Essas lutas partem do reconhecimento das mulheres como específica e sistematicamente oprimidas, na certeza de que as relações entre homens e mulheres não estão inscritas na natureza, e que existe a possibilidade política de transformação (Fougeyrollas-Schwebel, 2009b, p. 144).

Sob o impulso deste movimento, foram desenvolvidas diversas análises do trabalho doméstico, inicialmente a partir da conceitualização marxista – relações de produção, classes sociais definidas pelo antagonismo capital/trabalho, modo de produção –, preponderante na época. Aos poucos, as pesquisas se desligaram

desta referência para analisar o trabalho doméstico como atividade de trabalho com o mesmo peso que o trabalho profissional (Kergoat, 2009). “Isto permitiu considerar simultaneamente a atividade realizada na esfera doméstica e na esfera profissional, e pudemos raciocinar em termos de divisão sexual do trabalho” (ibidem, p. 69).

Rompendo com as explicações biologizantes que viam nas diferenças biológicas uma explicação e uma justificativa para as diferenças entre as práticas sociais masculinas e femininas, o movimento feminista fez emergir as noções de categorias de sexo como categorias sociais, mostrando que os papéis sociais de homens e mulheres não são produto de um destino biológico, mas antes de tudo são construções sociais (Kergoat, 1996, 2009).

Eu não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos: seria admitir a existência de uma natureza feminina, quer dizer, aderir a um mito inventado pelos homens para prender as mulheres na sua condição de oprimidas (Simone de Beauvoir, apud Kergoat, 1996, p. 26).

Desta forma, o movimento feminista afirmou que muitos atributos vistos como “naturais” das mulheres ou dos homens são, na realidade, características socialmente construídas – foi produzida, ao longo dos tempos, “uma “naturalização” do social” (Louro, 1996, p. 11). O que se pretendia, assim, era

recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas [...], mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (Louro, 2012, p. 26).

A afirmação desse caráter social era fundamental para a luta feminista, como forma de sustentar as possibilidades de transformação – era necessário contrapor-se às argumentações biologizantes, de caráter irrecorrível. Era preciso demonstrar que não são as características sexuais que constituem o que é feminino ou masculino, e sim as formas como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou pensa sobre elas, em uma determinada sociedade e em um dado momento histórico (Louro, 2012). “Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não

exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos” (ibidem, 2012, p. 25).

3.1.3 Os Conceitos de Gênero e Relações Sociais de Sexo

O termo gênero, que passou a ser utilizado no Brasil no final dos anos 80 (Louro, 2012), foi proposto por feministas anglo-saxãs: visando “rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual” (Scott, apud Louro, 2012, p. 25), estas feministas propuseram a utilização do termo gênero (*gender*, em inglês) como forma de acentuar, através da linguagem, “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (idem). Assim, o conceito de gênero, diferentemente de sexo, acena para ideia de relação. Para Louro (1996), a distinção entre gênero e sexo pode ser assim definida: enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado a uma construção social como sujeito masculino ou feminino.

o conceito buscava se contrapor a todos(as) que apoiavam suas análises em argumentos essencialistas, ou seja, apontava não para uma essência feminina ou masculina (natural, universal ou imutável), mas para processos de construção ou formação, histórica, linguística e socialmente determinados (e, então, múltiplos) (Louro, 1996, p. 10).

Louro (2012) ressalta que, ao focar no caráter social, não há a pretensão de se negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados: “não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (Louro, 2012, p. 25-26).

O termo ‘relações sociais de sexo’ é utilizado principalmente na literatura francesa⁸. Para Kergoat (1996) a opção entre o ‘gênero’ e ‘relações sociais de sexo’ se trata menos de conceituações alternativas do que de formalizações preferenciais. Ela acredita, no entanto, que o termo ‘relações’ tem uma conotação de reciprocidade

⁸ No Brasil, o termo gênero é utilizado com maior frequência do que relações sociais de sexo. Ainda assim, considerando que neste trabalho o referencial de Danièle Kergoat estará presente de forma significativa, optou-se pela utilização do termo de origem francesa.

– uma categoria só existe em relação à outra – o grupo social das mulheres e o grupo social dos homens. Além disso,

a aproximação ‘relação social’ (forçosamente fato da cultura) com a palavra ‘sexo’ (sempre percebido como fato da natureza) tem um efeito detonador, interrogativo, subversivo, efeito que, para nós, é positivo, já que pensamos que esta abordagem conduz a repensar a epistemologia das Ciências Sociais (Kergoat, 1996, p. 25).

Kergoat (2009) nos ensina que a relação social é uma tensão que atravessa o campo social. Esta produz certos fenômenos sociais e, em torno do que está em jogo neles, se constituem grupos de interesses antagônicos. Isso se dá em todas as relações sociais.

relação significa contradição, antagonismo, luta pelo poder, recusa a considerar que os sistemas dominantes (capitalismo, patriarcado) são totalmente determinantes e que as práticas sociais apenas refletem essas determinações. Em resumo, o que é importante na noção de relação social – definida pelo antagonismo entre grupos sociais – é a dinâmica que ela reintroduz, visto que isso implica introduzir a contradição, o antagonismo entre grupos sociais no centro da análise. Trata-se, efetivamente, de uma contradição viva, perpetuamente em vias de modificação, de recriação (Kergoat, 1986, p. 82)

Aqui, focalizaremos as relações sociais de sexo, que constituem o grupo social homens e o grupo social mulheres. “Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo (Kergoat, 2009, p.67).

Para Kergoat (1996) o conceito de relações sociais de sexo se prende à noção de prática social: se admitimos que existe uma relação social específica entre os homens e as mulheres, isto implica práticas sociais diferentes segundo o sexo.

A reflexão em termos de relações sociais de sexo requer entender que estas relações repousam, antes de tudo, em uma relação hierárquica entre os sexos – e que esta é uma relação de poder (neste caso, de dominação homem/ mulher). “A partir de então, está descartado o desconhecimento do ponto de vista do dominante,

pois ele conhece os mecanismos econômicos, as justificativas ideológicas, os constrangimentos materiais e físicos a utilizar” (Kergoat, 1996, p. 22).

No entanto, Kergoat assinala que considerar somente esta relação de dominação é insuficiente para tornar inteligíveis a diversidade e a complexidade das práticas sociais masculinas e femininas (Kergoat, 2009). Assim, ao invés de centrar a reflexão somente nas relações sociais de sexo, é necessário tentar pensar o conjunto das relações sociais na sua simultaneidade, na sua consubstancialidade:

uma mulher não se pensa como mulher, ela se pensa também dentro de uma rede de relações sociais. Como trabalhadora (na relação capital/ trabalho, na relação salarial), como jovem ou velha, como, eventualmente, mãe ou imigrante. Ela sofre e/ ou exerce uma dominação segundo sua posição nestas diversas relações sociais. E é o conjunto que vai constituir sua identidade individual e dar nascimento às suas práticas sociais (Kergoat, 1996, p. 22).

No que tange especificamente às relações sociais de sexo, Kergoat (2009) nos ensina que elas têm características singulares: se encontram em todas as sociedades conhecidas e são estruturantes para o conjunto do campo social e transversais à totalidade deste campo – elas podem ser consideradas como um paradigma das relações de dominação.

Nesse sentido, Kergoat (1996) afirma que as relações sociais de sexo dinamizam todos os campos do social. “Toda relação social é sexuada, enquanto que as relações sociais de sexo são perpassadas por outras relações sociais” (idem, p. 23). Assim, as relações sociais de sexo têm em si conteúdos impressos de outras relações sociais e também emprestam conteúdos específicos a elas. Quando se pensa a totalidade social, é possível fazer explodir os quadros de referência binários (ibidem).

Um outro aspecto destacado por Kergoat, se refere à necessidade de quebramos a “homologia entre um tal lugar e uma tal relação social” (1996, p. 23): é indispensável que criemos, desta forma, meios de não confundir a modalidade específica assumida por tal relação social em determinado lugar ou instituição com a totalidade dessa relação social. A relação social entre os sexos, por exemplo, não se esgota na relação conjugal, também é ativa no lugar de trabalho. Desta forma, podemos pensar a complexidade e a mudança no jogo das diferentes relações

sociais entre si:

De fato, as relações sociais de sexo não funcionam de forma homogênea em todos os setores, nos diferentes níveis sociais. Assim, na empresa, se assiste a uma recriação das relações sociais de sexo e não a um simples reflexo do que se passa do lado de fora dela (Humphrey, apud Kergoat, 1996, p. 23).

Assim, as mulheres e os homens, ao mesmo tempo, sofrem a ação das relações sociais, mas igualmente agem sobre elas, construindo, individual e coletivamente, suas vidas, por meio das práticas sociais.

Ainda sobre as relações sociais de sexo, Kergoat (1996) nos traz como contribuição fundamental o entendimento de que as diferenças entre práticas sociais masculinas e femininas, como todas as relações sociais, têm uma base material, e não apenas ideológica. No caso das relações sociais de sexo, esta base material é o trabalho - elas se exprimem, assim, através da divisão social do trabalho entre os sexos – ou de maneira mais concisa: divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009).

O grupo social homens e o grupo social mulheres estão, desta forma, em tensão permanente em torno do trabalho e suas divisões. Nesse sentido, Kergoat (1996/ 2009) afirma ser necessário legitimar a articulação entre relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho, entendendo que elas são proposições indissociáveis que formam um sistema. Para ela, a reflexão em termos de relações sociais de sexo é, ao mesmo tempo, anterior e posterior à reflexão em termos de divisão sexual do trabalho – é preexistente como noção, mas posterior como problemática. É preexistente enquanto aquisição do feminismo, que demonstrou, por meio da emergência de categorias de sexo como categorias sociais, que os papéis sociais de homens e mulheres não são produto do biológico, e sim construções sociais que têm uma base material. E é posterior no sentido de que foi necessário se debruçar sobre a formalização da divisão sexual do trabalho para depois então retornar às relações sociais de sexo e assim construir um quadro teórico de conjunto, no qual se reinsere a divisão sexual do trabalho. Assim, estes dois conceitos são inseparáveis (Kergoat, 1996).

É sobretudo a análise em termos de divisão sexual do trabalho que permite demonstrar que existe uma relação social específica entre os grupos de sexo. É esta análise que permite (...) provar que as separações entre homens e mulheres não são redutíveis a mais ou menos exploração ou a uma divisão desigual. Mas que se trata de um tratamento contraditório segundo o sexo. Enfim, de uma análise da relação social específica à variável sexo (Kergoat, 1996, p. 20).

3.1.4 A Divisão Sexual do Trabalho

Foram as antropólogas feministas que primeiro deram à expressão ‘Divisão Sexual do Trabalho’ um conteúdo novo, demonstrando que ela traduzia não uma complementaridade de tarefas, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres (Kergoat, 2009). Para Kergoat (1996), a divisão sexual do trabalho está no centro (ou no coração) do poder que os homens exercem sobre as mulheres.

Atualmente, o termo “divisão sexual do trabalho” aplica-se na França a duas acepções de conteúdos distintos: uma acepção sociográfica, de um lado, onde estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e, de outro lado, analisa-se como esta distribuição se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos (Hirata e Kergoat, 2007). Para Hirata e Kergoat, esse tipo de análise foi e continua sendo indispensável, mas falar de divisão sexual do trabalho ultrapassa a simples constatação de desigualdades: é mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e “articular esta descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza esta diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero” (2007, p. 596).

Nesse sentido, Hirata e Kergoat nos lembram que o projeto coletivo que serviu de base na França às primeiras aparições do termo ‘Divisão Sexual do Trabalho’ ambicionava ir além das denúncias sobre as desigualdades: como vimos, sob o impulso do movimento feminista, tratava-se de repensar o trabalho. “O ponto de ancoragem dessa ambição era a ideia de que o trabalho doméstico era um “trabalho” e que, portanto, a definição deste deveria obrigatoriamente incluir aquele” (Hirata e Kergoat, 2007, p. 596). Mas a questão, como afirmam essas autoras, não

era simplesmente somar trabalho profissional e trabalho doméstico. Era necessário remontar à nascente dessas desigualdades, compreendendo a natureza do sistema que dá origem a elas.

Se, inicialmente, a divisão sexual do trabalho tinha um status de articulação entre duas esferas – trabalho profissional e doméstico, produção e reprodução –, rapidamente esta noção se mostrou insuficiente: era necessário que se debruçasse sobre a conceitualização daquilo que estava na origem dessa divisão sexual do trabalho – a relação social recorrente entre o grupo dos homens e o das mulheres. E foi aí que surgiu o termo ‘relações sociais de sexo’ (Hirata e Kergoat, 2007).

Assim, Kergoat (2009) nos ensina que a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo. Mais do que isso, é fator prioritário para que esta relação social sobreviva (Hirata e Kergoat, 2007). Argumentar em termos de divisão sexual do trabalho é, portanto, indissociável de uma sociologia das relações sociais (Kergoat, 1996).

Para Hirata e Kergoat, a divisão sexual do trabalho é modulada histórica e socialmente e tem por características

a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.) (2007, p.599).

Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação, segundo o qual existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e o princípio de hierarquização - um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher (Kergoat, 2009).

Segundo Kergoat (2009), estes princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação - a ideologia naturalista, que rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduzindo as práticas sociais a papéis sociais sexuados, que por sua vez remetem a um destino natural da espécie. “Os critérios científicos que determinam a divisão sexual do trabalho trazem embutidos o discurso de adequação de “masculino” e “feminino”, ou seja, conteúdos que a partir do sexo biológico constroem relações de gênero” (Souza-Lobo, 1991, p. 55). Surgem, assim, as

definições de trabalho “leve” ou “delicado” como um trabalho de mulher, em oposição ao trabalho pesado, realizado por homens (*idem*).

A lógica da divisão sexual do trabalho e de suas implicações não reside exclusivamente no que se faz, mas em quem faz. E então é a identidade da força de trabalho que define a função, o salário, a qualificação (Kergoat, apud Souza-Lobo, 1991, p. 56).

Assim, mesmo trabalhando com critérios naturais que definem masculino e feminino, as implicações remetem a uma hierarquia que não está contida na diferença dos dois conceitos, mas na relação social neles embutida (Souza-Lobo, 1991).

Se os dois princípios da separação e da hierarquia podem ser encontrados em todas as sociedades conhecidas, isto não significa, no entanto, que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Ao contrário, conforme nos afirmam Hirata e Kergoat (2007), ela tem uma incrível plasticidade – suas modalidades concretas variam grandemente no tempo e no espaço. “O que é estável não são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo (*idem*, p. 600).

as condições respectivas de trabalho dos homens e das mulheres mudam conforme o contexto histórico, cultural, econômico, mas não se transformam. Elas seguem, obstinadamente, a mesma linha de demarcação dos espaços masculinos e femininos (Le Doaré, apud Hirata, 1995, p. 45).

É nesse sentido que Hirata (1995) afirma que a continuidade das relações sociais de sexo parece garantir a estabilidade da divisão sexual do trabalho para além das mudanças conjunturais – “a divisão sexual do trabalho é um *enjeu*⁹ social” (Hirata, 1995, p. 46).

Este “paradoxo da persistência na variabilidade” remete, para Hirata (*idem*), à justaposição na divisão sexual do trabalho, de relações sociais que não são periodizáveis da mesma forma.

⁹ O termo francês refere-se àquilo que está em jogo, em disputa, o desafio.

As dimensões constitutivas do tempo das relações sociais de sexo (evolução, rupturas e continuidades) não são as mesmas das dimensões constitutivas do tempo das relações capital-trabalho. Assim, estes dois tempos não são periodizáveis da mesma maneira. Seria possível considerar como hipótese que as mudanças na divisão sexual do trabalho remetem às conjunturas econômicas e às relações de classe, o que não quer dizer que as relações de força entre os sexos deixem de ter um papel nestas mudanças e que as persistências remetem, sobretudo, às relações sociais de sexo, ou a uma das dimensões temporais destas relações (Hirata, 1995, p. 46).

Kergoat (2009) nos ensina que para entender o que está em jogo na divisão sexual do trabalho é preciso compreender historicamente como as relações sociais tomaram corpo nas instituições e legislações, cristalizando o estado das relações de força entre os grupos em um determinado momento.

A proposta de se pensar o trabalho sobre o viés das relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho trouxe muitas consequências:

Por uma espécie de efeito boomerang, depois que “a família”, na forma de entidade natural, biológica, se esfacelou para ressurgir prioritariamente como lugar de exercício de um trabalho, foi a vez de implodir a esfera do trabalho assalariado, pensado até então apenas em torno do trabalho produtivo e da figura do trabalhador masculino, qualificado, branco (Hirata e Kergoat, 2007, p. 598).

A partir do questionamento radical da sociologia da família e do paradigma funcionalista que lhe servia de base, surgiram, em vários países, estudos que utilizaram a abordagem da divisão sexual do trabalho para repensar o trabalho e suas categorias, suas formas históricas e geográficas, a inter-relação de múltiplas divisões do trabalho socialmente produzido. Foi possível que se retomasse noções e conceitos como o de qualificação, produtividade, mobilidade social e competência e que nos campos de pesquisa fossem abertos, como o de relação de serviços e, mais recentemente, trabalhos de cuidado pessoal, mixidade no trabalho, acesso das mulheres às profissões executivas, dentre outros (Hirata e Kergoat, 2007).

No entanto, simultaneamente a esse trabalho de construção teórica, entrou em declínio a força subversiva do conceito de divisão sexual do trabalho, hoje utilizado com frequência sem qualquer conotação conceitual.

O trabalho doméstico, que já foi objeto de numerosos trabalhos, quase não é mais estudado; mais precisamente, ao invés de se utilizar esse conceito para questionar a sociedade salarial (Fougeyrollas-Schwebel, 1998), fala-se em termos como “dupla jornada”, “acúmulo” ou “conciliação de tarefas”, como se fosse apenas um apêndice do trabalho assalariado (Hirata e Kergoat, 2007, p. 599).

Retomando a ideia de que a divisão sexual do trabalho apresenta uma considerável plasticidade, Hirata e Kergoat (2007) nos mostram as diversas formas assumidas pela abordagem em termos de complementaridade entre os sexos: no “modelo tradicional”, o papel na família e o papel doméstico são assumidos inteiramente pelas mulheres, enquanto o papel de “provedor” é atribuído aos homens. No “modelo de conciliação”, cabe quase que exclusivamente às mulheres a tarefa de conciliar vida familiar e vida profissional. O “paradigma da parceria” considera mulheres e homens como parceiros e as relações entre eles mais em termos de igualdade que de poder. Nesse sentido, poderia alimentar uma prática de divisão das tarefas domésticas no casal. A realidade das práticas sociais na França, no entanto, segundo as autoras, não confirma a atualidade desse modelo. Acrescentaríamos que as práticas no Brasil também não.

Por fim, as autoras propõem a hipótese da emergência de um quarto modelo, que substituiria ou se sobreporia ao modelo de conciliação: o “modelo da delegação”, como “solução” para o antagonismo entre responsabilidades familiares e profissionais. A emergência deste modelo estaria diretamente relacionada ao crescimento para as mulheres da categoria de profissões de nível superior e executivas – “elas têm ao mesmo tempo a necessidade e os meios de delegar a outras mulheres as tarefas domésticas e familiares” (Hirata e Kergoat, 2007, p. 604). Surgem aí as figuras das faxineiras, empregadas domésticas, babás e cuidadoras, profissões exercidas historicamente por mulheres. Elas próprias, no entanto, precisam delegar com frequência o trabalho doméstico de suas casas para outras mulheres.

Hirata e Kergoat (ibidem) nos lembram que, mesmo no contexto da reconfiguração das relações sociais de sexo a que se assiste hoje, o trabalho doméstico continua como atribuição das mulheres:

E o que é mais espantoso é a maneira como as mulheres, mesmo plenamente conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico, inclusive entre as militantes feministas, sindicalistas, políticas, plenamente conscientes dessa desigualdade (ibidem, p. 607).

Para elas, este ainda é um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo/ gênero. Esta análise crítica não pode se desenvolver fora do contexto de reflexão sobre as modalidades de reprodução da servidão doméstica: a socialização familiar, a educação escolar, a formação na empresa, enfim, o conjunto de modalidades diferenciadas de socialização que se combinam para a reprodução sempre renovada das relações sociais (ibidem).

Ainda que haja delegação, para Hirata e Kergoat (2007), um de seus limites está na própria estrutura do trabalho doméstico e familiar: a gestão do conjunto do trabalho delegado é sempre da competência daquelas que delegam. Nesse sentido, elas afirmam que é preciso refletir não apenas sobre o porquê dessa permanência, mas, principalmente, sobre como mudar essa situação.

Enquanto a “conciliação” entre vida profissional e vida familiar, trabalho assalariado e trabalho doméstico for pertinente exclusivamente para as mulheres, as bases em que se sustenta essa divisão sexual não parecem estar ameaçadas nos seus fundamentos (Hirata, 2003, p. 20).

E uma vez nesse lugar de “equilibrista” entre trabalho profissional e trabalho doméstico, nos perguntamos: quais relações se estabelecem aí?

Nos parece que, de forma mais geral, maternidade e trabalho têm estabelecido, nos últimos tempos, uma relação mais conflituosa do que virtuosa. Ou, pelo menos, é o viés negativo dessa relação que aparece com mais frequência nos discursos.

Primeiramente acusada pelo movimento feminista (ainda que houvesse divergências) como a principal fonte de opressão e entrave à entrada da mulher no mercado de trabalho, atualmente a maternidade ainda é usada com frequência como explicação e justificativa para manutenção das desigualdades das mulheres em relação aos homens.

A negatividade dessa relação também vem sendo analisada em sua inversão dos vetores: o trabalho atrapalha a maternidade?; quais são as consequências dessa divisão de papéis femininos, tanto para as mães quanto para os seus filhos?

Ainda que o objeto deste trabalho seja avaliar o que pode haver de positivo nessa relação, nos deteremos de forma breve nos aspectos negativos evocados usualmente, até porque pareceria ingênuo problematizar apenas o que pode haver de positivo nessa relação.

3.2 O Lugar Comum

Ao longo da minha experiência profissional ¹⁰, pude testemunhar a maternidade sendo colocada pelas empresas frequentemente no lugar da falta: a ausência durante a licença, os custos gerados e as incertezas em relação à manutenção do comprometimento da trabalhadora. Tenho assim me deparado com uma imagem negativa da relação maternidade e trabalho, que, em geral, coloca assim seus termos: maternidade = menor produção no trabalho; ou maternidade = maiores custos.

Essa imagem aparece de forma mais ou menos evidente em diferentes falas e atitudes: gerentes que preferem não contratar mulheres em idade de ter filhos; estabelecimento de “filas” para engravidar em cada departamento; estabelecimento de “metas” de parir o mais tarde possível... As imagens surgem às vezes de forma velada e muitas vezes em tom de brincadeira, para não serem interpretadas como alguma forma de discriminação.

Ainda que não tenhamos a intenção de afirmar que isso acontece da mesma forma em todos os lugares, alguns inícios nos ajudam a acreditar que esses discursos e práticas possam ser recorrentes.

O estudo desenvolvido por Meulders e col. (2008) sobre as relações entre trabalho e maternidade em 15 países da Europa também parece corroborar esse lugar negativo atribuído à maternidade: em 11 deles o fato de ter um filho com menos de 15 anos influencia negativamente a taxa de emprego per capita das mães.

¹⁰ Experiência descrita na introdução deste trabalho.

Inversamente, a paternidade parece possuir efeitos positivos sobre o emprego dos homens – os pais trabalham mais e têm melhores condições do que os homens sem filhos.

Segundo os autores, o nascimento de um filho pode obrigar as mães a interromperem sua atividade profissional, trabalharem em tempo parcial, mudarem de emprego ou de setor de atividade e, frequentemente, são acompanhados de perdas salariais e menores perspectivas de carreira.

As penalidades associadas à maternidade mostram claramente que a escolha, quando existe, é imposta, de um lado, pelos estereótipos: é à mãe que incumbe o cuidado do filho; e, de outro, pelas instituições: falta de infraestrutura adequada e estímulos flexicuritários conduzem ao trabalho em tempo parcial e às interrupções de carreiras, que se revelam posteriormente como perigosas armadilhas nos percursos profissionais das mulheres (ibidem, p. 162).

A relação entre maternidade e trabalho também foi tema de pesquisa de Abramo e Todaro (2008), com enfoque nos custos financeiros gerados pela maternidade. A intenção das autoras era discutir o argumento recorrente de que os custos da mão-de-obra feminina são superiores aos da mão-de-obra masculina em função dos custos indiretos associados à contratação de mulheres – em particular aqueles decorrentes dos dispositivos legais de proteção à maternidade e do cuidado infantil – e que esses custos justificariam os menores salários das mulheres em comparação aos dos homens.

Nas atuais configurações do mercado de trabalho e familiar, os custos derivados da maternidade e do cuidado dos filhos são associados diretamente às mulheres trabalhadoras (ibidem).

A análise de gênero introduz novos elementos no debate, entre eles: a pertinência das variáveis consideradas no cálculo dos custos do trabalho; como é – e como deveria ser – distribuída a responsabilidade sobre a reprodução social e biológica, tanto entre homens e mulheres quanto entre os atores econômicos envolvidos (indivíduos, famílias, empresas, Estado); quais os custos da reprodução biológica, social e da força de trabalho que devem ser considerados custos do trabalho (Abramo e Todaro, 2008, p. 143).

Nessa pesquisa, realizada em cinco países da América do Sul (Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai), as autoras consideraram como custos indiretos da

contratação de mulheres aqueles ligados à licença-maternidade, serviços de creche, direito à lactância e eventual necessidade de substituição da trabalhadora durante o período de afastamento.

Os resultados da pesquisa indicam que os custos adicionais para o empregador são muito reduzidos – eles representam uma parcela ínfima de sua remuneração bruta, variando de 0,2% a 1,8% conforme o país estudado. Dessa forma, esses custos não explicariam as desigualdades salariais entre homens e mulheres, tampouco a falta de oportunidades iguais de acesso ao emprego, à capacitação e aos postos de maior responsabilidade e hierarquicamente superiores (ibidem).

A principal razão apontada pela autoras para que tais custos sejam tão reduzidos deve-se ao fato de que a legislação trabalhista e previdenciária desses países determina que os benefícios monetários associados à maternidade sejam financiados por fundos públicos ou pelos sistemas de previdência social, e não diretamente pelo contratante. Em outras palavras, nesses países não são os empregadores que sustentam os custos da reprodução.

Dentre as direções apontadas por Abramo e Todaro (2008) a partir da pesquisa, destaca-se em primeiro lugar a importância de se fortalecer as legislações nacionais de proteção à maternidade não discriminatórias e garantir a sua aplicação.

Nesse sentido, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomenda, desde 1919, ano de sua fundação, que seus países membros ofereçam às mulheres trabalhadoras algum tipo de proteção à maternidade, de forma a resguardar a saúde da mãe e de seu filho, e proteger a trabalhadora de qualquer discriminação baseada na condição de mãe¹¹.

Em relação à licença maternidade, a OIT ratifica que o direito a ter um período de descanso após o nascimento de um filho ou filha é muito importante para a proteção da saúde de ambos. Tendo estabelecido inicialmente o período mínimo de 12 semanas, estendeu-o posteriormente para 14 e atualmente sugere que o período seja de pelo menos 18 semanas.

¹¹Fonte: <http://www.oit.org.br/content/nota-4-protacao-da-maternidade>. Acesso em 03/03/2014.

A OIT defende ainda que o direito a prestações pecuniárias constitui uma parte substancial da proteção da maternidade, como forma de garantir que seja compensada a perda de renda em decorrência da interrupção de atividades econômicas da mulher, não obrigando-a a retornar ao trabalho antes que seja medicamente aconselhável. O benefício deverá ser oferecido pela previdência social, por fundos públicos ou por outra maneira determinada pela lei do país, desde que os custos da maternidade não recaiam sobre quem contrata mulheres, protegendo-as assim da discriminação no mercado de trabalho.

No entanto, apesar de cerca de 70 países terem ratificado pelo menos uma das três Convenções da OIT de proteção à maternidade, na prática muitas mulheres grávidas e mães continuam sendo vulneráveis no local de trabalho. Assim, em alguns casos, a relação negativa estabelecida entre maternidade e trabalho parece atingir seu ápice, alcançando proporções muito mais graves.

Um estudo realizado pela OIT¹² identificou casos explícitos de discriminação da maternidade em diferentes países: mulheres assediadas e despedidas quando ficam grávidas; mulheres às quais se exige que assinem garantias de que não ficarão grávidas; mulheres que são obrigadas a submeter-se a um teste de gravidez, seja para obter um emprego ou para mantê-lo; mulheres às quais é negada a licença maternidade, entre outros.

A discriminação contra a maternidade é uma realidade em países ricos, pobres e de renda média [...]. Com a crise econômica, observamos um aumento no número de queixas por discriminação. As mulheres grávidas são particularmente vulneráveis. Elas estão mais expostas à discriminação no trabalho por causa da idéia de que a maternidade é um fardo [...] A percepção é que as mulheres grávidas representam um custo¹³.

No Brasil, o direito da mulher à licença-maternidade foi introduzido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada em 1943, que estabeleceu que: a licença gestante seria de 84 dias, sendo quatro semanas antes e oito semanas depois do parto e que neste período a mulher tinha direito ao salário integral; em

¹² Disponível em: <http://www.oit.org.br/content/protacao-maternidade-nao-e-somente-uma-questao-pessoal>. Acesso em 03/03/2014.

¹³ Ibidem.

caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher tinha direito a um repouso remunerado de duas semanas¹⁴.

No entanto, os dispositivos protegiam a empregada gestante à custa do empregador, diferentemente do que recomendava a OIT, o que contribuía para aumentar o preconceito em relação à contratação de mulheres. O salário maternidade só foi incluído entre as prestações da Previdência Social em 1974, e apenas para empregadas seguradas.

A Constituição Federal de 1988 ratificou a licença gestante como direito social, garantindo-a para a empregada segurada (urbana e rural), trabalhadora avulsa e empregada doméstica, ampliando-a para 120 dias e proibindo a dispensa após o parto por um período de cinco meses. A Lei 8.213 de 1991, em cumprimento às disposições constitucionais, estabeleceu que o salário-maternidade: era devido por cento e vinte dias; correspondia ao valor da remuneração integral, sem limite de valor, no caso da segurada empregada e trabalhadora avulsa, e ao valor do último salário-de-contribuição, no caso da empregada doméstica. O benefício das empregadas seguradas era pago pela empresa, que efetivava a compensação quando do recolhimento das contribuições sobre a folha de salários. Para os demais casos, o benefício era pago diretamente pela Previdência Social.

A Lei 8.861, de 1994, estendeu o direito ao salário-maternidade no valor de um salário mínimo para a segurada especial (trabalhadora rural), desde que esta comprovasse o exercício de atividade rural em ao menos dez dos doze meses imediatamente anteriores ao início do benefício.

Em 1999, com a Lei 9.876, o salário-maternidade passou a ser devido também às seguradas contribuinte individual e facultativa. A lei estabeleceu ainda que o pagamento do salário-maternidade de todas as seguradas, inclusive da empregada, fosse efetuado diretamente pela Previdência Social.

Em 2002, houve mais uma expansão do público beneficiário: o salário-maternidade foi estendido para a segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança. O benefício foi garantido pelo período de cento e vinte dias, se a criança adotada tiver até um ano de idade; de

¹⁴Fonte: http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/3_090213-144507-483.pdf. Acesso em 10/02/2014.

sessenta dias, se a criança tiver entre um e quatro anos de idade, e de trinta dias, se a criança tiver de quatro a oito anos de idade.

A Lei 10.710 de 2003 retornou a obrigatoriedade da empresa pagar o salário-maternidade da empregada a seu serviço, compensando o valor quando do recolhimento das contribuições sobre a folha de salários. No caso de empregadas domésticas, adoção ou de guarda judicial para fins de adoção foi mantido o pagamento do benefício diretamente pela Previdência Social.

Em 2010 entrou em vigor a Lei 11.770, que prevê incentivo fiscal para as empresas do setor privado que aderirem à prorrogação da licença maternidade de 120 dias para 180 dias. A proposição desta lei teve como premissa a recomendação dos pediatras de manter a amamentação exclusiva até os seis meses de vida do bebê. A lei prevê que os dois meses adicionais de licença sejam concedidos imediatamente após o período de 120 dias previsto na Constituição Federal e que durante a prorrogação a empregada terá direito à remuneração integral. Os salários dos dois meses a mais são pagos pelo empregador, podendo a empresa deduzi-los integralmente do seu imposto de renda. Apesar de bem recebida por muitos, alguns (e algumas) acreditam que esta lei possa significar um retrocesso para as conquistas femininas no mercado de trabalho, já que poderia aumentar a discriminação quanto à contratação de mulheres.

A Lei nº 12.873 de 2013 estabeleceu que o salário maternidade será devido também ao adotante do sexo masculino, também condicionado ao afastamento do segurado do trabalho desempenhado.

A comparação internacional mostra que a licença maternidade tende a possuir regras distintas em função da forma como é estabelecido o sistema de proteção do trabalho em cada país: se por meio de Códigos e Leis ou por meio de simples contratos entre empregadores e trabalhadores, como fazem, por exemplo, os EUA e Inglaterra.

Muito embora as regras e os benefícios associados à licença possam divergir significativamente entre os países que a aplicam, com efeito, a maior parte deles possui dispositivos na legislação trabalhista para proteger as mulheres durante o período de gravidez e após o parto.

Segundo pesquisa publicada pelo New York Times em fevereiro de 2013¹⁵, dentre os 188 que disponibilizaram dados relativos à licença maternidade, apenas oito não possuem licença maternidade remunerada, a saber: Estados Unidos, Suriname, Libéria, Palau, Papua Nova Guiné, Nauru, Samoa e Tonga.

De acordo com a pesquisa, os Estados Unidos são a única nação desenvolvida (e a única do hemisfério norte) que não oferece o benefício. Apesar de alguns empregadores americanos negociarem licenças remuneradas com suas empregadas, não há uma lei que determine a proteção à maternidade.

Diversos países possuem também o direito reconhecido à licença paternidade. No Brasil a licença de 5 dias (contados a partir do primeiro dia útil após a data de nascimento da criança) foi concedida pela Constituição de 1988. Antes disso, era de um dia útil¹⁶. Existe atualmente um projeto de lei em discussão para estender a licença paternidade para 30 dias.

A licença parental, ou seja, aquela em que o direito ao cuidado do filho pode ser exercido pela mãe ou pelo pai, foi adotada em países como Portugal, Alemanha, França, Canadá, Suécia, Noruega. No Brasil, ela ainda não é uma realidade. Abramo e Todaro (2008) acreditam que a introdução de um sistema flexível de licença parental poderia minimizar aquilo que elas definiram como subvalorização do trabalho feminino em razão de características não-trabalhistas associadas ao sexo.

Trata-se, sem dúvida, de um importante avanço no reconhecimento de que a responsabilidade pela reprodução e cuidado dos filhos não é exclusividade das mulheres. Mas o benefício não garante que, na prática, essa divisão de responsabilidades no cuidado com os filhos está garantida. Uma evidência disso é que em alguns países é necessário que os governos criem incentivos para que os pais usufruam de parte da licença.

Culturalmente, ainda prevalece a ideia de que “o filho é mais da mãe” e que os papéis de homens e mulheres nas esferas produtiva e reprodutiva não são facilmente intercambiáveis.

¹⁵ Disponível em http://www.nytimes.com/2013/02/23/your-money/us-trails-much-of-the-world-in-providing-paid-family-leave.html?pagewanted=all&_r=0. Acesso em 10/02/2014.

¹⁶ Fonte: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/ferias_licenca_paternidade.htm. Acesso em 10/02/2014.

Os custos da reprodução biológica, assim como aqueles relacionados à responsabilidade e ao trabalho de cuidado das pessoas, que continuam sendo atribuídos às mulheres e confinados ao âmbito não-mercantil, são tomados como um dado na economia convencional, e considerados “bens gratuitos fornecidos pela natureza”. Isso significa que essas atividades continuam sem ser reconhecidas em termos econômicos e ainda são pouco valorizadas socialmente. Tampouco se reconhece o esforço que essas atividades representam para as mulheres, e que se potencializa, por um lado, devido à falta de equipamentos públicos, comunitários e sociais através dos quais essa carga pudesse ser distribuída socialmente de forma mais equitativa; e, por outro lado, pela lentidão dos avanços no sentido de uma melhor divisão dessas tarefas entre homens e mulheres na esfera familiar, como se constata nos países latino-americanos (Abramo e Todaro, 2008, p. 152).

Diante desse cenário, pensar na positividade da relação maternidade e trabalho não nos parece tarefa simples. Nadar contra a maré é sempre mais complicado do que remar a favor – não só mais difícil, mas também mais perigoso.

Importante frisar que não se trata de negar que essa tensão entre maternidade e trabalho exista: como, em geral, cabe à mulher conciliar essas duas atividades, frequentemente elas concorrem em termos de divisão do tempo..

Também não se trata de desconsiderar que a maternidade possa gerar ônus para a empresa. A saída de uma trabalhadora em função de uma licença maternidade pode exigir uma reorganização das atividades, redistribuição das tarefas e causar uma sobrecarga a outros empregados. As atividades extraprofissionais da trabalhadora mãe podem ter impactos negativos na sua produção, em função de uma suposta menor disponibilidade para realizar atividades fora dos horários normais de trabalho e de uma maior ocorrência de ausências não programadas para o cuidado dos filhos.

Não queremos negar ainda que essa relação em seu vetor contrário possa ter efeitos negativos: o trabalho pode, em alguns casos, de fato atrapalhar a maternidade. As mulheres que têm seus direitos à proteção da maternidade violados talvez sejam um exemplo disso.

Não se trata de negar nada disso. Trata-se sim de lançar um outro olhar para a relação maternidade e trabalho, um olhar que busque o que ela tem de positivo, sem querer anular ou propor uma compensação em relação ao que ela possa ter de negativo.

Cabe ainda ressaltar que, quando propomos que haja positividade na relação não estamos, com isso, defendendo a manutenção do status quo das mulheres. Não estamos fazendo apologia à maternidade, tampouco afirmando que as mulheres devam se resignar ao papel de “equilibrista” entre a vida profissional e doméstica.

Na realidade, mais do que a maternidade, estaremos tratando aqui do maternar: a atividade de cuidado com o outro. Nesse sentido, o maternar não se limita às mães, sequer às mulheres. Optamos, no entanto, por fazer uso dos termos ‘maternar’ e ‘trabalho de mãe’ por acreditar que essa atividade seja desenvolvida prioritariamente pelas mães.

Mas, independentemente de quem a protagoniza, acreditamos que a experiência do maternar pode desenvolver saberes que tenham ressonâncias em outras esferas da vida, a profissional inclusive.

Nesse ponto, para avançarmos em nossa hipótese, é preciso que lancemos sobre o maternar um olhar que reconheça o esforço que ele demanda e, mais do que isso, a sua enorme complexidade. Trata-se de nos lançarmos sobre uma atividade ainda invisibilizada, desvalorizada porque simplificada, e de tentar fazer emergir a sua complexidade, sua dimensão enigmática. Trata-se de reconhecer sua importância, sua função social. Trata-se enfim de afirmar que o maternar é um trabalho, e dos mais nobres.

3.3 Por Um Outro Olhar

Invisível é aquilo que existe, mas que não está em foco, aquilo que é recalcado, que está na penumbra. Para ver o invisível, é necessário olhar com mais cautela, desconfiando do que está em cena e indagando sobre o que está desfocado. Como em fotografia, parece natural focar o que está em evidência e antinatural mostrar o que é sutil. Uma mudança de perspectiva, de posição, de ponto de vista, revela que o que parecia natural é resultado da forma como os elementos de uma paisagem estão arranjados (Brito, 1999, p. 96).

O trabalho doméstico realizado gratuitamente todos os dias pelas mulheres esteve, durante muito tempo, invisível, na penumbra. Foi o movimento feminista da década de 1970 que lançou sobre ele um outro olhar, buscando-o trazer para o centro da cena. Na esteira do feminismo, diríamos que o trabalho doméstico

conquistou o lugar de foco em muitas fotografias – ele foi objeto de análise de muitos trabalhos e, entre as feministas, parece não haver discordância: trata-se, sem dúvida, de um trabalho.

Para o senso comum, no entanto, temos a impressão de que essas fotografias não ocupam lugar de destaque nos álbuns – andam meio esquecidas no fundo da gaveta. O trabalho doméstico ainda é pouco valorizado e ainda carrega a marca da invisibilidade.

O trabalho doméstico não caberia em uma única fotografia. Fotografá-lo inteiro exigiria muitos rolos de filmes ou muitos cartões de memória. Como vimos, o trabalho doméstico comporta inúmeras atividades, desde aquelas pertinentes ao cuidado com a casa até aquelas relativas ao cuidado com as pessoas.

E no processo de escolha do objeto a ser fotografado, nos parece que algumas atividades foram menos clicadas pelas feministas, ou sobre elas deu-se menos zoom: as atividades relativas ao maternar.

Que estatuto atribuir à maternidade? Responder a essa questão envolve uma tensão que atravessa a história dos movimentos feministas, mas também a de numerosas mulheres, que se encontram diante de contradições frequentemente insuperáveis. A maternidade constitui, ao mesmo tempo, uma especificidade valorizada – o poder de dar a vida –, uma função social em nome da qual reivindicar direitos políticos ou direitos sociais, e uma das fontes de opressão. Operadora de divisões, ela estrutura as oposições teóricas das feministas (Collin e Laborie, 2009, p. 133).

Assim, essa menor quantidade de fotos com foco no maternar é, possivelmente, um sintoma dessas oposições teóricas.

Os diferentes lugares atribuídos ao maternar também se fazem notar nos discursos do senso comum. Se alguns (especialmente algumas) exigem o reconhecimento de que este é sim um trabalho, ao mesmo tempo ele continua sendo associado ao sagrado e à natureza da mulher.

A máxima “ser mãe é padecer no paraíso” ainda dá ares de que não saiu de moda, ainda que a “mãe moderna” possa ter lhe dado uma outra roupagem. “Continua difícil questionar o amor materno, e a mãe permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada a Maria, símbolo do indefectível amor oblato”

(Badinter, 1985, p. 9). Termos como ‘instinto materno’ ainda são bastante evocados, parecendo demonstrar que a maternidade permanece também ligada à ideia da essência feminina.

Desnaturalizar tais construções é tarefa incontornável e plena de tensões, pois como “se libertar da gravidez e da interpelação social que mesmo para as feministas faz da maternidade um lugar de fala e de resistência?” (Swain, 2007).

Essas construções acerca da maternidade nos dão algumas pistas do porquê de continuar sendo difícil afirmar que matinar é trabalhar.

Denominar de trabalho essa “função sagrada” poderia, para alguns, parecer diminuí-la? Até poderia, dependendo da definição de trabalho considerada. À nós, certamente não. A concepção de trabalho de que estamos nos valendo, exposta no primeiro capítulo, não é redutora, ao contrário: trazer o matinar para o “mundo terreno” para assim podermos “ver de perto o que se passa” (Schwartz, 2007) nos permite colocar em evidência toda a complexidade envolvida no trabalho de mãe.

Será, então, que atribuir a noção de trabalho ao cuidado com os filhos poderia, para outros, parecer excluir ou diminuir a sua dimensão afetiva? A essa pergunta responderíamos com outras: “O cuidado representa uma atividade radicalmente diferente do trabalho na medida em que implica sentimento e relações interpessoais?” (Trabut e Weber, 2012, p. 133). São os sentimentos (ou a sua ausência) que demarcam a diferença entre o trabalho de uma babá e o cuidado prestado pelos pais? Nessa linha, devemos supor que o trabalho da babá (sobre o qual não pairam dúvidas de que se trata de um trabalho) é necessariamente isento de afeto? E que os cuidados prestados pelos pais são sempre feitos exclusivamente em nome do amor?

Pressupõe-se a existência de uma linha de demarcação entre o cuidado “gratuito” – as mães (e os pais) amam seus filhos, e por isso cuidam deles – e a guarda remunerada, exercida por profissionais. Supõe-se que os cuidados profissionais tenham por motivação o dinheiro, e não o amor que poderiam nutrir pelas crianças sob sua guarda (Trabut e Weber, 2012, p. 136).

“O cuidado de crianças pago é geral e necessariamente inferior ao cuidado feito por pessoas próximas?” (Zelizer, 2012, p. 20). Para Trahut e Weber (2012),

somente uma minoria de pesquisadores coloca em questão a linha de demarcação entre cuidado afetivo e cuidado remunerado. Na opinião de Hirata e Guimarães (2012), a relação entre o cuidado remunerado e o cuidado gratuito (prestado pelos familiares) precisa ser melhor apreendida:

ela desafia as nossas análises, haja vista que a fronteira entre ambas é por vezes bastante tênue. O amor, o afeto, as emoções não parecem ser do domínio exclusivo das famílias, do mesmo modo que o cuidado, o fazer, a técnica não parecem ser do domínio exclusivo das “cuidadoras”, das “acompanhantes”, das “auxiliares” remuneradas (ibidem, p. 3).

Se não é o afeto ou a sua ausência que define a suposta fronteira entre o trabalho e o “não trabalho”, o que seria? O que faz com que os cuidados prestados por um profissional sejam considerados como trabalho e os mesmos cuidados prestados pelo familiar não o seja? A remuneração do primeiro?

Lembramos com Schwartz (2011a) que a atividade de trabalho não esteve e, mesmo atualmente, não está inteiramente subordinada à troca mercantil – limitar o conceito de trabalho ao assalariamento tem por efeito abafar outras definições já reconhecidas de trabalho (inclusive o doméstico). Assim, juntamente com a Ergologia e com a Sociologia das Relações de Sexo, acreditamos que a remuneração (ou a sua ausência) parece um argumento débil para que sobre ele se apoie a diferença entre trabalho e não trabalho.

Ainda que não imputemos à remuneração a responsabilidade por definir essa fronteira, a existência de um serviço remunerado de cuidado, nos ajuda na legitimação do cuidado familiar como trabalho. É exatamente isso que podemos depreender do texto abaixo, escrito por uma mãe em seu blog:

Mãe que não trabalha...

Já no portão do clube, a amiguinha da Alice olha para mim e pergunta: "Tia, você não trabalha?"

Sem saber o que responder, pergunto: "Na tua casa, quem é que cuida de você?"

Ela: "A Gracinha (babá)!"

Continuo instigando a pequena: "E quem é que dirige o carro que te leva pros lugares?"

Ela responde, prontamente: "O motorista!"

Eu não dou trégua: "E, quem faz a tua comidinha?"

Ela, meio intrigada com a minha pergunta: "A cozinheira!"

Finalmente, explico: "Então, na tua casa essas pessoas todas recebem um

salário para fazer essas coisas, né? Elas trabalham, certo?"
 Com um olhar quase confuso, ela responde que sim, que são empregados da casa dela.
 Então eu completo: "Pois é, na minha casa não temos Gracinhas, nem motoristas, nem cozinheiras. Na minha casa quem faz isso sou eu mesma. Então eu trabalho, trabalho como os 3 empregados da sua casa, mas, todo mundo adora dizer que eu não trabalho porque eu não tenho um salário!"
 Se ela entendeu ou não entendeu, eu não tenho como saber... mas uma coisa é certa, a sementinha da compreensão de que mãe trabalha, e muito, foi plantada!¹⁷

De acordo com Trabut e Weber (2012) “o trabalho do cuidador familiar torna-se visível quando encontra um equivalente profissional (p. 145). Para Guimarães, Hirata e Sugita (2012), “a emergência do *care*¹⁸ como profissão implica o reconhecimento e a valorização do trabalho doméstico e do trabalho familiar como trabalho” (Guimarães, Hirata e Sugita, 2012, p. 84).

A definição de Guérin e col. acerca daquilo que distingue atividade e trabalho é, para nós, fundamental na afirmação do maternar como um trabalho. Segundo eles, normalmente, a atividade de trabalho é distinguida com nitidez da atividade humana em geral:

não é a atividade em si, mas sua finalidade, que caracteriza o trabalho. É exterior ao homem considerado como indivíduo isolado, ou seja, social numa acepção bem particular da palavra: o homem não tem domínio sobre as condições nem sobre os resultados de sua atividade profissional. [...] a maneira de se organizar é mais ou menos definida, o tempo de realização geralmente imposto. [...] Os critérios de qualidade do resultado a obter são socialmente definidos (Guérin e al., 2001, p. 16).

Nesse sentido, acreditamos que a finalidade social do maternar seja definitiva para caracterizá-lo como trabalho: trata-se de um trabalho fundamental para a sobrevivência da espécie. “Somos todos provedores e beneficiários de *care* e, todos, dependentes” (Molinier, 2012, p. 41).

E, enquanto trabalho, quais são as especificidades do maternar? Para tentar

¹⁷ Disponível em: <http://maeterna.blogspot.com.br/2012/10/mae-que-nao-trabalha.html>. Acesso em 10/03/2014.

¹⁸ Algumas autoras francesas preferem utilizar o termo inglês *care*, por acreditarem que o termo *soin* (cuidado em francês) uma excessiva conotação terapêutica. Para Molinier, os termos *solicitude* ou *devotamento* seriam igualmente inadequados porque esconderiam a ideia fundamental de que a preocupação pelo outro implica trabalho. O termo *care*, segundo ela, inclui a ideia de um trabalho social. Manteremos nesse trabalho os termos utilizados por cada autor.

compreendê-las, nos valeremos dos materiais teóricos já apresentados no capítulo 1 (e que serão em alguns pontos resgatados) e também das teorias acerca do trabalho de cuidado, ou “trabalho de *care*”. Lançaremos mão ainda de alguns textos informais produzidos por mães e publicados em blogs sobre maternidade.

3.3.1 Maternar como trabalho de cuidado

As teorias do *care* têm sua origem nos trabalhos de Carol Gilligan no campo da psicologia do desenvolvimento moral. Com base em pesquisas que tinham meninas e mulheres como público majoritário, Gilligan (apud Molinier, 2012) evidenciou a existência de uma “voz moral diferente”, ou seja, de uma forma diferente de resolver dilemas morais. Autoras feministas mostraram, posteriormente, que esta voz diferente não era tanto uma voz feminina e sim as vozes daqueles (na maioria das vezes daquelas) cuja experiência moral baseava-se em atividades que consistiam em cuidar dos outros. Dessa forma, desnaturalizaram essa voz diferente, situando seu surgimento não em uma pretensa natureza feminina e sim em uma atividade, o “trabalho de *care*” (Molinier, 2012). Nesse sentido, para Molinier, a análise dos conteúdos do trabalho do *care* não pode prescindir da perspectiva de gênero.

Como vimos, desnaturalizar as competências do cuidar da essência feminina não é tarefa simples. Por serem gestadas nas mulheres desde a infância, não é difícil entender porque temos a impressão (quando não a certeza) de que as mulheres têm maior habilidade para o trabalho de cuidar. Talvez, o termo mais acertado seja familiaridade: o processo gestor na nossa cultura tem sido muito mais desenvolvido nas mulheres, desde cedo, já no brincar: bonecas, roupinhas, panelinhas fazem parte, em geral, do universo infantil feminino. As meninas são solicitadas com maior frequência para ajudar nos cuidados com a casa, com o irmão menor. E brincando e ajudando nas tarefas domésticas, as meninas aprendem competências que, depois de adultas, parecem muito naturais: maior destreza, minúcia, solicitude... Competências ensinadas às mulheres e por mulheres. Difícil mesmo dizer que já não nasceram com elas.

Essa educação em parte orientada para o trabalho doméstico não figura com

a mesma frequência no universo masculino. Por isso, muitas vezes para os homens cuidar de alguém é algo novo, estranho – ninguém lhes ensinou a fazer isso.

A naturalização das competências e dos *savoir-faire* do *care* no registro da feminilidade, ou seja, naquilo que é esperado das mulheres, possui como corolário o fato de que estes saberes, quando exercidos por homens – que serão, logo, gentis, pacientes, atenciosos, discretos, delicados – são muito mais valorizados, pois não são uma expectativa em relação a todos os homens. O resultado é que este homem será considerado uma pessoa especial, uma pessoa excepcional que obterá, por conseguinte, maiores gratificações (Molinier, 2012, p. 33, nota de rodapé).

É o caso, por exemplo, do reconhecimento frequentemente endereçado ao pai que participa dos cuidados dos filhos: “ele é ótimo, “até” troca a fralda!”. É claro que não podemos perder de vista que há mudanças em curso no sentido de uma participação mais ativa do pai no trabalho de cuidado. Mas na forma ainda dominante de organização familiar, o pai é, em muitos casos, no máximo, coadjuvante nesse trabalho.

Mesmo sendo, com frequência, preparadas para este trabalho ao longo de sua vida, as experiências e saberes anteriores relacionados ao cuidado não serão suficientes para que as mulheres deem conta do maternar. Poderão sim, ser de grande valia, mas nunca suficientes – será no próprio maternar que cada uma irá encontrar, por si só, e a partir de sua inteligência inventiva e criativa, as artimanhas, as astúcias que não lhe foram ensinadas.

Contrariando a máxima “quando nasce um bebê, nasce também uma mãe”, o despertar dessas astúcias não opera de forma automática:

O amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude maternal (Badinter, 1985, p. 20).

Como explicar então a tal “intuição materna”, evocada com frequência pelas

mães na tentativa de explicar condutas insólitas? Como explicar o fato de que algumas mães pressentem quando os filhos estão em perigo? Ou como algumas mães são capazes de ouvir o choro de seus filhos a muitos metros de distância ou em locais extremamente barulhentos? Ou como são, muitas vezes, capazes de identificar que seus filhos estão doentes antes que qualquer sintoma apareça?

A preocupação materna é um estado de alerta enraizado no perigo, um estado de intranquilidade, de inquietude, de não repouso, a partir do qual se desenvolve uma série de sexto sentidos, uma intuição do perigo incorrido ao outro.[...] Essa apreensão pelo corpo do perigo, nós confundimos equivocadamente com um instinto, porque nós não sabemos explicar esse surgimento sem precedentes. No momento preciso do perigo, é o corpo vivido que detém um saber que a razão ignora. [...] A corporalidade se modifica sobre o efeito do perigo, ela se aguça. [...] Instinto materno? Não, trabalho feminino. Aquele – mais frequentemente aquela – que é habitado pela preocupação materna, dorme com um olho só (Molinier, 2006, p. 102, tradução nossa).

Esta sensibilidade, essa intuição materna, adquirida no exercício do maternar, poderia à luz da teoria de Dejours (1993/ 2004/ 2012), ganhar outro nome: Inteligência da Prática. A partir de um mimetismo com as exigências da tarefa, os sentidos são solicitados, o corpo da mãe é desestabilizado. E por ter suas raízes no corpo, a inteligência da prática não se explica – esta engenhosidade não está submetida à razão. Por isso, muitas vezes as mães sequer se dão conta do que fizeram. A experiência antecede o saber, estando fora da consciência. Por isso, muitas vezes apela-se à noção de instinto materno para tentar explicá-la, quando, na realidade, é a convivência com o real do trabalho de mãe (onde regras e receitas não dão conta) que irá possibilitar o engendramento dessa inteligência.

Como todo trabalho, também o maternar requer uma boa dose de reajustamentos, rearranjos e transgressões. Qual mãe nunca subverteu a orientação do pediatra (e, insolentemente até riu dela), acreditando que sua maneira de proceder com os cuidados com o filho era mais acertada, ou a única possível, dadas as exigências da situação? Qual mãe nunca se valeu dessa inteligência inventiva para improvisar uma refeição, um curativo, uma distração, uma canção de ninar?

Ao nosso ver, atribuir ao trabalho de mãe a noção de inteligência da prática contribui para a valorização do maternar: o mérito das situações bem sucedidas deixa de ser atribuído à natureza, e passa a ser resultado da inteligência inventiva

desenvolvida pela mãe na gestão do seu trabalho.

Para avançar na investigação da complexidade do maternar, cabe aqui retomarmos também algumas noções da abordagem ergológica apresentadas no primeiro capítulo, de forma a discutirmos como elas operam no trabalho de mãe.

3.2.2 Maternar no Ponto de Vista da Atividade

Quais seriam as normas antecedentes do maternar? Sendo um trabalho que existe desde sempre (ainda que com grandes variações ao longo da história humana), o trabalho de cuidado possui um vasto patrimônio conceitual, científico e cultural. Os saberes construídos historicamente, vinculados a experiências eficazes, coletivas, estão incorporados ao seu fazer e transformados em modos de organização, em diversos níveis de codificação e prescrição, que antecipam a atividade. Saberes relativamente estabilizados – como aqueles descritos nos livros sobre gestação e puericultura, cursos de cuidados básicos, legislação de proteção à infância, recomendações da medicina pediátrica e da Organização Mundial de Saúde, por exemplo –, mas também saberes menos formalizados, como expectativas sociais em relação ao maternar, tradições familiares, dicas de amigos...

Talvez, em relação às normas antecedentes, o trabalho de mãe guarde algumas particularidades que o aproximem mais do trabalho informal do que do trabalho formal. Conforme nos ensina Abderrahmane (2008), diferentemente do trabalho assalariado, no trabalho informal as normas antecedentes não são formalmente identificáveis:

Aqui, o sujeito assemelha-se mais ao camponês face ao seu campo que ao trabalhador numa cadeia de montagem. Certamente o camponês é também mais ou menos constrangido por múltiplas contingências naturais (clima, hidrometria, química dos solos...) e sociais (custos, confiança, reputação, ...); mas em certos aspectos é mais ou menos livre das suas escolhas quanto ao plano de cultura, ao tipo de semente, à ordem de colocação na terra (Abderrahmane, 2008, p. 21).

Isso não significa que o trabalho informal se desenrole em um contexto de anomia total – existem regras gerais, existem constrangimentos, existe um quadro

social a ser considerado. No entanto, o sujeito trabalhador do trabalho informal é mais seu próprio produtor e seu próprio juiz das normas e limites a que deve se submeter do que o trabalhador formal (ibidem). Nesse sentido,

Ele está perante um duplo constrangimento: onde há ausência de normas, ele tem que as produzir e logo negociá-las (ao uso e às respostas induzidas) para as modificar se necessário: ele renormatiza então as suas próprias normas (ibidem, p. 21).

Da mesma forma, ainda que o maternal seja atravessado por normas heterodeterminadas que visam guiá-lo e orientá-lo (como as que citamos acima), no seu desenrolar as mães igualmente se deparam com muitos vazios de normas (Schwartz, 2007). Frente a esses vazios, será necessário operar uma inventividade e, em seguida, renormatizar as próprias normas.

Em relação às normas que precedem o maternal, como já dito, elas não são suficientes para dele dar conta: elas não consideram (e nem poderiam) as infidelidades do meio, as singularidades daquelas(es) que estarão encarregadas(os) de agir, tampouco as singularidades daqueles que serão cuidados. Ora, se já é verdade que na relação entre um operário e uma máquina inúmeras variabilidades se apresentam, em uma relação de prestação de serviço de cuidado nos parece que as variabilidades são potencializadas. Meio, cuidador e bebê/criança são altamente infiéis! Para dar conta então das situações em que as normas antecedentes propostas/ impostas se mostram inadaptadas, equivocadas ou excessivamente rígidas, será necessário que as mães as reinterpretam, as transgridam e as atualizem ao seu modo, em um processo de (re)criação permanente.

A atividade sempre extravasa os saberes organizados, genéricos, lineares (Schwartz, 2007). Para dar conta do maternal, as mães precisarão se valer de um outro tipo de saber, um saber informal, oriundo de sua experiência concreta, desenvolvido nela e por ela – aquilo que Schwartz designou de saberes investidos na atividade, imbricados nela, históricos, situados.

No processo de gestão do cuidado, as mães, a todo momento, fazem escolhas. Sob um olhar apressado, muitas dessas escolhas podem parecer simples

ou banais: vai usar chupeta?; deixo o bebê chorar por uns instantes ou atendo de prontidão?; coloco a criança de castigo?; contrato uma babá?

O que essas escolhas dificilmente revelam são as dramáticas gestonárias que atravessam o materno (e é nesse sentido que Schwartz irá afirmar que a atividade de trabalho, no essencial, não se vê). Em função da sua história de vida, do contexto, da sua disponibilidade, do seu cansaço, quem materna irá fazer escolhas na forma de cuidar do outro. Escolhas que não são aleatórias, são feitas em nome de valores e envolvem debates consigo mesmo e debates com os outros: amamentar o bebê durante toda a madrugada ou peço que alguém dê uma mamadeira de forma a economizar-me o cansaço? Tenho com quem estabelecer essa negociação? Fará mal para a saúde do bebê? Meu corpo já está no limite ou consigo ir além?

Considerando o que Schwartz (2007) nos ensina sobre o espaço tripolar, como pensar, quais debates se colocam, por exemplo, para aquelas que se revezam entre o trabalho de mãe e o trabalho formal? Quais debates se colocam entre os valores quantificáveis da maternidade – o tempo de afastamento do trabalho formal e os custos da licença, por exemplo – e os seus valores não mensuráveis – o bem-estar do bebê, a necessidade de amamentá-lo, a vontade de não delegar os seus cuidados? Quais valores permeiam as escolhas daquelas que têm a possibilidade de decidir pela extensão ou não de suas licenças maternidades? Valores do mercado? Valores do bem comum? Ambos, em certa medida?

Importante frisar que possivelmente as tentativas de ilustrar aqui o processo gestonário da maternidade parecerão simplificá-lo. Não é nossa intenção – na realidade, como em todo trabalho, essa dimensão invisível é dificilmente expressa.

Tampouco é nossa intenção fazer parecer que cada escolha do materno dispara um processo infundável de questionamentos. Conforme nos ensinou Schwartz, também no materno as escolhas são feitas, com frequência, de forma quase inconsciente. Isso porque elas se situam no corpo-si, que é simultaneamente: corpo inserido na vida, corpo domado pela cultura, corpo com uma história psíquica própria. O corpo-si que materna é, assim, inseparável da sua dimensão biológica, mas, igualmente atravessado por aquilo que o materno tem de cultural, e também

pela sua história particular de relações de cuidado.

As escolhas relativas ao maternar serão, dessa maneira, sempre singulares, profundamente individuais, e ao mesmo tempo profundamente coletivas, já que são feitas também em função dos outros que estão presentes nesse trabalho: a criança, sem dúvida, mas também o companheiro, os outros filhos, familiares com quem se estabelece uma rede de apoio....

Lançar sobre o trabalho de mãe os olhares da Psicodinâmica e da Ergologia, nos permite compreender a sua dimensão inventiva, gestionária, os esforços, as engenhosidades e a sensibilidade exigidos para uma resposta às necessidades do outro.

A outra perspectiva que precisamos lançar sobre os conteúdos do trabalho de cuidar, como já dissemos, é a perspectiva de gênero.

3.2.3 Maternar na Perspectiva de Gênero

Para Molinier (2012) é esta perspectiva que permite que se dê passagem para falas e dilemas do *care* que mostram uma realidade bem diferente das representações estereotipadas do devotamento e da oblatividade materna. Se substituirmos, segundo a autora, o termo “maternidade” por “trabalho de *care* doméstico”, abriremos uma porta para uma pluralidade de experiências femininas.

A atenção dada ao que conta, transforma a visão estereotipada do *care* como expressão do amor (das mães, das famílias, até mesmo das cuidadoras) ou sua derrapagem estigmatizante rumo à má reputação (mães isoladas, cuidadoras que maltratam...) para interessar-se por visões morais particulares onde a preocupação com os outros expressa-se através de atividades concretas, mais ou menos agradáveis, que solicitam sentimentos ou afetos por vezes penosos, contraditórios, ambivalentes e marcados por defesas (ibidem, p. 41).

Molinier (2004) reforça assim que o trabalho de cuidado (incluímos aqui aquele realizado pela mãe ao seu filho) não é lugar apenas de prazer: cuidar dos outros não é forçosamente agradável. O trabalho de cuidado comporta, inclusive, atividades que se quereria evitar fazer, mas que são da ordem das necessidades

vitais – trata-se da dimensão do cuidado que Molinier definiu de “*care* como trabalho sujo”.

As criancinhas [...] não geram só sentimentos de amor e de compaixão por parte de quem cuida delas, mas também poderosos desejos de destruição e de ódio. [...] A vulnerabilidade do outro e sua dependência podem excitar o ódio no indivíduo normal, seja ele homem ou mulher. A ambivalência, a flutuação dos sentimentos contidos no serviço ao outro não são nenhum mistério para quem tem alguma experiência. Mas esse conhecimento trivial se apaga diante da ideologia tenaz sobre a meiguice natural das mulheres (Molinier, 2004, p. 228).

O trabalho de cuidado foi, por muito tempo, considerado como estritamente rotineiro, como limitado a uma resposta instrumental aos desejos e necessidades corporais (Molinier, 2006). Para ela, no entanto,

Nada é menos mecânico do que a preocupação com os outros que dependem de nós, uma vez que, por sua dependência, os outros nos impõem os ritmos, os constrangimentos corporais e mentais que não são os nossos, que contrariam e entravam nossos desejos (ibidem, 2006, p. 101, tradução nossa).

Em pesquisa sobre o trabalho de auxiliares de puericultura, realizada em uma creche, Molinier (2004) observou que, como em outros lugares, o aspecto penoso do trabalho era extremamente eufemizado: considerava-se que essas mulheres tinham funções amenas, que o seu trabalho era fácil e agradável, e que não eram requeridas competências particulares. Esse “trabalho com fama de fácil”, no entanto, é frequentemente gerador de doenças. Para defenderem-se do sofrimento no trabalho, essas auxiliares embelezavam a realidade, fazendo calar o negativo – trata-se, segundo ela, de uma estratégia coletiva de defesa contra a agressividade gerada pelo contato com as crianças, que nutre-se da ideologia da ternura feminina e contribui para reforçá-la.

Sobre esse embelezamento da realidade, duas mães escreveram em seus respectivos blogs:

As mães perfeitas dos grupos do Facebook têm uma paciência inesgotável, infinita, profunda e sincera. Jamais ficam de mau-humor, nem mesmo ao passar um ano sem dormir por mais de duas horas seguidas. Jamais se incomodam com o choro sem motivo, sem diagnóstico. Jamais se aborrecem

por não ter tempo para si. Jamais sentem vontade de colocar um fone de ouvido no volume máximo.

As mães perfeitas dos grupos do Facebook praticam a doação completa que é sinônimo de maternidade nas teorias. Abdicam de suas carreiras e também de tempo para ir ao cabeleireiro ou pra ouvir uma música, ver um filme, ler um livro. As mães perfeitas dos grupos do Facebook NUNCA sentiram vontade de se trançar sozinhas num quarto, ainda que o seu filho mais velho já tenha 18 anos.¹⁹

Levo ele para passear e me deparo com mães felizes na pracinha. Nada me faz mais culpada e raivosa do que mães felizes na pracinha. Começa a conversa de Alice no país da maternidade. Meu impulso é falar “Tá bom, vamos falar a verdade, tem horas que dá vontade de bater a porta e isolar a chave, num é?” Não está nos livros, nem na internet, nem na conversa das mães da pracinha, o lado negro da maternidade.²⁰

Afirmando a ambivalência presente nos trabalhos de cuidado, Molinier (2004) faz uma crítica à reflexão feminista sobre o *'caring labour'*: ela evidenciou e desnaturalizou, no espaço de trabalho e no espaço doméstico, atividades primordiais sem as quais simplesmente não se poderia viver, mas pecou pelo excesso de otimismo, partindo do suposto que o humano seria naturalmente bom.

Para Molinier (2006), o trabalho materno (também denominado por ela de trabalho doméstico de saúde) implica superar a crueldade inerente à preservação de si, apelando para uma ética que não tem nenhum fundamento natural.

Segundo ela, “o ódio das mulheres àqueles que dependem de seu trabalho está demasiadamente ausente das teorias e dos debates sobre a ética da devoção” (Molinier, 2004, p. 240). Poucos autores tratam do ódio materno, e ainda menos o fazem sem julgamento normativo.

Para Molinier, Winnicott foi praticamente o único a tê-lo reconhecido em seu lugar legítimo na dinâmica normal da relação mãe-filho, tendo inclusive elaborado uma lista de razões pelas quais a mãe odiaria a sua criança (ibidem).

Dessa lista, pode ser citado, sobretudo, o trabalho minucioso e constante que deve ser levado a cabo para que a vida siga seu curso no ritmo da criança e numa tonalidade afetiva que lhe convenha (sem muita ansiedade etc.). [...] Não

¹⁹ Disponível em: <http://alegarattoni.com.br/as-maes-perfeitas-dos-grupos-do-facebook/>. Acesso em 13/03/2014.

²⁰ Disponível em: <http://www.mulherquecorrecomlobos.com.br/coisas-de-mãe>. Acesso em 10/03/2014.

é necessariamente o corpo da criança e suas diversas manifestações (cheiros, gritos...) que deslançam o ódio ou a aversão. Pode ser também o fato de se ter que lidar com as agruras do trabalho necessário para que ela não morra (Molinier, 2004, p. 231).

Para Molinier (ibidem), se nos basearmos numa representação do *care* desprovida de ambivalência, corremos o risco, de raciocinar como se existisse “trabalho de *care* perfeito, realizado por pessoas perfeitas e em condições perfeitas de felicidade” (ibidem, p. 230) – as “mães felizes da pracinha²¹” e as “mães perfeitas dos grupos do Facebook²²”.

Segundo a autora, só se poderá avaliar, valorizar e reconhecer o trabalho do *care* sob a condição de renúncia a “embelezar a realidade”, abrindo-se, assim a “caixa preta da subjetividade” (ibidem, p. 241).

Outra condição para o reconhecimento do trabalho de cuidado (o de mãe, inclusive) é dar-lhe visibilidade – questão complexa considerando que o trabalho de antecipação às necessidades do outro, quando bem feito, não se vê: “Seu sucesso depende em grande parte de sua discrição, ou seja, da supressão de seus rastros” (Molinier, 2012, p. 33). Trata-se da dimensão do cuidado definida por Molinier de “*care* como *savoir-faire* discreto” (ibidem).

Esse discreto know-how, encontrado sob diversas formas na maioria das situações de serviço, têm por característica o fato de que sua eficácia depende de sua própria invisibilidade: “mostrar o que fazemos estragara o trabalho” (Molinier, 2004, p. 234).

Um gesto de afeição, de apoio, de cuidado, de atenção, ainda que de grande eficácia, não pode se tornar visível, não pode ser reconhecido como um saber-fazer profissional, como prova de destreza – torná-lo visível arruinaria o valor desta competência, transformando-a em observação inoportuna (Dejours, 2012).

O “*care* primordial” que nos é dispensado na infância (Molinier, 2012) é bastante marcado por esta invisibilidade: todos (ou quase todos) fomos servidos,

²¹ Termo utilizado pela autora do blog www.mulherquecorrecomlobos.com.br.

²² Termo utilizado pela autora do blog www.alegarattoni.com.br.

sem nada termos precisado pedir, por uma mãe, uma avó, uma irmã, quase sempre por mulheres. Trata-se de um trabalho que pressupõe um sujeito sempre disponível: “Existe o fantasma de um “*care* sem sujeito”, inesgotável, sem esperar qualquer gratidão” (ibidem, p. 33).

Não se percebe estes saberes-fazer senão quando não ocorrem ou quando são mal feitos. Não se pode reconhecê-los como saber-fazer técnicos ou profissionais (Dejours, 2012), o que nos coloca diante de um desafio ainda maior: como apostar que as competências e saberes desenvolvidos no maternar possam ser extrapolados para outros trabalhos se eles sequer são reconhecidos no trabalho de mãe?

O termo desafio tem aqui uma dupla pertinência: se o seu uso mais recorrente faz referência à provocação, seu uso menos frequente designa um diálogo popular cantado, composto de improviso²³. Diante do que não está dado, precisaremos dialogar, improvisar, inventar, apostando na possibilidade de estabelecermos belos diálogos, belas canções.

²³ (Ferreira, 2000, p. 212).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] não é que ele sofresse com as próprias tergiversações. Pois o passo que muitos não chegaram a dar ele já havia dado: aceitara a incerteza, e lidava com os componentes da incerteza com uma concentração de quem examina através das lentes de um microscópio” (Lispector, 2009, p. 241)

Na vida (e no trabalho) talvez a única certeza seja essa: a “imprevisibilidade permanente” (ibidem). Aceitá-la não é tarefa fácil. Ao contrário, é extremamente incômodo. Mas necessário, como ensina Duraffourg (2007), se não quisermos reduzir as riquezas das situações para que elas entrem à força nas categorias das disciplinas, ou como afirma Schwartz, resistir à tentação de enquadrá-las em uma moldura. Nesse sentido, contrariamente ao título desta seção, afirmamos o caráter provisório de nossas considerações.

O materno, como vimos, carrega a marca da invisibilidade. Por ainda estar muito associado à natureza feminina é, por vezes, sequer considerado trabalho. É visto, com frequência, como uma atividade cuja aptidão é inerente à mulher: para materno não seriam, assim, requisitadas competências específicas – o instinto materno daria conta. A tarefa de cuidar de crianças, mesmo quando reconhecida com o signo do trabalho, tem “fama de fácil”: é considerada amena, rotineira, instrumental (Molinier, 2004).

Analisar o materno na perspectiva de gênero e à luz das teorias do *care* nos permite, contrariando o senso comum, considerá-lo como trabalho – e dos mais nobres, já que fundamental para a sobrevivência da espécie. Nos permite, em certa medida, desnudá-lo do estereótipo de obrigatoriamente prazeroso, apontar *constraints* e demonstrar que seu embelezamento pode ser parte de uma estratégia defensiva – sim, materno também pode ser fonte de sofrimento.

Lançar sobre o materno um olhar ergológico, nos permite compreender que ele é infinitamente mais complicado do que podemos imaginar (Duraffourg, 2007). Um trabalho que, como todos os outros, possui um patrimônio, mas não está dado, é infiel e que requer, portanto, renormalizações (Schwartz, 2007/ 2011). O materno implica, assim, uma gestão de si – do espaço, do corpo, do tempo, da vida – para

dar conta de uma criança. Apropriando-nos da deriva trabalhar, gerir (Schwartz, 2004), afirmamos o materno, gerir.

Entre o real e o prescrito, o materno exige que, a partir de um mimetismo com as exigências da tarefa, se opere reajustamentos, rearranjos, subversões, inventividade, uma astúcia transgressora (Dejours, 2004/ 2005).

Restituir ao materno o seu caráter complexo nos permite considerar que ele requer competências específicas, que não são inatas nem prévias, e sim produzidas no trabalho. E uma vez produzidas, acreditamos que essas competências não se limitem necessariamente ao trabalho de mãe.

Mas quais saberes/ competências podem se desenvolver no materno? Fazer uma lista de competências seria ir de encontro à noção de trabalho de que nos valem aqui. Tenderíamos para a simplificação das coisas, quando afirmamos, justamente, o contrário. Falar de competências não é tarefa simples – como colocar em palavras toda a complexidade dos ingredientes e das relações que eles estabelecem entre si? “Difícil dizer alguma coisa das competências sem trair o que elas são: antes de tudo um “agir” aqui e agora” (Schwartz, 2007, p. 207).

A questão das competências, como afirma Schwartz (1998, 2007), é um exercício necessário para uma questão insolúvel. Assim, ainda que com risco de traí-las, propomos um exercício de reflexão sobre algumas competências/ saberes que aquela que materna pode colocar em ação, sempre em tendência e com muitas reservas, conforme nos adverte Schwartz (ibidem).

Não se trata aqui de propor a criação de uma grade pronta de pré-requisitos para aquela que materna. No caminho inverso, propomos pensar quais competências podem se produzir no encontro da mãe com o seu trabalho de maternagem.

Fundamental assumir aqui a minha total implicação nessa reflexão: é como mãe que a faço. Assim, certamente, esse exercício estará impregnado com a minha própria maternagem. Mais uma vez, reiteramos: trata-se apenas de um exercício, sem pretensões maiores.

Cuidar de alguém implica, muitas vezes, uma disponibilidade sem

precedentes e, em certo grau, uma renúncia à preservação de si, um dormir com um olho só (Molinier, 2006). Assim, um bebê ou uma criança exigem uma atenção nunca totalmente relaxada. Em certos momentos, demandam uma atenção total e focada daquele que cuida, no sentido de agir rapidamente e esquecer do seu entorno. Em outras circunstâncias, a atenção demandada é mais no sentido de vigília, de não interferência a não ser que algo de estranho se suceda, como o que ocorre quando a criança está dormindo. Essa alternância entre atenção focada e vigília não é dada, é aprendida na atividade.

A relação com o tempo em uma atividade de cuidado também nos parece peculiar: gerir, simultaneamente, o seu tempo e o tempo do outro, envolve controlar uma eventual ansiedade, envolve exercitar a capacidade de interferir x esperar.

Aquelas que cuidam, muitas vezes, exercitam também as suas capacidades de gerir diversas atividades simultaneamente. Por conta disso, com frequência, interrompem uma atividade para lidar com outra que se impõe e, em seguida, precisam retomar a primeira, em um eterno agir-interromper-retomar-agir...

Que mudanças poderíamos imaginar que se operam na capacidade de entendimento da demanda do outro? A criança e, principalmente, o bebê, não explicitam de forma direta as suas necessidades. Compreendê-las requer daquela que cuida um engajamento do corpo inteiro, um aguçamento dos sentidos.

Em relação à capacidade de dialogar, o materno talvez permita exercitar a habilidade de explicar as coisas de forma diferente, buscando jeitos que possam fazer sentido para o outro. Uma escolha mais cuidadosa das palavras, das expressões corporais, do tom da conversa, uma capacidade de convencer alguém sem que seja apenas por argumentos racionais.

E que efeitos essas aprendizagens podem ter sobre o corpo? De que maneira o modifica? Que marcas elas deixam? Quais possíveis ajustamentos elas operam? Que registros de sensibilidade que não estavam presentes anteriormente podem advir a partir do trabalho de mãe? E de que forma essa sensibilidade pode colonizar o nosso corpo? De que forma a inteligência da prática operada na maternagem pode provocar uma transformação de si, uma colonização da subjetividade daquele que cuida?

Que alterações no corpo podem se fazer notar em outras atividades? Que outras relações de cuidado, de serviço, podem se estabelecer a partir dessa experiência? De que forma as experiências acumuladas no trabalho de mãe infiltram-se em outros trabalhos?

Poderíamos nos estender longamente nesse exercício. Mas, como dissemos, nosso objetivo não é estabelecer uma lista de competências. Tampouco afirmar que determinadas habilidades se desenvolvam sempre, ou que algumas delas seriam fundamentais para o bom desempenho do materno. Reafirmamos: não há receitas prontas, não buscamos respostas gerais. Propor qualquer coisa nesse sentido seria absolutamente incompatível com a nossa concepção de trabalho.

Conforme nos ensina a Ergologia, é impossível criar generalizações – a única possibilidade de encontrar a atividade de trabalho é através da descoberta de suas formas singulares. Respeitando, assim, a singularidade de cada materno, o que afirmamos é que cada mãe (ou qualquer um que maternar), no agir em competência, em uma situação específica, irá colocar em ação um conjunto de ingredientes. A escolha e o uso que será feito desses ingredientes irá variar grandemente: não há receita que determine a quantidade de cada um, nem a maneira de misturá-los, da mesma forma que não há ingredientes principais e secundários.

Da mesma forma, não estamos propondo aqui que possa haver uma transposição simples de competências do materno para quaisquer outras situações, como se o trabalho de mãe produzisse um estoque de saberes (ou de ingredientes) do qual se pudesse lançar mão sempre que pertinente. Nosso interesse recai sobre as transformações que acreditamos que essas competências possam operar na subjetividade – ou no corpo-si – de quem maternar e que, nesse sentido, possam ecoar em outras atividades.

O que levantamos ao longo deste mestrado foram apenas algumas pistas, que precisamos continuar seguindo, aprofundar. O doutorado que lhe sucederá irá permitir que nos demorem mais nesta análise. Acreditamos que os materiais teóricos de que nos valem até agora são importantes aliados e, por isso, continuarão a nos fazer companhia. Mas, certamente outros virão se juntar ao nosso percurso.

Mas se escolhermos caminhar com o ponto de vista da atividade, assumimos que nenhuma teoria será suficiente para fazermos deduções automáticas acerca da vida das pessoas. Será preciso ir “ver de perto o que se passa” (Schwartz, 2007), “olhar à lupa” (ibidem) ou ao microscópio o trabalho concreto de quem materna. Assim, no doutorado desenvolveremos um trabalho de campo para colocar em debate as questões levantadas.

Até aqui, temos a impressão de que lançar luz sobre as competências desenvolvidas no materno possa ser um caminho promissor para dar maior visibilidade a este trabalho. Acreditamos que esta seja a maior contribuição desta dissertação: a possibilidade que ela acena de lançarmos um outro olhar sobre a maternidade e também sobre as suas relações com o trabalho formal. Talvez, fazendo emergir as alternativas em reserva do materno, torne-se possível estabelecer entre este trabalho e o trabalho formal um olhar para além do negativo, que permita enxergar o que há aí de positividade – uma aposta que essa relação dá samba. Seguimos acreditando nisso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDERRAHMANE, Fyad. **O trabalho informal: um objeto ergológico?** In: *Revista Laboreal*, volume IV, n 1, 2008.
- ABRAMO, Laís; TODARO, Rosalba. Custos do trabalho de homens e mulheres na América Latina. In: Costa, A. O.; Sorj, B.; Bruschini, C. e Hirata, H. (orgs.). **Mercado de Trabalho e Gênero. Comparações Internacionais.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- ATHAYDE, Milton; BRITO, Jussara. Um livro-ferramenta diálogo e seu uso na perspectiva ergológica tecida entre nós. Apresentação à Edição Brasileira. Schwartz, Y. e Durive, L. (orgs.). In: **Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana.** Niterói: EdUFF, 2007.
- ATHAYDE, Milton; BRITO, Jussara. Ergologia e clínica do trabalho. In: Bendassolli, P. F. e Soboll, L. A. P. (orgs.). **Clínicas do Trabalho. Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade.** São Paulo: Atlas, 2011.
- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado: o mito do amor materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BASTOS, Adilson D. **O Lúdico no Trabalho: o ponto de vista da atividade como operador de análise do lúdico no trabalho dos “menores” em um programa adolescente trabalhador.** Tese de Doutorado. UERJ, 2008;
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo. vol 2. A Experiência Viva.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BORGES, Maria Elisa Siqueira. **O RH está Nú: Tramas e Urdiduras por uma Gestão Coletiva do Trabalho.** Tese de doutorado. UERJ, 2006.

BRITO, Jussara. **Saúde, trabalho e modos sexuados de viver**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

_____. Trabalho Prescrito. Trabalho Real. In: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapre.html>. Acesso em: 10/07/2013.

BRUSCHINI; Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fúlvia. A Mulher e o Trabalho. In: Bruschini, M. C. A. e Rosemberg, F. (orgs.). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

BRUSCHINI; Maria Cristina A.; RIDENTI, Sandra. **Família, Casa e Trabalho**. In: Cadernos Pesquisa, São Paulo, n.88, p.30-36, 1994. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/885.pdf>.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

COLLIN, Françoise; LABOIRE, Françoise. Maternidade. In: Hirata, H., Laborie, F., Le Doaré, H. e Senotier, D. (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

COVA, Anne. **História da Maternidade: em que ponto estamos?** In: Clio Histoire, Femmes, Sociétés, Toulouse, n. 21, p.189-211, 2005. Disponível em: http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/ICS_ACova_Historia_ARI.pdf. Acesso em: 01/03/2014.

DEJOURS, Christophe. Inteligência Operária e Organização do Trabalho – A Propósito do Modelo Japonês de Produção. In: Hirata, H. (org.). **Sobre o “Modelo” Japonês**. Automatização, Novas Formas de Organização e de Relações de Trabalho. São Paulo: Edusp, 1993.

_____. **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2004.

_____. **O fator humano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. **A avaliação do trabalho submetida à prova do real.** São Paulo: Blucher, 2008.

_____. **Trabalho Vivo, tomo I, Sexualidade e Trabalho.** Brasília: Paralelo 15, 2012.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: Del Priore, M. (org.). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012.

DÉTIENNE, Marcel; VERNANT, Jean-Pierre. Métis. **As astúcias da inteligência.** São Paulo: Odysseus Editora, 2008.

DOWBOR, Ladislau. Prefácio à edição brasileira. In: Maruani, M.; Hirata; H. (orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

DUC, Marcelle. O trabalho e o ponto de vista da atividade. In: Schwartz, Y. e Durrive, L. (orgs.) **Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana.** Niterói: EdUFF, 2007.

DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves. **Glossário da Ergologia.** Laboreal, 4, (1), p. 23-28, 2008. Disponível em: <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV6582234396587> ;63882. Acesso em: 01/08/2013.

DURRIVE, Louis. Técnicas e Competências. In: Schwartz, Y. e Durrive, L. (orgs.) **Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana.** Niterói: EdUFF, 2007.

_____. O trabalho e o ponto de vista da atividade. In: Schwartz, Y. e Durrive, L. (orgs.) **Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana.** Niterói: EdUFF, 2007.

DURAFFOURG, Jacques. O trabalho e o ponto de vista da atividade. In: Schwartz, Y. e Durrive, L. (orgs.) **Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana.** Niterói: EdUFF, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. In: Hirata, H., Laborie, F., Le Doaré, H. e Senotier, D. (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009 (a).

_____. Movimentos feministas. In: Hirata, H., Laborie, F., Le Doaré, H. e Senotier, D. (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009 (b).

GUÉRIN, F. et al. **Compreender o Trabalho para Transformá-lo**. São Paulo: Ed. Edgard Blücher Ltda, 2001.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. Cuidado e Cuidadoras: o trabalho do care no Brasil, França e Japão. In: Hirata, H. e Guimarães, N. A. **Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012.

HIRATA, Helena; Divisão – **Relações Sociais de Sexo e do Trabalho: contribuições à discussão sobre o conceito de trabalho**. Em aberto, Brasília, ano 15, n.65, jan./mar. 1995. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/979/883>. Acesso em: 03/08/2013.

HIRATA, Helena. Apresentação à edição brasileira. In: Maruani, M.; Hirata, H. (orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, p. 595-609, set/ dez, 2007.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho, (conceito de). In: Hirata, H., Laborie, F., Le Doaré, H. e Senotier, D. (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: Kartchevsky, A. [et. al.]. **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: Lopes, M. J. M.; Meyer D. E. e Waldow, V. R. **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1996.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Hirata, H., Laborie, F., Le Doaré, H. e Senotier, D. (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

KNIBIEHLER, Yvonne. **Histoire des Mères et de la Maternité en Occident**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. In: Lopes, M. J. M.; Meyer D. E. e Waldow, V. R. **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MARX; Karl. Processo de Trabalho e Processo de Valorização. In: Marx, K. **O Capital: Crítica da Economia Política. Vol. 1**. São Paulo, Editora Nova Cultural Ltda, 1996;

MOLINIER, Pascale. **O ódio e o amor, caixa preta do feminismo? Uma crítica da ética do devotamento**. In: Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 227-242, dez. 2004.

_____. **L'énigme de la femme active. Égoïsme, sexe et compassion**. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 2006.

_____. Ética e Trabalho do Care. In: Hirata, H. e Guimarães, N. A. **Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim; ARAÚJO, Maria de Fátima. **A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos**. In: *Psicologia Ciência e Profissão*, 2004, 24 (1), p. 44-55.

MEULDERS, Danièle; DE HENAU, Jérôme; MARON, Leila; D'ORCHAY, Sile. Trabalho e maternidade na Europa. Condições de trabalho e políticas públicas. In: Costa, A. O.; Sorj, B.; Bruschini, C. e Hirata, H. (orgs.). **Mercado de Trabalho e Gênero. Comparações Internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

NUNES, Sílvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: Um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

NOUROUDINE, A. **Norma**. In: *Laboreal*, 5, (1), p. 125-126, 2009. Disponível em: http://laboreal.up.pt/files/articles/2009_07/es/14_norma_ES.pdf. Acesso em: 13/07/2013.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: Del Priore, M. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

SCAVONE, Lucila. **A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais**. In: *Cadernos Pagu* (16), p. 137-150, 2001(a).

_____. **Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero**. In: *Interface – Comunicação, Saúde e Educação* 8, p. 47-59, fev/2001 (b).

_____. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais**. São Paulo, Editora UNESP, 2004.

SCHWARTZ, Yves. **Os ingredientes da competência: Um exercício necessário para uma questão insolúvel**. In: *Educ. Soc. Campinas*, v.19, n.65, dez. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 08/09/2013.

- _____. Trabalho e gestão: níveis, critérios, instâncias. In: Figueiredo, M.; Athayde, M.; Brito, J. Alvarez, D. (orgs.). **Labirintos do Trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. **Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: EdUFF, 2007.
- SCHWARTZ, Yves; ADRIANO, Rufino; ABDERRAHMANE, Fyad. **Revisitar a actividade humana para colocar as questões do desenvolvimento: projecto de uma sinergia franco-lusófona**. In: Revista Laboreal, vol. IV, no1, 2008.
- _____. **Conceituando o trabalho, o visível e o invisível**. In: Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 19-45, 2011(a).
- _____. Manifesto por um ergoengajamento. In: Bendassolli, P. F. e Soboll, L. A. P. (orgs.). **Clínicas do Trabalho. Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011(b).
- _____. **Histórico e conceitos da ergologia: entrevista com Yves Schwartz**. In: Reflexão & Ação, vol. 1, no. 1, 2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/3742/2606>. Acesso em: 10/08/2013.
- SORJ, Bila; FONTES, Adriana. O care como regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In: Hirata, H. e Guimarães, N. A. **Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A Classe Operária tem Dois Sexos – Trabalho, Dominação e Resistência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- STEVENS, Cristina (org.). **Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.
- SWAIN, Tania. Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade. In: Stevens, C. (org.). **Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.
- TELLES, Ana Luiza; ALVAREZ, Denise. Interfaces ergonomia-ergologia: uma discussão sobre trabalho prescrito e normas antecedentes. In: Figueiredo, M.;

Athayde, M.; Brito, J. Alvarez, D. (orgs.). **Labirintos do Trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

TERSAC, Gilbert de; MAGGI, Bruno. O trabalho e a abordagem ergonômica. In: Daniellou, F. (coord.). **A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos**. São Paulo: Edgard Blücher, 2004;

TRABUT, Loïc; WEBER, Florence. Como tornar visível o trabalho de cuidadoras domiciliares? O caso das políticas em relação à dependência na França. In: Hirata, H. e Guimarães, N. A. **Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012.

ZELIZER, Viviana. A economia do Care. In: Hirata, H. e Guimarães, N. A. **Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012.